

**Convento da Conceição de Beja: arquitectura num período de
transição (séculos XV e XVI)**

Nicole Alexandra Faias Martins

**Dissertação de Mestrado em História da Arte
da Idade Moderna e da Expansão**

Novembro 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte da Idade Moderna e da Expansão, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Senos

Aos meus pais e à minha irmã,

“A luz que te ilumina, / Terra da cor dos olhos de quem olha! / A paz que se adivinha /
na tua solidão / que nenhuma mesquinha condição / pode compreender e povoar / o
mistério da tua imensidão / onde o tempo caminha / sem chegar!”

Alentejo, Miguel Torga

Agradecimentos

Tendo em conta a quantidade reduzida de trabalhos sobre este tema, foi indispensável o auxílio do Museu Regional de Beja, não só do Dr. Francisco Paixão mas de todos os funcionários que pacientemente me acompanharam e ouviram as minhas perguntas e críticas, pelo que agradeço especialmente ao Sr. Faustino, que nos mostrou todos os cantos da Conceição e partilhou connosco todos os seus conhecimentos. Deixo também um agradecimento à Biblioteca Municipal de Beja, especialmente à Dra. Paula Santos, pelo interesse demonstrado neste trabalho e os esforços que fez para o apoiar.

Agradeço aos meus amigos que me acompanharam ao longo desta investigação e aguardam ansiosamente o resultado final de todo o esforço: Carolina Proença, Beatriz Jesus, Beatriz Vilarinho, Daniel Estêvão, Lídia Rebecchi, Madalena Freitas e Rita Machado. Quero agradecer ao Ricardo Grelha e ao Fábio Duarte pela sua colaboração com as transcrições, e ao Bruno Antão pela realização das reconstituições da planta do convento; a vossa colaboração foi indispensável.

Aos professores que muito me ensinaram neste percurso, não só na dissertação, mas também na licenciatura, especialmente às professoras Catarina Villamariz e Alexandra Curvelo, pela amizade, interesse e preocupação que sempre demonstraram. Como é claro, um obrigada desmesurado ao professor Nuno Senos, pelo aviso inicial de que isto não ia ser fácil, mas sobretudo pela forma como apoiou a minha jornada académica e esclareceu as minhas dúvidas e preocupações, mostrando-se sempre interessado e entusiasmado com este trabalho. Agradeço ao Gonçalo Marques por ter olhado para a Conceição tantas vezes quanto eu, por ter lido tudo o que escrevi, por me ter ouvido e questionado constantemente e por estar igualmente maravilhado com tudo isto.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã por me ensinarem a gostar da minha terra, pela ajuda e apoio incondicional que sempre me dão, e por compreenderem as minhas ausências ao longo deste processo. Agradeço ao Rodrigo Vaz por acreditar sempre em mim, por se mostrar interessado em algo novo para ele, por lidar com todas as minhas mudanças de humor e atitude para com este trabalho e por me mostrar sempre o lado positivo das coisas. Obrigada por confiarem em mim e nas minhas capacidades, como mais ninguém.

Convento da Conceição de Beja: arquitectura num período de transição (séculos XV e XVI)

Dissertação de Mestrado

Nicole Martins

Resumo

PALAVRAS-CHAVE: arquitectura religiosa, manuelino, gótico, tardo-gótico, Beja, Alentejo

Em 1459, os infantes D. Fernando e D. Beatriz, duques de Beja, fundaram o Convento da Conceição da mesma cidade, um convento de clarissas situado mesmo ao lado do Paço dos Infantes. Construído entre os séculos XV e XVI, o edifício contou com campanhas de obras abrangendo o reinado de D. Afonso V, de D. João II e D. Manuel I, envolvendo soluções características de cada um dos períodos. Tendo sido caracterizado como devedor do gótico batalhino, o convento é referido na historiografia como local de diversos elementos arquitectónicos inovadores. Aquilo que pretendemos perceber é que inovação é esta e quais as repercussões da mesma na arquitectura da época, nomeadamente no chamado “estilo manuelino”.

Assim, desenvolveu-se uma leitura crítica da historiografia do manuelino, linguagem arquitectónica em emergência neste período de transição. Procedeu-se também a uma análise dos aspectos fundacionais e da construção primitiva do convento, aliada à observação de registos documentais, fotográficos, e do que resta do edifício após as demolições de que foi alvo no século XIX. Com isto, o nosso objectivo é compreender de que forma é que o convento da Conceição de Beja esclarece as problemáticas da arquitectura manuelina e, em última instância, qual é o lugar desta construção na arquitectura de transição entre o século XV e XVI.

Abstract

KEYWORDS: religious architecture, manueline, gothic architecture, late gothic, Beja, Alentejo

In 1459, the infants D. Fernando and D. Beatriz, dukes of Beja, founded the monastery of Our Lady of Conception at Beja, a monastery of Poor Clares, located right next to the Infants' Palace. Built between the 15th and 16th centuries, the building went through several construction stages, throughout the reigns of D. Afonso V, D. João II and D. Manuel I, involving different types of solutions, representative of each of the said periods. The monastery is usually referred to as a gothic building, rooted in the architectural tradition of the Batalha monastery, and it is said to have several groundbreaking elements. What we are trying to understand is what this innovation is exactly and what are its consequences in the architecture of that moment, usually called “manueline style”.

That being said, we developed a critical analysis of the manueline historiography, the emergent architectural language in this transitional period. We also conducted an interpretation of the foundational aspects of the building and its early construction combined with the analysis of written and graphic documentation, and also of what is left of the building after the demolitions of the 19th century. In conclusion, our goal is to understand in what ways the monastery of Our Lady of Conception at Beja explains the questions around manueline architecture and, lastly, what is the real place of this building in the transitional architecture of the 15th and 16th centuries.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I: A problemática do manuelino e a categorização da arquitectura do convento da Conceição.....	3
a) Francisco Adolfo Varnhagen e Joaquim de Vasconcelos: as perspectivas fundadoras	3
b) Os contributos do século XIX	6
c) Os contributos do século XX.....	7
d) A historiografia moderna.....	16
e) O convento da Conceição de Beja – estado da arte.....	20
f) Uma historiografia dividida entre o gótico e o manuelino	21
Capítulo II: Convento da Conceição de Beja – fundação e construção.....	27
a) Os fundadores – o infante D. Fernando e a infanta D. Beatriz, duques de Beja.....	27
b) Fundação.....	31
c) Construção	41
i) Exterior da igreja	43
ii) Interior da igreja	63
iii) Claustro.....	73
iv) Campanha de obras de D. João II.....	77
v) Campanha de obras de D. Manuel I	93
vi) Estado da obra à data de 1507	116
vii) Questões levantadas pelas plantas do convento	120
Capítulo III: Uma nova leitura do convento da Conceição	130
a) O Convento da Conceição como construção chave para o desenvolvimento do manuelino	130
b) Os primeiros momentos do manuelino	170
Fontes e Bibliografia	172

a) Fontes manuscritas	172
b) Fontes impressas.....	173
c) Bibliografia.....	174
Lista de Figuras	182
Apêndice A: Transcrição da carta da Infanta D. Beatriz a D. Manuel	i
Apêndice B: Cronologia do Convento da Conceição.....	ii
Apêndice C: Reconstituição da planta do piso térreo.....	v
Apêndice D: Reconstituição da planta do piso superior.....	vi

Introdução

O Convento da Conceição de Beja ergue-se, actualmente, enquanto Museu Regional desta cidade. Famoso pela história das cartas de soror Mariana Alcoforado, este convento teve uma vida longa e repleta de acontecimentos. Porém, um dos momentos menos trabalhados da história do convento foi o da sua fundação, pelo que nos deparamos com uma cronologia imprecisa, sendo a arquitectura primitiva ela própria, à primeira vista, um mistério por resolver. Fundado no século XV, pelos infantes D. Fernando e D. Beatriz, duques de Beja, o convento sofreu inúmeras alterações naquilo que foi a sua construção original. Hoje em dia, é difícil destrinçar os vários momentos da construção, desde o século XV até ao século XIX, tempo de grandes demolições que retiraram ao mosteiro grande parte da sua dimensão.

Considerámos essencial o desenvolvimento de um estudo mais aprofundado relativamente à arquitectura primitiva do Convento da Conceição, no sentido de melhor conhecer a história primordial do edifício. É por este motivo que o foco desta investigação está no período fundacional da transição entre os séculos XV e XVI. Além disso, ele também nos permite estudar um momento-chave na história da arquitectura portuguesa, pautado pelo início de uma nova linguagem arquitectónica – é a emergência do manuelino que marca este contexto, envolvendo inúmeras discussões relativamente a este termo e ao que ele engloba. Propomo-nos, assim, discutir uma série de ideias relativas à categorização estilística do espaço, bem como à cronologia das várias fases de construção.

Um dos pontos que considerámos essenciais foi o de compreender o desenvolvimento da planta conventual que hoje está muito aquém do que foi primitivamente. Só assim poderemos compreender a evolução do espaço e o impacto que teve na arquitectura portuguesa dos séculos XV e XVI.

Este estudo desenvolveu-se com base na leitura da historiografia relativa ao convento, estando ela dispersa e focada em vários momentos diferentes, não existindo uma visão de conjunto que abarque toda a história do edifício. Foi deveras importante a observação directa do espaço, visitado inúmeras vezes, bem como o confrontar do mesmo com as várias plantas e reconstituições desenvolvidas ao longo dos anos. A compreensão

das diferenças entre o espaço actual, bastante alterado, e o espaço primitivo, é o ponto fulcral para a evolução deste trabalho que, em última instância, nos permitirá olhar para o Convento da Conceição de Beja com um novo olhar e, conseqüentemente, com uma nova interpretação do mesmo.

Desta forma, esta investigação terá início na análise da historiografia relativa ao manuelino, desde as perspectivas fundadoras até aos contributos mais recentes. Expõe-se também o estado da arte no que toca ao estudo da arquitectura do convento da Conceição, relevando os vários trabalhos realizados ao longo dos tempos.

Só após a compreensão da literatura referente ao manuelino e ao convento da Conceição, nos debruçaremos sobre os aspectos particulares da sua fundação e início da obra, com base na documentação escrita sobre o tema. Demoramo-nos especialmente na apresentação do edifício e das características da construção original. Discutiremos sobretudo os problemas encontrados nas plantas existentes do espaço conventual e do espaço musealizado: a planta do Museu Regional de Beja foi aquela que se desenvolveu com maior rigor, ao passo que as reconstituições do espaço conventual original, antes das intervenções realizadas, foram compostas por autores como Abel Viana, através da análise da documentação existente.

Por fim, foi-nos possível produzir uma nova leitura do convento da Conceição. Esta interpretação que pretendemos expor tem como objectivo criar um novo olhar sobre o espaço em questão, permitindo repensar a ligação entre a construção e o desenvolvimento do chamado “estilo manuelino”, bem como o seu lugar na história da arquitectura portuguesa dos séculos XV e XVI.

Capítulo I: A problemática do manuelino e a categorização da arquitectura do convento da Conceição

A historiografia do convento da Conceição de Beja é pontuada por várias referências ao estilo manuelino, seja pela intervenção do rei D. Manuel I nas obras deste edifício ou pela menção a diversos elementos da construção que parecem inserir-se nesta tipologia. A questão que se coloca é, afinal, que estilo é este a que chamamos manuelino? Quais são os elementos e características que o definem? Uma das questões mais importantes, sobretudo neste caso de estudo, prende-se com a relação entre o manuelino e o gótico e a consequente definição deste período de transição. Assim, o principal objectivo do presente capítulo é compreender de que forma é que a arquitectura do convento da Conceição se insere no panorama e nas discussões relacionadas com a arquitectura do manuelino. Pretende-se, de facto, perceber como é que esta construção contribui para um maior esclarecimento das problemáticas levantadas em torno do manuelino, ao longo dos anos. Neste sentido, começamos por expor as duas perspectivas fundadoras da ideia de um estilo manuelino, e a partir daí poderemos discorrer sobre as consequências das mesmas a nível historiográfico.

a) Francisco Adolfo Varnhagen e Joaquim de Vasconcelos: as perspectivas fundadoras

Apointa-se para que a primeira utilização do termo *manuelino* se deva a Francisco Adolfo de Varnhagen, quando escreve *Noticia Historica e Descriptiva do Mosteiro de Belem*, em 1842. Debruçando-se sobre a construção do mosteiro dos Jerónimos, indica a existência de um “estyllo original portuguez não defenido até agora”¹. Para Varnhagen, existe em Portugal, aquando da construção do Mosteiro dos Jerónimos, “um styllo particular sui generis, que ainda se hade caracterizar com o nome talvez de manuelino”². O autor identifica este estilo como uma junção dos vários tipos de arcos – desde os arcos apontados aos arcos abatidos, em ferradura ou de volta inteira – sem nenhuma lógica

¹ Varnhagen, 1842, p.i

² Varnhagen, 1842, p.9

aparente, “tudo um chaos, tudo anarchia, tudo insubordinação e desobediência aos princípios seguidos antes, e ignorância muitas vezes do que se passava a seguir”³. Para além disto, destaca ainda a colocação das divisas de D. Manuel pelas várias construções em todo o reino⁴.

O autor deixa claros os pontos que considera importantes para a compreensão do estilo manuelino, nomeadamente a predominância dos arcos de volta inteira e abatidos, em coexistência com outro tipo de voltas. As abóbadas são sustentadas por pilares de linguagem variada, com “demasia e extravagância”⁵. Nota ainda a ausência de molduras rectas, predominando os “lavors meias laranjas, bocetes, etc.”⁶, bem como a existência de nichos de estátuas e baldaquinos nos corpos verticais. Varnhagen refere também a falta de simetria, não existindo repetição a nível dos capitéis, mísulas ou gárgulas⁷.

A obra de Varnhagen lança uma perspectiva nacionalista do chamado estilo manuelino, reconhecendo nele uma unidade formal (mesmo na própria desorganização que o autor identifica) que é visível nos elementos caracterizadores que indica. Ainda assim, o autor concentra-se sobretudo em elementos de ornamentação e preferências formais, não discorrendo sobre questões estruturais, começando a formar-se, desde logo, uma ideia do manuelino enquanto estilo decorativo, que iremos analisar.

Com esta perspectiva nacionalista, irá concorrer uma outra numa abordagem mais internacional, lançada por Joaquim de Vasconcelos em *Da Architectura Manuelina*, de 1885. O autor desenvolve este ponto de vista internacionalista procurando questionar a possibilidade de existência de um estilo original da arte portuguesa e quais os seus elementos caracterizadores. Vasconcelos contraria a ideia de originalidade do manuelino enquanto estilo nacional através dos estudos realizados sobre a arquitectura espanhola. O autor recorre a comparações entre Portugal e Espanha, procurando demonstrar o atraso do primeiro⁸. A presença de artistas biscainhos nas construções do norte de Portugal vem apoiar a ideia do autor da existência de uma influência da arte espanhola⁹.

³ Varnhagen, 1842, p.9

⁴ Varnhagen, 1842, p.9

⁵ “Demasia e extravagância nos últimos, compreendendo bustos em medalhões, arabescos, bestiaes, brutescos, etc.” Varnhagen, 1842, p.10

⁶ Varnhagen, 1842, p.10

⁷ Varnhagen, 1842, p.10

⁸ “Percorra-se todo o Portugal e procure-se uma Bolsa como a de Palma, de Valença, de Zaragossa ou de Sevilha; uns paços municipaes como os da mesma Sevilha (...) procure-se, e não se encontrará nada d’isso.” Vasconcelos, 1885, p.11

⁹ Vasconcelos, 1885, p.14

Outra crítica tecida por Vasconcelos relativamente à existência de um estilo manuelino é a sua falta de unidade, harmonia e ordem, devido à utilização de linguagens variadas e soluções múltiplas. Esta ideia de unidade é, para o autor, essencial à existência de uma verdadeira obra de arte, tornando impossível olhar para o manuelino como estilo original¹⁰.

Para Vasconcelos, o manuelino integra-se no reinado de D. Manuel da mesma forma que emergiram determinados estilos nos reinados de Henrique II e Luís XIV. Ainda assim, o autor entende que esta “desorganização do systema gothico” se inicia antes do reinado de D. Manuel, e não termina no final do mesmo, prolongando-se até ao século XVI¹¹.

Para Vasconcelos, a análise de Varnhagen é insuficiente pois não tem em conta o desenvolvimento de plantas e alçados, baseando-se apenas em questões ornamentais que podem ser considerados “um accidente”. O autor não considera que existam quaisquer alterações no traçado dos edifícios, havendo apenas um “agrupamento mais ou menos pittoresco”, notando-se a redução dos elementos construtivos a elementos decorativos e vice-versa, revelando uma falta de “determinação clara das funções que os elementos architectonicos têm de exercer”¹².

Foram as perspectivas lançadas por Varnhagen e Joaquim de Vasconcelos - uma nacionalista e outra internacionalista, uma que reconhece unidade formal nas obras ditas manuelinas, outra que nega qualquer originalidade do estilo, respectivamente – que foram sendo seguidas pelos historiadores que se debruçaram sobre a origem e caracterização do manuelino. Nesta época, o convento da Conceição não faz ainda parte da discussão inicial sobre o manuelino, estando por começar a investigação relativa à arquitectura do convento.

¹⁰ Vasconcelos, 1885, p.13

¹¹ Vasconcelos, 1885, p.14

¹² Vasconcelos, 1885, p.14

b) Os contributos do século XIX

Após as teorias lançadas por Varnhagen e Vasconcelos verificam-se, ainda no século XIX, outros contributos para o entendimento da arte manuelina. O primeiro é Albrecht Haupt, que publica, em 1890, *A arquitectura do renascimento em Portugal*, onde aborda o manuelino como precursor do Renascimento, inserindo-o no reinado de D. Manuel I. O autor refere os contributos de Joaquim de Vasconcelos, Garrett e Herculano, e da perspectiva internacionalista que vingou na historiografia do manuelino. Haupt concorda sobretudo com a ideia de que existe uma falta de harmonia e consequente arbitrariedade nas construções manuelinas, verificando-se várias especificidades em cada região¹³. O autor procura expor as características que definem a arquitectura manuelina, entendendo o convento de Jesus de Setúbal como um dos exemplares mais antigos da mesma¹⁴. Realça os vários tipos de arcos usados, com formas curvas e entrelaçadas, a inserção da torsão e a decoração exuberante¹⁵.

Haupt procura inserir o manuelino nos primórdios do renascimento, explorando as semelhanças na decoração e salientando a ausência de uma estrutura arquitectónica renascentista, considerando que é a estrutura gótica que perdura até ao final do manuelino¹⁶. O autor foi o primeiro a trazer o convento da Conceição de Beja para o interior desta discussão, considerando a platibanda rendilhada da igreja como produção do final do reinado de D. João II, e estando inclusa no “novo estilo que começa”. Faz referência à “janela manuelina ao gosto das de Santa Cruz, em Coimbra, com belo mainel”, que considera um dos exemplares mais originais deste tipo. Diz tratar-se de uma janela da residência da abadessa do convento, embora se refira à janela deslocada do Paço dos Infantes (fig. 178)¹⁷.

Mais tarde, em 1895, Gabriel Pereira elabora um estudo relativo ao mosteiro dos Jerónimos, incluído no volume “Estudos Diversos (arqueologia, história, arte, etnografia)”, publicado em 1934. Nele tece algumas considerações sobre o conceito de manuelino, abordando os vários contributos da historiografia desenvolvida até à data. Discute-se novamente a originalidade do manuelino e o seu entendimento como estilo

¹³ Haupt, 1986, p.18

¹⁴ Haupt, 1986, p.22

¹⁵ Haupt, 1986, pp.22-23

¹⁶ “Faltam, porém, componentes estruturais verdadeiramente renascentistas, como colunas, pilastras, entablamentos; as delgadas colunas em gótico tardio com capitéis de ramagem permanecem em todo lado predominantes, e isto até que o estilo acaba.” Haupt, 1986, pp.24-27

¹⁷ Haupt, 1986, p.281

nacional, bem como a relação com o gótico. O autor indica o contributo de Quinet e as suas referências à decoração com elementos marinhos e elementos naturalistas relacionados com os continentes onde chegaram os portugueses nos séculos XV e XVI¹⁸, sendo que o Mosteiro dos Jerónimos é, para Pereira, o grande exemplo desta “influência dos descobrimentos ultramarinos”¹⁹. Gabriel Pereira não discute a Conceição, mencionando apenas, no que toca a Beja, a Ermida de Santo André, o castelo e a muralha da cidade²⁰.

c) Os contributos do século XX

Em 1908, Walter Crum Watson publica *Portuguese Architecture*, obra onde pretendeu estudar a arquitectura portuguesa, dedicando um capítulo à arquitectura dos inícios do manuelino. O autor mostra-se consciente da existência de uma corrente historiográfica que vê o manuelino como um desenvolvimento do gótico espanhol, embora não concorde com esta ideia, por terem sido duas linguagens contemporâneas²¹.

Creemos que a mais importante elação retirada por Watson da sua análise dos edifícios tidos como manuelinos, será o entendimento deste estilo como variado, que não apresenta sempre as mesmas características. O autor designa diferentes fases no manuelino: uma fase gótica, “mixed with something else, something peculiar”, depois um misto entre o gótico e o mourisco, seguido de uma fase repleta de naturalismo, terminando numa mistura entre o gótico e o renascimento. O autor considera que todas estas fases podem ser encontradas em conjunto, mas que as duas primeiras são as que consideramos verdadeiramente manuelinas. Watson dá exemplos de características do manuelino e temos oportunidade de perceber a versatilidade e variedade das mesmas, nomeadamente o perfil dos arcos e capitéis usados, por exemplo²², referindo também a importância da torsão²³. O autor apresenta alguns exemplos de edifícios deste primeiro manuelino, nomeadamente a igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha, de fundação da rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel, e o convento de Jesus de Setúbal. Menciona

¹⁸ Pereira, 1934, pp. 328-329

¹⁹ Pereira, 1934, p.329

²⁰ Pereira, 1934, p.390

²¹ “Some have seen in Manoelino only a development of the latest phase of Spanish Gothic, but that is not likely, for in Spain that latest phase lasted for but a short time, and the two were really almost contemporaneous.” Watson, 1908, p.145

²² Watson, 1908, p.145

²³ Watson, 1908, p.146

também o Paço de Sintra, a igreja da Golegã, a Sé de Elvas, a igreja da Marvila, o convento da Madre de Deus, entre outros²⁴. Faz referência ao convento da Conceição, dado o perfil gótico da platibanda, os detalhes de torsão e os próprios pináculos torsos²⁵, concluindo que, efectivamente, o manuelino se desenvolveu a partir da coexistência de modelos góticos com elementos mouriscos e naturalistas²⁶.

Em 1932, Vergílio Correia contribui com dois capítulos para a *História de Portugal* de Damião Peres. No primeiro, *A Arte: o século XV, A arquitectura, a escultura, a pintura, as artes decorativas nos ciclos da “íclita geração”, afonsino e joanino*, o autor entende o século XV como momento de utilização de elementos de transição, numa coexistência de “elementos conservadores e revolucionários, com predomínio de uns sem absoluta eliminação dos outros²⁷”. Neste sentido, reconhece coexistências entre várias linguagens estilísticas, entendendo o gótico final como portador de um dramatismo que constitui o apogeu que caracteriza o final dos estilos²⁸. Correia divide a produção artística do século XV em três fases: a da “íclita geração”, a afonsina e a joanina. Referindo também Alcobaça e Belém, o autor crê que é sobretudo o Mosteiro da Batalha que mostra a maturidade do gótico²⁹, incorporando as três fases referidas.

No que toca ao ciclo afonsino, Correia refere a existência de uma tendência geometrizante e simplificadora (redução de pilares e supressão de capitéis, por exemplo), dando como exemplo o claustro da Lavagem, no convento de Tomar³⁰. Quanto a esta questão da simplicidade, que vê também na igreja de Palmela, o autor entende-a como contraposto à exuberância da Conceição de Beja e da fachada da Graça de Santarém, que seguem a tradição batalhina³¹. Para o autor, a Conceição de Beja é, portanto, um edifício do gótico batalhino.

É ainda interessante notar que Correia refere a existência de um ciclo à parte, o do gótico quatrocentista, onde inclui algumas construções alentejanas, “as igrejas e capelas contrafortadas de botaréis cilíndricos, rematados por agulhas cónicas com base cercada

²⁴ Watson, 1908, pp.148-156

²⁵ Watson, 1908, p.148

²⁶ Watson, 1908, p.156

²⁷ Correia, 1932, p.364

²⁸ “(...) alcançando essa arte então o apogeu realista e particularizante que marca o fim dos estilos.” Correia, 1932, p.364

²⁹ “Alcobaça representa o gótico inicial, monástico, grave e sóbrio; a Batalha mostra-nos o estilo na fase de maturidade; Belém consubstancia as últimas consequências construtivas do ogival na sua feição peninsular.” Correia, 1932, p.365

³⁰ Correia, 1932, pp.389 - 390

³¹ Correia, 1932, pp.392-393

de ameias”, como é o caso da igreja de S. Brás de Évora, da capela de Santo André em Beja, Santa Maria de Beja e S. Sebastião de Alvito, e ainda a igreja de S. Francisco de Évora³².

Para finalizar, o autor entende que a época manuelina vem modificar o espírito conservador que se verificava, e por isso modificando os edifícios da cidade de Évora, dada a importância que a cidade ganhou durante o reinado de D. Manuel.

Na mesma *História de Portugal*, Correia dedica o capítulo seguinte ao ciclo manuelino, começando por repartir o gótico em cinco divisões cronológicas (meados de século XII a 1235; 1235 ao fim do século XIII; o século XIV; o século XV; os primeiros decénios do século XVI, o manuelino em Portugal). Quanto à transição entre o século XV e o século XVI, o autor considera que o gótico passou por uma modificação que não se liga necessariamente ao Renascimento italiano, como alguns autores defenderam, mas sim a uma necessidade dentro do próprio do gótico, resultando de uma expansão de ideais, ganho de conhecimento e comodidade, entre outros factores. Correia entende que estas mudanças se desenvolvem segundo um processo cujo primeiro passo é a inserção de motivos decorativos de origem itálica, e o último é a substituição do gótico pela obra “ao romano”.

Aquilo que mais nos interessa é a forma como Correia se debruça sobre a utilização do termo “manuelino”, dando conta da utilização feita por autores como Varnhagen e Joaquim de Vasconcelos, entre outros. Tecendo a sua própria perspectiva, Correia vê a arte manuelina como portadora de um sentido cronológico e artístico, entendendo como válida a utilização do termo “estilo manuelino”, embora não o veja como aquilo “que se convencionou chamar estilo”, mas é válido sim como “modificação ou variante temporal de determinada arte”. Neste sentido, dá exemplos das designações como João V, Pombal e Maria I³³. O autor contrapõe a tese de Joaquim de Vasconcelos quanto à falta de originalidade do manuelino, considerando que é precisamente a desarmonia, variedade e intenção decorativa que dão carácter ao manuelino e que contribuem para que esta arquitectura ganhe destaque, apontando algumas causas técnicas e históricas³⁴. Finalmente, Correia divide o manuelino em várias correntes, que podem coexistir no mesmo edifício, indicando os responsáveis pelo desenvolvimento de cada

³² Correia, 1932, p.394-395

³³ Correia, 1932, p.437

³⁴ Correia, 1932, pp.440-443

uma delas: o gótico chamejante europeu (construtores da Flandres, Renânia, França e Borgonha, e também artistas nacionais), o chamejante ibérico (espanhóis e estrangeiros, trazido a Portugal pelos biscainhos), o gótico final indígena e popular (de proveniência vária, erudita e popular, representa o contributo provincial), o gótico mudéjar (a partir da junção de elementos góticos e muçulmanos, principalmente no sul da península), e por fim o gótico final renascentista (resultado da transformação do flamante final através da composição renascentista)³⁵.

Tendo em conta o entendimento destas correntes, podemos dizer que, apesar de contrapor alguns pontos da teoria de Joaquim de Vasconcelos, a perspectiva de Vergílio Correia é devedora desta anterior. Tanto Correia como Vasconcelos partem de uma visão internacionalista do manuelino, diferenciando-se da noção nacionalista do manuelino enquanto estilo português, desenvolvida por Varnhagen. Apesar de Correia conceder ao manuelino uma originalidade que advém das soluções utilizadas, segue a linha de Vasconcelos, de que são os construtores do norte da Europa e os espanhóis, por exemplo, que trazem para Portugal as formas variadas, aplicadas no manuelino.

Na linha de pensamento de Varnhagen podemos inserir a perspectiva tecida por Reinaldo dos Santos em *O estilo manuelino* (1947). Após criticar os problemas da leitura do manuelino e de mapear as primeiras utilizações do termo, o autor explica que os problemas do manuelino se encontram sobretudo na atribuição de autonomia enquanto estilo, discordando da abordagem de Joaquim de Vasconcelos e Vergílio Correia. Santos ressalva a importância de Eugénio d'Ors, que viu o dinamismo das formas e sentido de profundidade como aspectos fundamentais para a compreensão do manuelino, eliminando a confusão entre este e o plateresco. D'Ors fala de um barroquismo característico desta arquitectura, reconhecendo a originalidade do estilo³⁶ e caracterizando um dos seus aspectos fundamentais³⁷.

O autor dá conta de outros problemas inerentes ao manuelino, nomeadamente a confusão entre monumentos de origens diferentes, bem como erros de atribuição por falta de conhecimento dos mestres e dos vários ciclos de construção dos monumentos. Caracteriza o manuelino proveniente da expansão marítima, inspirado em temas nacionais, visível em monumentos como Belém, Tomar e Batalha, com caracteres

³⁵ Correia, 1932, p.444

³⁶ “un extraordinário fenómeno nacional y único.” D'Ors, 1964, p.121

³⁷ Santos, 1947, pp.37-38

comuns, mas cada um com a sua individualidade³⁸. Santos caracteriza o manuelino a partir do seu carácter naturalista (decoração em profundidade), distinguindo-o do espírito plateresco (decoração total das superfícies, em “retábulo”)³⁹. Por fim, admite a existência de uma “modalidade especial” que a arte manuelina assume em Sintra e no Alentejo, mas que não considera representativa do mesmo, dada a relação com origens andaluzas e a utilização de elementos mudéjares. Assim, há uma distinção entre o gótico naturalista e o gótico mudéjar, sendo o mudejarismo entendido como uma vertente à parte do estilo manuelino. “Mas se é uma modalidade da arte manuelina não é porém nem pode ser considerado como representando o estilo manuelino”⁴⁰. Reinaldo dos Santos não faz referência ao convento da Conceição, mencionando apenas a cidade de Beja como local de uma hibridez gótica e mudéjar⁴¹. Esta problemática do mudejarismo não será aprofundada neste estudo, uma vez que o elemento mais apontado como mudéjar no convento da Conceição de Beja são as janelas geminadas, originárias do Paço dos Infantes e não do espaço conventual.

Mário Tavares Chicó publica, em 1948, o capítulo intitulado *O mosteiro da Batalha e a arquitectura em Portugal no fim do século XIV e no século XV*, na *História da Arte em Portugal* de Aarão Lacerda. Discorrendo sobre a importância do mosteiro da Batalha como grande estaleiro de obras que vai marcar largamente a arquitectura de todo o país, o autor refere o convento da Conceição de Beja e a forma como esta tradição batalhina se manifesta em conjunto com novos elementos decorativos, tipicamente manuelinos⁴².

Na mesma obra, Chicó contribui com outro capítulo *A arquitectura em Portugal na época de D. Manuel e nos princípios do reinado de D. João III. O gótico final português, o estilo manuelino e a introdução da arte do renascimento*. O autor começa por fazer uma contextualização da historiografia relativa ao manuelino e a discussão que a ela está associada⁴³. Chicó considera que os monumentos incluídos na arte manuelina são construções do gótico final português, que apresentam o mesmo tipo de estrutura e

³⁸ “A unidade de sentimento vem da época que exprimem e da escola em que todos se formaram, Batalha, a variedade vem da personalidade dos artistas e das influências diferentes que sofreram.” Santos, 1947, p.42

³⁹ Santos, 1947, p.44

⁴⁰ Santos, 1947, p.50

⁴¹ Santos, 1947, p.48

⁴² Chicó, 1948, p.60

⁴³ Chicó, 1948, p.225

cobertura que se usou na tradição gótica, adoptando outro tipo de arcos e nervuras⁴⁴. O autor defende que não houve “mudanças bruscas” na arquitectura portuguesa, durante o início do reinado de D. Manuel I, mantendo-se o tipo de construção gótica e alterando-se apenas a decoração e as proporções⁴⁵. Aqui, o autor refere a fachada da igreja da Conceição, com pináculos torsos e “outros pormenores” que contactam com o mosteiro da Batalha, mas que se erguem como sendo “das primeiras manifestações da arte manuelina”⁴⁶. Chicó parece perceber a importância do estudo da estrutura dos edifícios do manuelino⁴⁷, pelo que vai analisar as plantas de algumas igrejas do gótico final, compreendendo a ausência do transepto, a predominância dos corpos rectangulares, até mesmo nas cabeceiras, que têm maioritariamente dois tramos. As naves passam a ter a mesma altura, o que nos começa a remeter para o desenvolvimento das igrejas-salão, embora ainda não estejamos perante tal fenómeno⁴⁸. Chicó explora os problemas inerentes às coberturas dos monumentos manuelinos, pois passa a usar-se o arco de volta perfeita como base para a construção, não se limitando ao uso do arco quebrado⁴⁹. Desenvolvem-se as coberturas complexas, com inúmeras nervuras e variados fechos⁵⁰. O contributo do autor é ainda pautado pela inserção de pontos de contacto com edifícios de outras partes da Europa, permitindo perceber o panorama português em paralelo com o restante continente.

A partir da divisão do gótico em várias fases, levada a cabo por Vergílio Correia, Chicó discorre também sobre o gosto mudéjar nestas construções do gótico final⁵¹. Mais uma vez, Chicó mostra a importância da construção da igreja da Conceição, referindo o importante contributo de Walter Crum Watson, que foi um dos primeiros a trazê-la para a discussão em torno do gótico final e do manuelino⁵².

⁴⁴ Chicó, 1948, p.226

⁴⁵ Chicó, 1948, p.229

⁴⁶ Chicó, 1948, p.230

⁴⁷ “(...) mas, talvez por esse motivo, a análise da estrutura das construções mais representativas da época manuelina tem sido em parte descurada.” Chicó, 1948, p.229

⁴⁸ Chicó, 1948, pp.232-233

⁴⁹ Chicó, 1948, p.237

⁵⁰ Chicó, 1948, pp.238-239

⁵¹ Chicó, 1948, p.263

⁵² “(...) uma das primeiras se não a primeira igreja em que podemos notar a influência directa do Mosteiro da Batalha e, ao mesmo tempo, o aparecimento de vários motivos que irão manter-se durante todo o reinado de D. Manuel e não desaparecerão ainda no de D. João III.” Chicó, 1948, p.256

Mais tarde, em 1954, publica *A arquitectura gótica em Portugal*, onde define o manuelino como descendente do gótico da Batalha⁵³. O autor refere a importância do estudo da estrutura das construções dos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III⁵⁴, considerando que não se dão, no reinado de D. Manuel, mudanças bruscas na arte nacional, apenas a decoração e as proporções variam⁵⁵. Através da análise de várias construções entre o final do reinado de D. João II e início do de D. Manuel⁵⁶, Chicó conclui que as igrejas desta fase de transição têm decoração renascentista nas colunas e arcadas, mas mantêm a estrutura ogival⁵⁷.

Outro contributo importante é o de Mendes Atanásio, ao publicar *Arquitectura do Manuelino – Novos problemas de espaço e técnica*, em 1969. Explora sobretudo os problemas estruturais, espaciais e técnicos, relativos à arquitectura manuelina, justificando a sua abordagem com a grande importância que se tem dado ao ponto de vista decorativo e historicista do Manuelino, resultando numa historiografia que ignorou, em grande parte, as questões estruturais e construtivas deste período^{58,59}.

Desta forma, Mendes Atanásio desenvolve uma análise do manuelino que realça, primeiramente, a predilecção por um espaço unificado e puro, através das plantas centralizadas ou amplas, sem colunas que dividam o espaço, à excepção de uma única coluna central, como acontece na sacristia dos Jerónimos⁶⁰. A unidade espacial é conseguida também com o eliminar de pilastras, sendo que as descargas das abóbadas terminam em mísulas, não havendo divisões acentuadas do espaço interior⁶¹.

Em segundo lugar, o autor refere as abóbadas manuelinas, com inovação presente na multiplicação de nervuras secundárias, que permitiram criar abóbadas com ângulos

⁵³ “A arte da época manuelina, descendente directa da arte portuguesa do século XV e do estilo elegante e requintado de Mestre Huguet (...)” Chicó, 1968, p.193

⁵⁴ “(...) a análise de estrutura das construções mais características dos reinados de D. João II, de D. Manuel e de D. João III tem sido em parte descurada, embora merecesse bem a pena fazê-la.” Chicó, 1968, p.194

⁵⁵ Chicó, 1968, p.194

⁵⁶ Mosteiro da Batalha, matriz de Caminha, igreja de S. João Baptista de Tomar, igreja de Jesus de Setúbal, igrejas de torres cilíndricas e palácios luso-mouriscos em Évora, igreja da Conceição de Beja, igreja de S. João Baptista de Moura

⁵⁷ Chicó, 1968-pp.194-195

⁵⁸ Atanásio, 1969, p.7

⁵⁹ Incluindo os contributos da historiografia internacional: ““Its innovativeness notwithstanding, this style has been categorized with other variants considered part of the Late Gothic or, as it is sometimes called, Baroque phase. It is decoration, not structure or spatial concept, that lies at the heart of Portuguese Late Gothic.” Grodecki, 1978, p.196

⁶⁰ Atanásio, 1969, p.11

⁶¹ Atanásio, 1969, p.12

menos verticais do que os de tradição gótica⁶². Atanásio volta a salientar a ausência de pilastras e contrafortes, como contributo para a criação de um espaço unificado, e termina com uma reflexão relativa à luz na arquitectura manuelina, que contribui também para o mesmo objectivo. Nesta obra, o autor não refere o convento da Conceição de Beja, concentrando-se em exemplos como Santa Cruz de Coimbra e os Jerónimos, referindo também o Jesus de Setúbal e Nossa Senhora do Pópulo das Caldas, entre outros.

Mais tarde, em 1984, Mendes Atanásio publica *A Arte do Manuelino – mecenas, influências, espaço*, onde revela novamente esta preocupação com as questões estruturais do manuelino, colocadas de lado pela historiografia anterior, que o autor vai enumerar e criticar. Nesta obra, Atanásio parece defender a ideia de que o manuelino se iniciou no reinado de D. Manuel, partindo do convento de Jesus de Setúbal, procurando um afastamento dos modelos góticos⁶³. Ao longo da obra, o autor levanta várias questões, algumas já aqui referidas, quanto à historiografia e entendimento do manuelino, a sua categorização enquanto estilo, as suas balizas cronológicas e a importância dos seus mecenas. Ainda assim, devemos referir que o autor se baseia, maioritariamente, num quadro cronológico que parte do reinado de D. Manuel I e não abarca muitos exemplos anteriores à intervenção do monarca, o que justifica a ausência do convento da Conceição nesta análise.

Destacamos também o contributo de Riccardo Averini, em *Sul Manuelino* (1983), onde procura perceber os problemas em volta do manuelino. O autor refere a emergência do termo num momento em que se constrói uma história da arte regional ou “nacionalista”, abordando também a questão da cronologia: o manuelino reporta-se a uma cronologia definível, onde todos os exemplos que não fazem parte dela são considerados como episódios específicos ou derivações dos modelos estabelecidos por este período⁶⁴. Averini mostra ainda que o manuelino não dispõe de uma teoria explícita que defina os modelos e objectivos da arte da época, utilizando a pintura como exemplo⁶⁵. Averini segue a linha da historiografia que defende que o manuelino não pode ser considerado

⁶² Atanásio, 1969, p.13

⁶³ “Que o Manuelino tenha começado com o Reinado de D. Manuel parece um facto certo, já que não se pode admitir que a igreja do Convento de Jesus de Setúbal, no seu arranjo manuelino, seja do tempo de D. João II.” Atanásio, 1984, p.25

⁶⁴ Averini, 1983, p.37

⁶⁵ Averini, 1983, p.38

um estilo. Reconhece a existência do manuelino sob uma atmosfera encontrada apenas em Portugal e em locais de outros continentes que a ela estiveram sujeitos⁶⁶.

Em *A arquitectura do gótico final e a decoração manuelina* (1986), Pedro Dias entende o manuelino como “tipo decorativo” que surge em Portugal durante o reinado de D. Manuel I, momento este em que teve também o seu apogeu. Na sua perspectiva, a característica principal deste momento é o “exagero no emprego de motivos naturalistas”, bem como a “transformação de tradicionais elementos da estrutura dos edifícios (...) em formas arrancadas à natureza ou fantasiadas a partir dela.”⁶⁷. Refere a posição de Joaquim de Vasconcelos, que não reconhece a originalidade do manuelino, concordando apenas com a ideia de falta de inovação na concepção espacial, que crê manter a forma gótica, mas discordando do resto⁶⁸. O autor apoia a ideia de Vergílio Correia de que são a desarmonia, proliferação e intenção decorativa que dão carácter ao manuelino⁶⁹.

Dias desmistifica a ideia de que a gramática utilizada no manuelino se prende com motivos marinhos⁷⁰, ideia que se forma no final de XIX com os revivalismos⁷¹. Dedicou algumas páginas à actividade de mestres como Mateus Fernandes, Boitaca, Arrudas e Castilho. Posto isto, concentra-se em mapear as construções manuelinas nas várias regiões do país, começando pelo litoral norte⁷², passando pelo interior de Trás-os-Montes e Beiras⁷³, o centro litoral⁷⁴, o Alentejo e Baixa Estremadura⁷⁵ e por fim o Algarve⁷⁶, deixando também espaço para abordar a expansão do manuelino nos territórios ultramarinos⁷⁷.

⁶⁶ Averini, 1983, p.40

⁶⁷ Dias, 1986, p.16

⁶⁸ Dias, 1986, p. 18

⁶⁹ “Não descortinamos razões para não considerarmos o manuelino um estilo. Tem autonomia e regras suficientemente claras para poder gozar desta classificação e categoria. Não um estilo arquitectónico, construtivo, criador de espaço, mas um estilo decorativo” (Dias, 1986, pp.21-22)

⁷⁰ Esta ideia também é transmitida pela historiografia internacional, como vemos com Grodecki em *Gothic Architecture*. “The Manueline style preferred to concentrate on highly elaborate naturalistic motifs – shellfish, plants, vines, and fantastic fauna.” Grodecki, 1978, p.196

⁷¹ Dias, 1986, p.22

⁷² Dias, 1986, pp. 68-70

⁷³ Dias, 1986, pp.70 - 74

⁷⁴ Dias, 1986, pp, 74 - 78

⁷⁵ Dias, 1986, pp, 80-86

⁷⁶ Dias, 1986, pp, 87-88

⁷⁷ Dias, 1986, pp.88-90

Por fim, Dias aborda a vertente mudéjar do manuelino, que considera um dos problemas mais importantes da época. O autor entende que esta vertente chega a Portugal não tanto pela presença islâmica e permanência dos mouros, mas sim por via espanhola⁷⁸.

d) A historiografia moderna

Depois das discussões sobre o manuelino, derivadas das perspectivas lançadas por Varnhagen e Joaquim Vasconcelos, desenvolvem-se novas abordagens ao manuelino, olhando-o de uma forma inovadora e fazendo uso de análises mais elaboradas e de uma observação mais atenta aos edifícios. O primeiro nome a destacar é José Custódio Vieira da Silva, em *O Tardo-Gótico em Portugal, a arquitectura no Alentejo* (1989). O autor divide a obra num momento introdutório, onde aborda sobretudo os problemas de periodização na metodologia em história da arte, focando-se sobretudo na questão do tardo-gótico e problemas que lhe estão inerentes. De seguida, centra-se nas questões de espaço e tempo na definição do tardo-gótico alentejano. Depois, o autor debruça-se sobre o tardo-gótico na arquitectura religiosa do Alentejo, tendo como pontos de referência a igreja do Convento da Conceição de Beja, a igreja de S. Francisco e a dos Lóios, ambas em Évora, referindo também as fontes de influência vindas do Midi e da Catalunha. Aborda também as construções influenciadas pela igreja de S. Francisco de Évora e a construção de igrejas paroquiais. Por fim, elabora um estudo de formas significativas, nomeadamente a porta da Casa do Capítulo e porta do Refeitório do Convento da Conceição de Beja, a porta da Casa do Capítulo do Convento dos Lóios de Évora, os abobadamentos e a escultura decorativa.

A abordagem do autor deixa claros os problemas da historiografia relativa ao tardo-gótico. É importante relevar que a teoria desenvolvida por Vieira da Silva se baseia na análise directa das construções do período, como se pode observar pelos estudos de formas. A par disto, discute os conceitos comumente utilizados no estudo do tardo-gótico, contruindo uma visão crítica e informada. Vieira da Silva procura enquadrar o conceito de tardo-gótico no panorama da História da Arte em Portugal, e por isso propõe-se analisar as obras mais representativas desse momento⁷⁹. Desta forma, pretende inserir o manuelino no quadro do tardo-gótico.

⁷⁸ Dias, 1986, pp. 90-91

⁷⁹ Silva, 1989, pp.9-10

Vieira da Silva considera que é Mário Chicó quem entende o problema do manuelino de forma mais correcta. Chicó crê que o manuelino é descendente da arquitectura do século XV, sem grandes mudanças, variando a decoração e as proporções. Tendo isto em conta, Vieira da Silva entende que o formulário usado no manuelino já não obedece a um cânone, e justifica as questões de multiplicidade e falta de unidade através da procura de artistas estrangeiros como resposta ao grande surto de construção na época.

Nas páginas que dedica ao manuelino, na *História da Arte Portuguesa* (1995), Paulo Pereira começa por mostrar a importância de uma nova conjuntura quatrocentista, onde destaca o estaleiro da Batalha como introdutor da mudança estrutural e formal do gótico. Mapeia as várias tipologias góticas que estavam em voga em meados de XV, verificando-se uma amplificação das mesmas e transformação das tipologias antigas. A isto acresce a regionalização dos modelos arquitectónicos e a maior atenção dada à decoração. Tal como Vieira da Silva, Pereira refere a questão do surto de iniciativas de edificação entre os séculos XV e XVI⁸⁰.

Para este autor, existem duas correntes da arquitectura de XV, uma de ascendente flamejante, com decoração vegetalista, etc. (Batalha), e uma mais despojada (claustro afonsino da Batalha). Assim, o tardo-gótico é o momento de convivência destas duas correntes, fruto de uma mudança de gosto⁸¹.

Pereira dedica-se também às construções da arquitectura civil, notando uma tendência italianizante e proto-renascentista, aliada à procura de um espaço unificado. Posto isto, é destacada a arquitectura patrocinada pelos Duques de Beja, nomeadamente a igreja de Santiago de Palmela e o Convento da Conceição de Beja, onde são observáveis inovações tipológicas que envolvem a simplificação das construções e a tendência para a unificação do espaço, sendo que neste último exemplo, a Conceição de Beja, se nota também o vocabulário do gótico final batalhino, com especial destaque para a decoração utilizada⁸².

⁸⁰ Pereira, 1995, pp.11-13

⁸¹ “O certo é que o tardo-gótico batalhino fará conviver este novo modo, despojado e fino, com o outro modo flamejante, destinado também a larga fortuna.” Pereira, 1995, p.18

⁸² Pereira, 1995, pp.27-32

Pereira mostra a importância de Évora como cidade que continha edifícios de um novo modo gótico, inserindo depois a problemática do mudéjarismo na arquitectura do tardo-gótico alentejano, procurando compreender a sua génese⁸³.

O autor debruça-se sobre a problemática da designação “estilo manuelino”, referindo o contributo de Varnhagen e a apropriação romântica que levou a que o manuelino ganhasse uma conotação exótica e marítima. Pereira procura compreender as duas posições-chave do problema, Varnhagen e Vasconcelos, entendendo que há também uma historiografia moderna onde se destaca Vieira da Silva, como já vimos. O autor considera que foi a combinação de uma série de influências (gótico de Inglaterra, elementos mudéjares, tipologias mediterrânicas, tipologias do norte da Europa, formulários proto-renascentistas como o plateresco, heráldica manuelina) na arquitectura entre 1490 e 1530 que levaram à multiplicidade de tipologias num só período, país e monumento.

Discorrendo sobre a invenção do estilo manuelino, Pereira discute a historiografia relativa a este tema, dando conta das perspectivas fundadoras e das discussões que daí têm resultado. O autor considera que o manuelino resulta de uma combinação de várias opções, sejam elas quatrocentistas, góticas, inglesas, mudéjares, mediterrânicas ou proto-renascentistas, tendo-se sedimentado a ideia de que o manuelino é, portanto, dotado de uma individualidade criativa⁸⁴.

Por fim, Pereira faz um levantamento das várias tipologias que se desenvolveram na arquitectura entre 1490 e 1530, nomeadamente as igrejas de nave única e as igrejas com cobertura de madeira, apontando para o caso da Conceição de Beja como exemplo destas duas categorias, bem como as igrejas-salão e inserção de volumes cilíndricos ou de secção redonda. O autor refere outras características da arquitectura da época, como a unificação espacial, a amplificação dos ornatos, o uso da abóbada de penetrações, abóbadas em rede e o uso de nervuras curva, entre outros exemplos⁸⁵.

Interessa-nos relevar as ideias levantadas por Rafael Moreira, em *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal – A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, onde o autor entende que as obras definidas como “proto-manuelinas”, nomeadamente Beja, Setúbal, Tomar e a Quinta da Bacalhoa em Azeitão, pertencem, coincidentemente,

⁸³ Pereira, 1995, pp.33

⁸⁴ Pereira, 1995, p.55

⁸⁵ Pereira, 1995, pp.57-60

ao círculo de D. Leonor, os infantes, D. Manuel e a sua ama, Justa Rodrigues. Para Moreira, este gosto da corte dos duques de Beja é um gosto local, com elementos mudéjares e italianizantes, que viria a generalizar-se, com D. Manuel I, como estilo nacional manuelino⁸⁶. O autor vê no manuelino uma componente italiana, que se expressa através das escolhas de D. João II e da própria conjuntura nacional⁸⁷.

Por fim, queremos destacar a obra *O Fascínio do Fim* (1987), de José Custódio Vieira da Silva, onde o autor se debruça sobre o final da Idade Média, com um conjunto de textos que abordam várias temáticas ou edifícios, atentando na complexidade da época, as atitudes e a germinação de novas ideias. Silva expressa a importância de estudar a arquitectura religiosa e civil, bem como outras expressões artísticas do final da Idade Média, como forma de perceber as vivências dessa mesma sociedade⁸⁸.

De certa forma, é nesta obra que encontramos parte da justificação para a realização de um estudo mais aprofundado sobre a arquitectura do convento da Conceição na transição do século XV para o século XVI. Vieira da Silva mostra que o final da Idade Média é um dos períodos entendidos como “confusos e contraditórios”, por se tratar de uma época de mudança⁸⁹. O autor entende que a arquitectura gótica espelha os problemas das análises historiográficas em relação às mudanças, já que as interpretam como simultâneas e pressupõem a existência de um caminho pré-definido a seguir⁹⁰.

Vieira da Silva considera pouco correcta esta ideia de que o final da arquitectura gótica corresponde a “uma simples recorrência de um sistema esgotado e sem soluções inovadoras”⁹¹. Através do seu estudo, Vieira da Silva pretende contrariar os lugares comuns construídos em relação à Idade Média, vista como momento de trevas⁹². O autor

⁸⁶ Moreira, 1991, p.25

⁸⁷ “A hipótese de nesse conglomerado de influências locais e exóticas que irá cristalizar no chamado estilo manuelino podermos destrinçar uma componente italiana, com um momento alto durante o século XV correspondendo não só às inclinações intelectuais de D. João II como a uma precisa conjuntura cultural do país, ganha, assim foros de possibilidade palpável” Moreira, 1991, pp. 27-28

⁸⁸ “Arquitectura religiosa e civil ou atitudes e sensibilidades artísticas tardo-medievais são, por isso, o meio privilegiado através do qual se procura, de alguma forma, melhor perscrutar e entender as vivências dessa sociedade.” Silva, 1997, p.7

⁸⁹ “períodos quase sempre entendidos como confusos e contraditórios, verbi gratia as épocas de mudança (...)” Silva, 1997, p.7

⁹⁰ “Como se as mudanças ocorressem todas em simultâneo e como se todas as disciplinas artísticas tivessem necessariamente o mesmo e coincidente percurso!” Silva, 1997, p.9

⁹¹ “Ou, traduzindo de outra forma, como a incapacidade para adoptar novos formulários artísticos apenas porque não coincidem com o que em Itália se passava” Silva, 1997, p.9

⁹² Silva, 1997, pp.8-9

destaca também a importância do estudo dos regionalismos e especificidades locais, que pode potenciar um novo entendimento da História⁹³.

É, portanto, neste contexto, que o convento da Conceição de Beja tem de ser estudado.

e) O convento da Conceição de Beja – estado da arte

O convento da Conceição de Beja (fig.1) tem sido frequentemente mencionado por diversos autores, desde o século XIX à actualidade, mas a verdade é que está ainda por contar, do princípio ao fim, a história deste edifício.

As referências bibliográficas que mencionam o convento da Conceição, ao longo do século XIX, são sobretudo levantamentos dos monumentos mais marcantes de cada região⁹⁴, alusões à história de Mariana Alcoforado⁹⁵ e aos comportamentos da comunidade religiosa deste convento⁹⁶. Na verdade, não podemos dizer que no século XIX houvesse já tentativas de análise da construção deste edifício, embora já fosse considerado importante a nível regional, sendo um dos marcos da história e cultura bejense.

Ao longo do século XX, o interesse dado ao convento da Conceição parece ter vindo a crescer, possivelmente como resultado das intervenções no convento iniciadas por volta de 1895, envolvendo demolições para alargamento das ruas envolventes, bem como a reestruturação do edifício para se tornar sé catedral de Beja. A partir daqui, verifica-se uma maior quantidade de referências ao convento, no sentido de estudar a história da sua construção e de o inserir no quadro da história da arquitectura portuguesa. Começa-se a procurar perceber o merecimento artístico do convento da Conceição.

⁹³ Silva, 1997, p.11

⁹⁴ Por exemplo Ribeiro, 1986; Leal, 1873

⁹⁵ Por exemplo Cordeiro, 1891

⁹⁶ Por exemplo Assunção, 1893



Figura 1. Convento da Conceição de Beja, fachada lateral, de acesso ao Museu Regional de Beja.

f) Uma historiografia dividida entre o gótico e o manuelino

“At Beja the church of the Conceição, founded by Dom Manoel’s father has been very much pulled about, but the cornice and parapet with Gothic details, rope mouldings and twisted pinnacles still show that it also was built when the new Manoelino style was first coming into use.”⁹⁷.

É Walter Crum Watson que refere a Conceição como edifício de tradição gótica. O autor vê na Conceição elementos como a platibanda, a decoração e os pináculos torsos, que colocam a arquitectura do edifício nos primórdios do estilo manuelino. Este é um momento de especial importância na historiografia da Conceição pois inaugura uma nova visão desta construção, até então tida como gótica. É Watson o primeiro a ligar a Conceição ao conceito de manuelino.

Em 1932, Virgílio Correia analisa o portal principal (lateral) da igreja, colocando o edifício na senda do gótico do mosteiro da Batalha, mas reconhece a existência de

⁹⁷ Watson, 1908, p.148

particularidades regionais e de semelhanças com o gótico valenciano e catalão⁹⁸, notando também a presença um espírito muçulmano⁹⁹.

Abel Viana, arqueólogo eborense, inicia a publicação de uma série de estudos sobre o edifício da Conceição, passando de uma abordagem mais geral, dentro da evolução da cidade de Beja, para uma análise mais aprofundada, dividida em vários artigos publicados pelo *Arquivo de Beja*, entre 1944 e 1946. O autor baseia-se sobretudo nas passagens do jornal *O Bejense*, onde foi documentado o processo de demolição e reestruturação do edifício¹⁰⁰. Aborda também o espólio do convento e transferências feitas para outros museus, aquando do encerramento da instituição. No ano seguinte, os artigos de Viana passam a apresentar o edifício do convento, sendo que o autor disponibiliza algumas plantas da sua autoria, para melhor compreensão da organização do espaço conventual¹⁰¹. Em 1946 publica os últimos artigos no *Arquivo de Beja*, onde continua o trabalho que até aqui havia desenvolvido, mencionando os objectos que foram sendo encontrados nas intervenções arqueológicas no terreno do convento¹⁰², e estudando ainda a família dos fundadores, os infantes D. Fernando e D. Beatriz¹⁰³.

Também publicada no *Arquivo de Beja*, em 1965, a *História dos Conventos de Beja*, de Carlos Ponces Canelas, consiste numa tentativa de sintetizar a história do Convento da Conceição, desde a sua fundação à passagem a museu¹⁰⁴. Apesar das raras menções às fontes consultadas, este foi um contributo importante por deixar mais clara a cronologia das alterações arquitectónicas a que o convento esteve sujeito.

⁹⁸ “Na Conceição de Beja (...) se o portal – engastado num corpo saliente de esquinas avivadas por colonelos em dois andares, com arco canopial de ponta muito subida sobre a cimalha recta – se filia no estilo nacional dominante, há aspectos arquitectónicos que fazem lembrar o gótico valenciano e catalão coevos, e há pormenores construtivos, como o da porta brasonada do claustro, cujo escudo lembra o do Varatojo, fundação de 1470, que podem considerar-se verdadeiras criações regionais.” Correia, 1932, p.393

⁹⁹ “Bem afastadas desta singeleza estão a Conceição de Beja e a fachada da Graça de Santarém, duas construções em que o chamejante se manifesta com exuberância e graça, ainda dentro da tradição do portal da Batalha e em que a nota delicada dos medalhões ou molduras das cantoneiras dos arcos traz ao espírito a decoração muçulmana dos alfizes.” Correia, 1932, p.393

¹⁰⁰ Viana, fasc. I, 1944

Viana, fasc. II, 1944

Viana, fasc. III, 1944

Viana, fasc. IV, 1944

¹⁰¹ Viana, fasc. I-II, 1945

Viana, fasc. III-IV, 1945

¹⁰² Viana, fasc. I-II, 1946

¹⁰³ Viana, fasc. III-IV, 1946

¹⁰⁴ Canelas, 1965, pp.233-247

Reinaldo dos Santos vai mencionar a obra da Conceição em *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, pela importância dos seus portais e janelas¹⁰⁵. O autor reconhece o Alentejo como berço do manuelino, mas exalta sobretudo a igreja de Jesus de Setúbal como exemplo maior, devido aos pilares de toros espiralados da autoria de Boitaca¹⁰⁶.

Em 1968, Mário Tavares Chicó publica *A Arquitectura Gótica em Portugal*, onde considera a Conceição como uma das construções que melhor representa a arquitectura religiosa do final do reinado de D. João II e início do reinado de D. Manuel I¹⁰⁷. Para esta conclusão, o autor baseia-se sobretudo no tipo de planta utilizada, rectangular, sem transepto, e de cabeceira recta¹⁰⁸, concluindo que o manuelino é descendente da arquitectura do século XV, pelo que a Conceição é, desta forma, um dos primeiros exemplares da emergência deste estilo.

Em 1986, o *Diário do Alentejo* publica o primeiro estudo realizado por Leonel Borrela, historiador e funcionário do Museu Regional de Beja, focado na sala do Capítulo do convento, que não caracteriza como manuelina, mas admite que o edifício conventual apresenta várias épocas de construção “que vão do gótico e gótico manuelino ao barroco”¹⁰⁹. O autor considerou o portal da sala do Capítulo um exemplar do gótico, contribuindo para a exploração mais atenta dos elementos constituintes do convento da Conceição no quadro da história da arte do século XV. Em 1988, desta vez no *Arquivo de Beja*, Borrela desenvolve uma investigação sobre a capela-mor da igreja da Conceição, dando especial atenção ao túmulo do infante D. Fernando e à abóbada que cobre a divisão. O autor conseguiu expor uma série de informações que possibilitam um maior conhecimento da construção da igreja e dos aspectos da capela-mor que hoje em dia não são visíveis. Na verdade, o estudo da abóbada da capela-mor, que o autor considera “gótico-manuelina”, é um dos poucos contributos que temos para a investigação sobre este elemento hoje oculto pelo altar de talha barroca.

¹⁰⁵ “De algumas [obras de estilo manuelino] restam apenas portais ou janelas, aliás integráveis nos modelos típicos já citados, como na Conceição de Beja, nos portais de Évora, (...)” Santos, 1970, p.166

¹⁰⁶ “As raízes do manuelino vieram certamente do Alentejo, de algumas obras de Évora e Beja – S. Brás (?), S. Francisco (?) – mas a única averiguada é Jesus, onde os pilares de toros espiralados surgem pela primeira vez sob a égide de Boitaca.” Santos, 1970, p.145

¹⁰⁷ “(...) em Beja a igreja da Conceição e em Moura a de São João Baptista são, sem dúvida, os monumentos que melhor representam as características e variantes da arquitectura religiosa nacional, entre o fim do reinado de D. João II (1481-1495) e o primeiro decénio do de D. Manuel.” Chicó, 1968, p.195

¹⁰⁸ Chicó, 1968, p.195

¹⁰⁹ Borrela, 1986

Nas mesmas datas, 1986 e 1988, Pedro Dias publica o capítulo *A arquitectura do gótico final e a decoração manuelina* na *História de Portugal* das Publicações Alfa, e *A arquitectura manuelina*, respectivamente. No primeiro estudo, o autor chama atenção para o desenvolvimento do portal do refeitório e da sala do Capítulo enquanto exemplos da arquitectura manuelina¹¹⁰. Considera que a intervenção de D. Manuel I no edifício terá constituído o apogeu da construção. No segundo título, Dias insere a construção numa corrente mudéjar, nomeadamente “certas janelas”¹¹¹ (embora saibamos que as janelas de feição mudéjar que estão hoje na Conceição, eram originalmente do Paço dos Duques de Beja, sendo que este dado poderia não estar disponível ao autor).

Um dos grandes contributos para o estudo deste edifício é de 1989, da autoria de José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal, a arquitectura no Alentejo*. Aqui, o autor analisa a Conceição no momento da sua fundação e construção primitiva dentro do contexto do gótico final. Considera a igreja como um momento de charneira no gótico final português¹¹², vendo nela uma relação com o gótico batalhino que tem continuação no portal da Sala do Capítulo, mas reconhecendo também a inserção de elementos inovadores¹¹³, nomeadamente a abóbada da capela-mor, os ábacos de lados côncavos no portal da igreja, e os elementos torsos¹¹⁴. O autor estabelece também uma relação com soluções a nível internacional, como a catedral de Sevilha, e outros contributos da arquitectura do Midi e da Catalunha¹¹⁵.

Paulo Pereira vai também analisar a construção da Conceição de Beja, em *Do «Modo» Gótico ao Manuelino (Séculos XV-XVI)*. O autor considera o edifício, tal como Vieira da Silva, um momento de charneira no gótico final português¹¹⁶, identificando os contributos do gótico batalhino aqui presentes¹¹⁷, mas reconhecendo a existência de

¹¹⁰ Dias, 1986, p.130

¹¹¹ “Datáveis do século XVI, no campo da arquitectura, podemos considerar como obras mais importantes, dentro da corrente mudéjar, (...) certas janelas do Convento da Conceição de Beja (...)” Dias, 1988, p.95

¹¹² “A igreja da Conceição de Beja assume-se, pois, como um edifício de encruzilhada na introdução do tardo-gótico no Alentejo” Silva, 1989, p.57

¹¹³ Silva, 1989, 36

¹¹⁴ Silva, 1989, pp.54-56

¹¹⁵ “Um verdadeiro edifício do Sul, pioneiro do tardo-gótico no Alentejo, mas desde logo o ar de família que as suas construções irão ter e que o aproxima dos edifícios da faixa mediterrânica europeia.” Silva, 1989, p.57

¹¹⁶ “Já o Convento da Conceição de Beja, outra das edificações promovidas pelos duques de Beja parece, pelo contrário, remetida para um papel de charneira no quadro do gótico final português.” Pereira, 1995, p.31

¹¹⁷ “No exterior, a porta norte revela os contributos do gótico final batalhino.” Pereira, 1995, p.31

elementos de suporte e decoração que apresentam um vocabulário original¹¹⁸ e que irão constituir uma tendência na arquitectura do chamado estilo manuelino¹¹⁹.

Em 1991, Joaquim Figueira Mestre escreve *Beja, Olhares sobre a Cidade*, contribuindo para o exaltar da importância do convento da Conceição na história da cidade de Beja, sem acrescentar, contudo, dados novos de análise.

Data de 1993 o *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Beja*, de Túlio Espanca, uma das referências que nos permite ter uma visão mais abrangente da história do convento da Conceição, embora apresente ainda algumas lacunas e poucas referências documentais. No entanto, permite-nos perceber o desenvolvimento da construção, as várias intervenções realizadas, tendo também em conta a passagem do convento a Museu Regional.

Alfredo Saramago escreve, em 1994, *Convento de Soror Mariana Alcoforado, Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*, explorando a história deste espaço, apoiando-se sobretudo em documentação dos séculos XVII a XIX.

No final do século, Leonel Borrela volta a publicar alguns artigos no *Diário do Alentejo*, focando-se exclusivamente no túmulo do infante D. Fernando¹²⁰, e de seguida tratando de alguns registos fotográficos¹²¹, da variedade de revestimentos parietais existente¹²², alguns aspectos da quadra de S. João Evangelista do claustro e sala do Capítulo¹²³ e, por fim, uma análise de uma planta da cidade na zona onde se situa o convento, datada de 1870¹²⁴.

Também Maria de Lurdes Rosa, em *A fundação do Mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa Dona Beatriz*, de 1998, se foca especialmente nos aspectos da fundação do convento por parte da infanta.

Finalmente, já no século XXI, mantém-se o interesse pelo estudo deste convento. Alfredo Saramago publica, em 2005, uma monografia intitulada *Fé e grandeza e boa vida*

¹¹⁸ “Mas é na estrutura dos elementos de suporte e na decoração geral ou dos remates que o Convento da Conceição apresenta um vocabulário original” Pereira, 1995, p.32

¹¹⁹ “Todos estes elementos passarão entretanto a fazer parte do reportório ornamental do chamado “estilo manuelino”, pois irão ser integrados no mainstream da arquitectura portuguesa do último terço do século XVI, podendo inclusivamente ajudar a caracterizá-la (...)” Pereira, 1995, p.32

¹²⁰ Borrela, 1996, n.º720

¹²¹ Borrela, 1997, n.º789

¹²² Borrela, 1997, n.º785

¹²³ Borrela, 1997, n.º788

¹²⁴ Borrela, 1997, n.º791

*de uma casa monástica: para uma história do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja: Ensaio Histórico*¹²⁵, onde compõe a história da fundação do mosteiro por parte dos infantes. Para além disso, Maria Mascarenhas Caeiro faz algumas referências ao convento da Conceição na sua dissertação *Clarissas em Portugal. A Província dos Algarves. Da Fundação à Extinção – Em busca de um Paradigma religioso feminino*¹²⁶, inserindo o edifício na história das Clarissas, relacionando-o com outros conventos da mesma ordem, no país.

Leonel Borrela publica mais dois artigos no *Diário do Alentejo*, um deles sobre as Portas de Mértola e o convento¹²⁷, o outro novamente sobre a abóbada da capela-mor da Conceição¹²⁸. Em *Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português. Séculos XIII a XVI*, Catarina Barreira utiliza a igreja da Conceição de Beja enquanto caso de estudo, concentrando-se na análise das gárgulas que pontuam a fachada principal, estabelecendo uma relação entre estas e o estaleiro de obras da Batalha¹²⁹.

Actualmente, realizam-se também vários estudos em torno da figura da infanta D. Beatriz, explorando a sua importância social e poder económico. Destacamos o contributo de Maria Barreto Dávila, na sua tese de doutoramento, *Governar o Atlântico: a infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)*¹³⁰, entre outros estudos da sua autoria.

Os contributos referidos possibilitaram o desenvolvimento contínuo do estudo do convento da Conceição, enquanto edifício marcante da história e cultura da cidade de Beja, e enquanto monumento nacional, inserido no panorama da arquitectura portuguesa dos séculos XV e XVI (não descurando, claro, a importância das intervenções posteriores a esta data).

Estes historiadores contribuíram para o entendimento do convento da Conceição enquanto edifício simultaneamente tradicional e inovador, constituindo um exemplo do período de transição entre o final do gótico e a emergência do manuelino.

¹²⁵ Saramago, 2005

¹²⁶ Caeiro, 2006

¹²⁷ Borrela, 2006, n.º1278

¹²⁸ Borrela, 2008, n.º1341

¹²⁹ Barreira, 2011

¹³⁰ Dávila, 2016

Capítulo II: Convento da Conceição de Beja – fundação e construção

a) Os fundadores – o infante D. Fernando e a infanta D. Beatriz, duques de Beja

A iniciativa de fundação do Convento da Conceição partiu dos duques de Beja, os infantes D. Fernando e D. Beatriz (figs. 2 e 3), com o apoio do rei D. Afonso V. A autorização foi dada pelo papa Pio II¹³¹, segundo o breve emitido em 1459¹³². O casal torna-se senhor de uma das maiores Casas portuguesas do seu tempo, gozando de grande importância política. No que toca à precedência junto do rei, “os duques de Viseu e Beja eram considerados os primeiros, antes mesmo da Casa de Bragança”¹³³. O poder social e político desta casa é comprovado, em última instância, pela emergência ao trono da D. Leonor e D. Manuel I, dois filhos deste casal.



Figura 2. Infante D. Fernando, óleo sobre tela, 1678, Museu Regional de Beja



Figura 3. Infanta D. Beatriz, óleo sobre tela, 1678, Museu Regional de Beja

¹³¹ Papa entre 1458 e 1464 (Ribeiro, 1986, p.13)

¹³² ANTT, OFM, Província dos Algarves, Província. Livro 22. “Memorial da Santa Província dos Algarves da Ordem Seráfica. Tomo 1º. Memorial Primeiro. Por Fr. Rodrigo de São Thiago. No anno de 1615 e de 1616”, fl. 246

¹³³ Rosa, 1998, p.265

A proximidade dos infantes à família real prende-se com o facto de o infante D. Fernando ser irmão mais novo do rei D. Afonso V. O infante¹³⁴ era filho dos reis D. Duarte e D. Leonor de Aragão, portanto neto de D. João I e D. Filipa de Lencastre, também eles reis entre 1385 e 1433. No ano de 1436, o infante D. Henrique, seu tio, encontra-se sem descendentes pelo que o adota e nomeia herdeiro de todos os seus bens¹³⁵. Desta forma, e com apenas três anos, D. Fernando torna-se herdeiro do mestrado da Ordem de Cristo, do ducado de Viseu e do senhorio da Covilhã. Em 1444 recebe ainda o governo da Ordem de Santiago em que foi precedido pelo infante D. Diogo (filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre) que morre sem descendentes.

Pertencendo à Casa de Avis, D. Fernando detém a posição de herdeiro ao trono desde 1438. Com o nascimento do príncipe D. João, em 1451, o infante perde este título, que retoma logo no mesmo ano, dada a morte prematura do anterior. Mantém-se como herdeiro até ao nascimento da princesa Joana, mais conhecida como princesa Santa Joana, que se vem a recolher no convento de Jesus de Aveiro.

É em 1447 que se dá o casamento entre o infante D. Fernando e a sua prima, a infanta D. Beatriz, filha de D. João, Condestável de Portugal, e de D. Isabel de Bragança¹³⁶. D. João foi o sucessor de D. Nuno Álvares Pereira, 10º mestre da Ordem de Cristo, tendo casado com a neta deste último, filha de D. Afonso I, o duque de Bragança. Esta genealogia mostra a importância da figura da infanta D. Beatriz, aquando do seu casamento com o primo, já que as suas relações familiares e a educação que recebe a tornam uma mulher de grande destaque, acrescentando o facto de herdar todos os bens por ocasião da morte de sua mãe. Este casamento, realizado na vila de Alcáçovas, corresponde a uma aliança estratégica que visava uma maior aproximação da casa de Bragança ao trono, após o falhanço da união entre Isabel e Afonso V¹³⁷, conseguindo-se casar a irmã desta com D. Fernando, irmão do rei.

O infante D. Fernando decide sair do reino em 1452, sem autorização do rei, devido a um possível desentendimento entre os dois ou de forma a satisfazer um desejo

¹³⁴ Nasce em Almeirim, a 17 de Novembro de 1433 (Sousa, 1736, p.499), e morre em Setúbal, a 18 de Setembro de 1470 (Sousa, 1736, p.506).

¹³⁵ Carta de confirmação de perfilhação, que fez o Infante D. Henrique ao Infante D. Fernando. (Sousa, 1947, pp.280-281).

¹³⁶ A partir do contracto de casamento datado de 1445. (Contrato do casamento do Infante D. Fernando com a Infanta D. Brites., Sousa, 1947, pp.283-286)

¹³⁷ Há uma tentativa de casar Isabel, neta mais velha do primeiro duque de Bragança, com o futuro Afonso V, tentativa esta que fracassa e dá origem a uma rivalidade entre os dois meios-irmãos associada à Batalha de Alfarrobeira. (Rosa, 1998, p.265)

de aumentar a sua honra e glória, aventurando-se em África, segundo o cronista Rui de Pina. Esta partida poderia ainda estar ligada ao rei D. Afonso de Nápoles, tio do infante, que não tinha herdeiros legítimos, pelo que este poderia ter esperança de se tornar seu sucessor¹³⁸. Esta atitude fez com que, no ano seguinte, D. Afonso V decidisse doar as vilas de Beja, Serpa e Moura ao infante¹³⁹, fixando os duques moradia em Beja, marcando o início de um processo de desenvolvimento e ampliação de espaços na cidade¹⁴⁰, tanto civis como religiosos, no âmbito do qual se inclui a Igreja da Conceição, a galilé de Santa Maria, o Palácio dos Duques e inúmeras portas e janelas espalhadas pela cidade¹⁴¹.

Tendo em conta esta conjuntura, acrescentando ainda a morte do infante D. Henrique em 1460, o infante D. Fernando torna-se então 2º Duque de Viseu, 1º Duque de Beja, 5º Condestável do Reino e 9º mestre da Ordem de Cristo e Avis.

O infante D. Fernando morre no ano de 1470, na vila de Setúbal¹⁴² (de onde foi trasladado três anos depois, para a capela-mor do convento da Conceição¹⁴³), deixando como sucessor o seu filho D. João, que morre dois anos mais tarde. Assim, é D. Diogo a herdar as posições do pai, que mantém até 1484, quando é condenado por conspiração contra o rei D. João II, seu primo e cunhado. É D. Manuel quem toma os ducados de Viseu e Beja, com apenas 15 anos.

Deve também dar-se destaque à figura de D. Beatriz que, cedo viúva, gere a sua casa de forma eficaz¹⁴⁴, como revelam vários estudos relativamente ao papel da infanta no quadro da época¹⁴⁵, e como veremos no caso específico da fundação do convento da

¹³⁸ “(...) e no anno de mil e quatrocentos cincoenta e sete E-Rei se foi a Evora, onde o Infante D. Fernando seu irmão, segundo alguma opinião, teve com elle alguns requerimentos a que El-Rei, segundo sua vontade não satisfez. Pelo qual o Infante ou descontente d’isso, ou desejando acrescentar seu nome e honra na guerra d’Africa, como outros disseram, ou com desejo de ir ver El-Rei D. Affonso de Napoles seu tio, que por não ter filho herdeiro legitimo, tinha esperança que o dotaria por filho para sua sobcessão, determinou ir-se escondidamnete d’estes reinos sem licença d’El-Rei, sendo já casado em idade de desoito annos.” Pina, 1902, v.II, pp.128-129

¹³⁹ “E d’hi a poucos dias El-Rei por satisfazer ao descontentamento do Infante de que mais sua partida pareceu que procedera, le fez doação das villas de Beja e Serpa e Moura.” Pina, 1902, p.132, vol. II

¹⁴⁰ “A fixação da moradia dos Infantes D. Fernando e D.^a Brites em Beja marca o início de outra época de esplendor à multiseccular Rainha da Planície.” Viana, 1944, p.23

¹⁴¹ Viana, 1944, p.4

¹⁴² “E antes de vir aa despensaçam o infante se finou em Setuvel a XVIII dias de Setembro de mil e quatrocentos e setenta (...)” Pina, 1902, pp.54-55 (vol. III)

¹⁴³ “Dentro da Capella mór, á parte do Evangelho, está sepultado em seu honorifico mausoléo de pedra o corpo do Serenissimo Infante D. Fernando, para onde o trasladou do nosso Convento de Setubal (...) Tres annos depois da morte do Infante, o fez trasladar para o seu Mosteiro da Conceição a Infante, sua mulher, por não privá-lo desta gloria, tão devida a suas cinzas, como de grande credito a huma Fundação muito do seu empenho.” Belém, 1753, p.503

¹⁴⁴ “Após a morte do duque, D. Beatriz soube gerir a sua casa de forma eficaz, durante mais de trinta anos (...)” Rosa, 1998, p.266

¹⁴⁵ Dávila, 2016

Conceição. É, então, com a morte da infanta em 1506 que se verifica uma decadência no desenvolvimento de Beja, dada a dispersão da corte da cidade, entregue ao infante D. Luís, 4º Duque de Beja¹⁴⁶.

Compreende-se, através da conjuntura abordada, que esta família é uma das mais influentes no quadro do século XV, fazendo parte da família real e com um poder económico elevadíssimo. É esta posição que permite aos duques de Beja suportar a instituição daquele que é o primeiro convento de invocação a Nossa Senhora da Conceição no país.

A fundação do convento da Conceição, por parte dos duques de Beja, permitiu-lhes o sublinhar desta sua importância social, política e económica, indo desde a localização escolhida para a construção até ao carácter funerário da mesma, como teremos oportunidade de analisar. É, portanto, dentro desta importante Casa de Viseu-Beja que tem lugar a iniciativa de fundar uma casa religiosa feminina em Beja, pertencente à Ordem de Santa Clara.

A figura de D. Beatriz é, em comparação com a de D. Fernando, bastante mais enaltecida no quadro da fundação do convento. Devemos ter em conta que o infante morreu em 1470, quando as freiras ainda não tinham sequer dado entrada no convento, pelo que a construção do mesmo estaria ainda nas suas fases iniciais. É, portanto, perceptível que a viúva D. Beatriz tenha tido um papel central na continuação da direcção deste projecto. Talvez por isso se tenha vindo a desenvolver a ideia de que a infanta foi a única fundadora do Convento. A primeira memória oficial escrita do convento¹⁴⁷ refere D. Beatriz como fundadora e não o casal dos infantes¹⁴⁸. O projecto e patrocínio da construção são atribuídos à infanta e a doação de meios para o manter partiu também da sua fortuna pessoal. Na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, António Caetano de Sousa refere a trasladação do corpo de D. Fernando para o mosteiro, “que a Infanta sua mulher tinha fundado”¹⁴⁹. Refere ainda a “Infanta D. Beatriz (...) que edificou o Mosteiro das Religiosas da Conceição de Béja, dotado com grandeza e animo real”¹⁵⁰. Também Fr.

¹⁴⁶ Viana, 1944, p.24

¹⁴⁷ Goes, 1988, pp.165-166

¹⁴⁸ “ho fundador deste convento da conceição de beja foi a infanta dona brites molher do infâte dô fernãdo (...)” Memória do convento da Conceição, 1615, Madre D. Francisca de Nápoles. BNL, Cx. n13, caderno 3 Apud Goes, 1988, pp.165-166 (Não nos foi possível encontrar este documento no referido caderno 3 da caixa nº13. O documento com esta cota é referente ao Convento da Assunção de Faro e até à data não o encontramos em nenhum dos outros cadernos referentes ao Convento da Conceição).

¹⁴⁹ Sousa, 1736, p.506

¹⁵⁰ Sousa, 1736, p.508

Fernando da Soledade, na *História Seráfica Cronológica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal* refere que, aquando da morte de D. Fernando, “o peso das obras, dote e governo assim ficou reservado à Infante D. Brites, que ela foi a principal Fundadora”¹⁵¹.

Pelo contrário, no seu testamento a infanta tem o cuidado de deixar claro que a paternidade do convento se deve a D. Fernando – “sabendo que ao Iffante meu Senhor que deos aja ffoi o fundador do dito moesteiro”¹⁵². Dada a morte do Infante D. Fernando nos primeiros anos da construção do convento, foi D. Beatriz quem se dedicou de forma total ao projecto de edificação, empenhando-se na exaltação da fé e no perpetuar da memória de ambos os fundadores¹⁵³. Úrsula de Leiro Montez sugere ainda que a fundação do convento, um ano depois do nascimento de D. Leonor, constituísse uma forma de agradecimento e reconhecimento a Nossa Senhora da Conceição, “por lhes ter dado uma filha em tão solene dia”¹⁵⁴.

b) Fundação

O Convento da Conceição de Beja foi formalmente fundado em 1459, a partir do breve emitido pelo Papa Pio II, como já se referiu. É este documento que autoriza a edificação de um mosteiro de Clarissas Observantes em Beja, a partir do patrocínio dos duques desta cidade¹⁵⁵.

Contudo, a bibliografia relativa ao convento da Conceição não é unanime no que toca à data atribuída à fundação do edifício. Maioritariamente, segue-se a corrente que se baseia no breve de 1459, nomeadamente em referências como a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*¹⁵⁶, *Beja: Olhares sobre a Cidade*¹⁵⁷ e o *Inventário Artístico do*

¹⁵¹ Soledade, 1795, p.161

¹⁵² Salgado, 1988, p.94

¹⁵³ “para que não falecesse nos desígnios do engrandecimento da fé e na perpetuação da memória dos seus fundadores.” Goes, 1988, p.419

¹⁵⁴ Montez, 1944, p.106

¹⁵⁵ ANTT, OFM, Província dos Algarves, Província. Livro 22. “Memorial da Santa Província dos Algarves da Ordem Serafica. Tomo 1º. Memorial Primeiro. Por Fr. Rodrigo de São Thiago. No anno de 1615 e de 1616”, fl. 246

¹⁵⁵ Ribeiro, 1986

¹⁵⁶ “O mosteiro e a igreja da Conceição (...) foram fundados em 1459 (...)” Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa: Editorial Enciclopédia, pp.449-454, 195-, v. 4

¹⁵⁷ Mestre, 1991, p.63

*Distrito de Beja*¹⁵⁸, bem como nos estudos de autores como Abel Viana¹⁵⁹ e Maria de Lurdes Rosa¹⁶⁰, que se debruçam especificamente sobre o convento.

Ainda assim, é também utilizado o ano de 1469 como data de fundação do convento, numa discussão que não é propriamente recente, como podemos comprovar na *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves* (1753). Aqui, o Padre S. Francisco Jerónimo de Belém aponta para a fundação do convento em 1459¹⁶¹, dando conta da existência daqueles que “seguem a data de outra Bulla de Paulo II, em que se faz menção da primeira”¹⁶². Este segundo documento foi emitido a 21 de Dezembro de 1469 e tinha como executor D. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa.

Estes dois documentos justificam a falta de unanimidade que encontramos na bibliografia quanto à data de fundação do convento da Conceição. Contudo, o segundo breve não se prende directamente com a fundação. Antes tinha como objectivo o aligeirar da regra de pobreza imposta¹⁶³, caracterizando o convento como uma instituição de “freiras urbanistas e libertas da obrigação da pobreza em comum”¹⁶⁴.

Há ainda uma terceira fonte que corrobora a fundação do convento em 1459: a notícia de uma doação por parte de Leonor Afonso de Serpa, datada de 17 de Outubro de 1461, “ao Mosteiro que ora manda fazer em Beja o Infante D. Fernando”¹⁶⁵.

As primeiras freiras dão entrada no convento em 1473¹⁶⁶, o mesmo ano em que o corpo do infante D. Fernando foi trasladado para a capela-mor da igreja. Parece,

¹⁵⁸ “Decorria o ano de 1459 e por breve de Paulo II, o oratório, então regido por D. Ousanda (que se tornou 1ª abadessa) obteve, do mesmo pontífice, no ano de 1469, a mudança do estatuto regal de capuchas descalças (...) para a regular observância de S. Francisco e Stª Clara (...)” Espanca, 1993, p.179

¹⁵⁹ “(...) funda-se o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, junto aos Paços dos Duques (1459) (...)” Viana, 1944, p.23

¹⁶⁰ “O início do processo [de fundação] situa-se em torno de 1459, ano em que D. Fernando e D. Beatriz recebem de Roma uma licença do papa Pio II, remetida para execução ao bispo de Évora, e autorizando a fundação de um mosteiro de Clarissas Observantes em Beja, terra que pertencia àqueles senhores desde 1453.” Rosa, 1998, p.266

¹⁶¹ “Com estas condições recorreram logo os devotos Infantes à Sé Apostólica; e com benignidade alcaçaram Bula de Pio II para a nova Fundação, no ano de 1459, sendo nomeado para executor dela D. Garcia de Menezes, Bispo de Évora.” (Jerónimo, 1753, p.476)

¹⁶² Jerónimo, 1753, p.476. Paulo II foi papa entre 1464 e 1471 (Ribeiro, 1986, p.13)

¹⁶³ “(...) Recorreram outra vez ao Sumo Pontífice, pedindo moderação na pobreza em comum (...)” Soledade, 1705, p.158

¹⁶⁴ ANTT, OFM, Província dos Algarves, Província. Livro 22. “Memorial da Santa Província dos Algarves da Ordem Serafica. Tomo 1º. Memorial Primeiro. Por Fr. Rodrigo de São Thiago. No anno de 1615 e de 1616”, fl. 246

¹⁶⁵ Ribeiro, 1986, p.14

¹⁶⁶ “Em virtude da sua comissão, estando completa a fábrica do Mosteiro, introduziu o Bispo de Évora D. Garcia de Menezes, filho de D. Duarte de Menezes, terceiro Conde de Vianna, as Recolhidas na clausura, fazendo-lhes sua procissão solene debaixo da Regra de Santa Clara, e nomeando-lhes por sua primeira

portanto, indiscutível que o convento da Conceição foi fundado em 1459, tendo sido este o momento de autorização para o seguimento da instituição desta casa. Não devemos, é claro, descurar a importância do segundo breve, como teremos oportunidade de perceber. A atribuição de datação posterior, como 1467¹⁶⁷ e 1479¹⁶⁸, que se prende sobretudo com interpretações incompletas ou erróneas das fontes e referências bibliográficas, deve ser assim afastada.

Conseguida a autorização papal, dá-se início à construção do convento, no local escolhido pelos infantes: junto do palácio que habitavam¹⁶⁹, na antiga praça de Cândido dos Reis, actual Largo dos Duques de Beja (fig.4).



Figura 4. Convento da Conceição e Paço dos Infantes (demolido), anterior a 1895.

A escolha deste local para edificação do mosteiro permite exaltar a grandeza dos infantes a nível social, político e económico, criando uma ligação física entre o paço onde

Abbadessa a Madre Soror Ousanda (...) Ocupava o Veneravel Prelado segunda vez o lugar do governo da Observância, correndo o ano de 1473 (...)” Belém, 1753, p.478

¹⁶⁷ Ribeiro, 1986, p.13; Leal, 1873, p.364; Cordeiro, 1891, p.173

¹⁶⁸ Silva, 1948, p.197

¹⁶⁹ Mestre, 1991, pp.63-64

residiam e o convento que fundaram (criando inclusivamente dois passadiços de comunicação directa entre os dois edifícios), (fig.5). Este é, portanto, um exercício de poder, envolvendo não só o desejo de agradar à Igreja¹⁷⁰, mas também a expressão de um mérito pessoal e familiar.



Figura 5. Convento da Conceição e Paço dos Infantes (demolido), anterior a 1895. Vista da ligação entre o convento e o paço, através do passadiço.

Este exercício de poder é também expresso através da instituição de um espaço funerário para os infantes e seus filhos, neste convento. O testamento de D. Beatriz deixa claro o desejo de enaltecer a capela-mor da igreja, onde tinha já instituído a capela funerária para o seu marido e filhos (fig.6), fazendo-se sepultar em campa rasa, à entrada do claustro (fig.7). Esta capela obrigava a comunidade de clarissas a uma série de missas diárias, de acordo com determinadas especificidades, recebendo em troca várias rendas e foros, como fica escrito no testamento da Infanta¹⁷¹. A infanta doa a esta capela uma série de foros e rendas que contribuem para o sustento e funcionamento do espaço. Para além

¹⁷⁰ “Os senhores D. Fernando e D. Brites, as pessoas mais importantes do reino a seguir ao rei, pelos cargos e pela fortuna, quiseram unir à devoção a glória do seu nome.” Saramago, 1994, p.11

¹⁷¹ Salgado, 1988, p.93

disso, ordena que este dinheiro seja usado apenas a partir do ano da sua morte, “porque em minha vida ha ei por escusada por ha dita capella ter provido de todallas cousas e ella necessarias”¹⁷². A infanta doa também “muitos ornamentos”, e refere “jóias de prata boreados sedas e mujtas outras cousas pera serviço de deos e da dita capella”¹⁷³. De entre os vários objectos doados pela infanta à capela, destacamos “o billillo de ouro em que se encerra o sanctissimo sacramento o qual tem seis pedras, de seis perolas orientais”, uma custódia de prata dourada com um “escudinho de ouro” com as armas da infanta, um relicário redondo, de prata, com relíquias dos cinco mártires de Marrocos, três turíbulos, uma caldeira com as armas da infanta, entre outros apontados no seu testamento¹⁷⁴.

A partir daqui, podemos compreender a magnificência com que a infanta pretendia que se tratasse a capela-mor, ou capela funerária. Estamos perante uma vontade de expressar devoção e poder através da instituição de um mausoléu familiar nesta casa¹⁷⁵.

¹⁷² Salgado, 1988, p.100

¹⁷³ Estes objectos não poderiam ser emprestados ou usados fora do mosteiro (“(...) hos ditos ornamentos nunca sirvam fora do moesteiro nem se posão emprestar péra nenhuma parte (...)”) Salgado, 1988, p.104

¹⁷⁴ Salgado, 1988, pp.109-110

¹⁷⁵ “A capella moor deste conu^{to} he do jnffante dom fr^{do} e de sua molher a jnffanta Dona Brites pay e may delRey dom m^{el}, em ella estaa sepultado o mesmo jnffante e seus f^{os} dom j^o dom di^o e outros em hum muy nobre sepulchro de mármore, mettido em a parede da p^{te} do Euang^o.” ANTT, OFM, Província dos Algarves, Província. Livro 22. “Memorial da Santa Província dos Algarves da Ordem Serafica. Tomo 1^o. Memorial Primeiro. Por Fr. Rodrigo de São Thiago. No anno de 1615 e de 1616”, fl. 246



Figura 6. Actual túmulo do Infante D. Fernando.

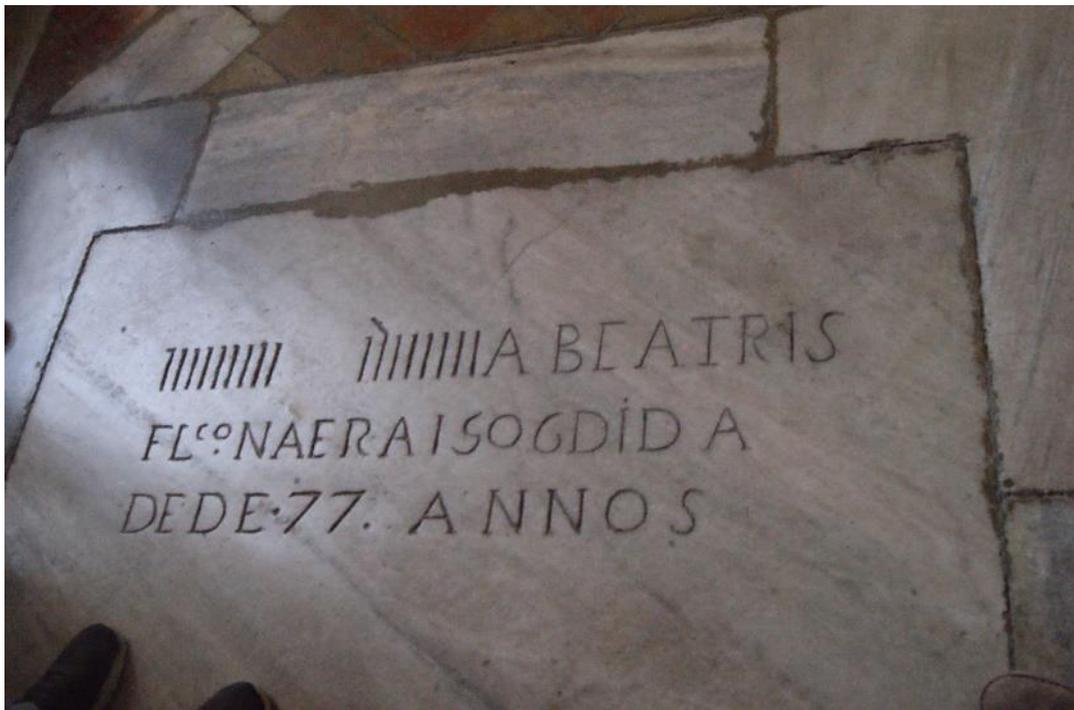


Figura 7. Actual túmulo da Infanta D. Beatriz

A atitude dos infantes ao fundar este convento, insere-se no contexto da reforma dos mosteiros femininos franciscanos, referida pelos cronistas seráficos do século XVIII, devida ao crescimento da importância da observância masculina¹⁷⁶. Os infantes fazem parte dos leigos que se empenham na fundação de casas religiosas exemplares, dentro das suas ordens predilectas, neste caso os franciscanos¹⁷⁷. D. Fernando e D. Beatriz contam com o apoio régio por parte de D. Afonso V¹⁷⁸. Segundo o cronista seráfico, Frei Jerónimo de Belém, o rei já teria tentado criar um convento de clarissas observantes, uma vez que os conventos femininos já existentes estavam sob o domínio dos padres claustrais¹⁷⁹. Constituiu-se, assim, o primeiro convento feminino de observância, que devia erguer-se como exemplo do prestígio e seriedade das instituições religiosas, afastando-se da “promiscuidade de interesses entre o século e o claustro”¹⁸⁰.

A fundação desta casa religiosa por parte dos infantes reveste-se de especial importância, pois engloba as duas tipologias mais comuns para conventos de Clarissas na Província dos Algarves – a fundação directa através de mecenato leigo ou religioso e a transferência das Ordens Terceiras para a Ordem de Santa Clara¹⁸¹. A prática mais comum para criação destas instituições era, realmente, a transformação de recolhimentos de *beatas* ou *mantelatas*, pertencentes à Ordem Terceira Regular Franciscana¹⁸², em comunidades da Ordem de Santa Clara (segundo ramo da Ordem dos Frades Menores)¹⁸³. No local onde se ergueu o núcleo primitivo do convento, encontrava-se um recolhimento pré-existente de religiosas da Ordem Terceira, dirigidas por Soror Ousanda¹⁸⁴. São estas

¹⁷⁶ Rosa, 1998, p.266

¹⁷⁷ De facto, muitos dos favores aos Observantes, nesta época, estarão directa ou indirectamente ligados a D. Beatriz. (Rosa, 1998, p.267)

¹⁷⁸ “O Infante Dom Fernando seu irmão, e sua prima e cunhada a Infante Dona Brites, mulher do mesmo Infante Dom Fernando, que eram os principais padroeiros, faziam as mesmas diligências, e o conseguiu a Infante passados alguns anos, e neles repetidas contendidas e fortes combates.” Soledade, 1705, p.157

¹⁷⁹ “Não tinha o nosso partido da Observância cuidado algum de Freiras, porque todas estavam subordinadas aos Padres Claustrais; mas o dito Rei [D. Afonso V], ou fosse pelo amor e devoção que tinha ao Instituto Observante, ou pela familiaridade com que tratava a pessoa de Fr. Rodrigo novamente eleito, dispôs e com resolução que este havia de dar-lhe obediência.” Soledade, 1705, p.157

“Deseja este memorável Monarcha, pela grande inclinação, que sempre teve á nossa Observância, ver na sua jurisdição hum Mosteiro de Religiosas; já que todos os mais, que havia naquele tempo, estavam na obediência dos Padres Claustraes. Mas o que elle não pode conseguir, porque outros cuidados o divertirão deste, alcançarão os devotos Infantes D. Fernando, e sua mulher Dona Brites.” Belém, 1753, p.475

¹⁸⁰ Saramago, 2005, pp.16-17

¹⁸¹ Caeiro, 2006, p.112

¹⁸² Ou Ordem Terceira da Penitência, que pressupunha uma vivência regal e penitencial, mas ainda assim, uma vida activa relacionada com tarefas educativas e assistenciais. Este tipo de vida era alternativo à vida professa nos conventos clarianos. (Caeiro, 2006, p.111)

¹⁸³ Caeiro, 2006, p.111

¹⁸⁴ “Além destes [conventos] havia outro de Terceiras, humilde nos edifícios, grandioso porém na opinião e créditos que lhe grangeava a sua Regente Soror Ousanda, com admiráveis virtudes, e preciosísimos exemplos.” Soledade, 1705, p.157

as primeiras religiosas do Convento que passam à primeira regra da Ordem de Santa Clara. De qualquer forma, a fundação desta casa resulta, claramente, da vontade dos Infantes D. Fernando e D. Beatriz e também do apoio régio, ou seja, o primeiro modelo referido.

Ainda assim, a passagem do recolhimento a convento de Clarissas não se fez sem estabelecimento de várias condições: o Convento seria da primeira regra da Ordem de Santa Clara, pelo que não possuiria rendas nem propriedades, vivendo de esmolas, como manda a doutrina da Observância Regular; o convento teria título da Imaculada Conceição de Maria Santíssima; Soror Ousanda seria a primeira abadessa do convento, ficando a eleição das sucessoras à escolha das religiosas do mosteiro¹⁸⁵.

A condição do Convento da Conceição é assim relevada, pelo seu modelo de fundação dupla¹⁸⁶, como podemos confirmar através da carta da Abadessa Leonor do Coração de Jesus, datada de 25 de Maio de 1822, no âmbito da extinção dos cenóbios de Santa Clara e de Nossa Senhora da Conceição, argumentando a importância deste último:

*(...) se o de VS.^{as} he Real por deitar a primeira pedra os Senhores Rey e Rainha; o nosso o proprio palacio dos Snres Infantes, ca terem os seos sepulcros co os seos ossos, elles proprios os nossos Padroeiros, que nos fizeram comendadoras com o seo património, com m^{tos} prevelegios (...)*¹⁸⁷

Desta atitude dos Infantes resulta a fundação de um convento bem-sucedido, no sentido em que impulsiona a reforma dos mosteiros femininos, albergando as religiosas que foram fundadoras de vários outros conventos femininos da Observância, como é o caso do das Maltesas de Estremoz, das Chagas de Vila Viçosa e de Santa Clara do Funchal, bem como as reformadoras de antigos conventos claustrais como Santa Clara de

“(...) a infanta dona brites mulher do infante do fernando aqual tendo conhecimento de umas mulheres honradas e virtuosas a que chamavam beguinhas que estavam recolhidas em umas casas suas fazendo vida de religiosas tendo junto do seu aposento uma ermida de nossa senhora lhe houve a infanta breve de paulo segundo para no mesmo lugar se edificar um convento de Religiosas da ordem de Santa clara (...)” Memória do convento da Conceição, 1615, Madre D. Francisca de Nápoles. BNL, Cx. n13, caderno 3 Apud Goes, 1988, pp.165-166.

¹⁸⁵ “Assim o dispuseram; mas com as seguintes clausulas. Que fosse da primeira Regra da Ordem referida; e por essa razão que não possuísse rendas, nem algum género de propriedades; asm vivendo de esmolas, se criassem as Freiras na doutrina dos nossos Padres da regular Observância. Que tivesse o título da imaculada Conceição de Maria Santíssima; e que a Madre Ousanda fosse nele a primeira Abadessa, ficado a eleição das sucessoras a arbítrio das Vogais do Mosteiro.” Soledade, 1705, p.158

¹⁸⁶ “(...) o convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja justificou a continuação da sua existência, porque era de instituição régia, tendo surgido de um recolhimento” Caeiro, 2006, p.113

¹⁸⁷ *Sem Título*, ANTT, OFM, Província dos Algarves, Convento de Santa Clara de Beja, mc. 2.

Vila do Conde, Santa Clara de Vila Viçosa, Aracoeli de Alcácer do Sal e Santa Clara de Beja¹⁸⁸.

As mulheres que entram neste convento são as filhas das famílias mais importantes da região de Beja e das casas ducal e real¹⁸⁹, sendo o exemplo mais famoso o de Mariana Alcoforado (1640-1723), filha de Francisco da Cunha Alcoforado, cavaleiro da Ordem de Cristo. É também a partir daqui que podemos explicar a necessidade de emissão do breve datado de 1469, onde se aligeirava a regra do Convento. Esta elite leiga não estava interessada em viver em extrema pobreza, como foi inicialmente proposto. Há, então, uma procura de conciliação entre os modelos religiosos e as exigências da comunidade conventual, que é possível atingir devido à importância dos infantes e da sua proximidade com o rei e o papa.

Como vimos, os Infantes pretendiam que as religiosas do convento se mantivessem na regra de Observância, processo que envolveu diversas condições impostas pelo Vigário Provincial, Padre Fr. Mendo de Olivença, que seria o responsável para direcção espiritual da jurisdição Observante desta comunidade¹⁹⁰. As dificuldades deste processo inserem-se no contexto da emergência da Observância nos conventos femininos, já que até então todos obedeciam aos padres claustrais¹⁹¹. O Vigário entende que os padres franciscanos tomarão a direcção do mosteiro da Conceição, mediante a construção de um oratório a eles destinado, próximo deste mosteiro, pois não consideravam justo deslocarem-se de sua casa para auxílio das freiras¹⁹². A infanta D. Brites aceitou a condição, e logo levou a cabo a construção do Oratório¹⁹³. A fundação do mesmo teve início em 1482, segundo o breve do papa Sixto IV. Esta construção situava-se a uma rua de distância do convento e contava com igreja, dormitório, claustro,

¹⁸⁸ Belém, 1753, pp.481-482 Memória do Convento da Conceição, 1615, Madre D. Francisca de Nápoles. BNL, Cx. n13, caderno 3, Apud Goes, 1988, pp.165-166.

¹⁸⁹ Rosa, 1998, pp.268-269

¹⁹⁰ O Bispo de Évora, D. Garcia de Menezes, faz um requerimento a Fr. António de Elvas, Vigário Provincial, para que tome as rédeas da direcção espiritual das freiras da Conceição. Dada a recusa deste Vigário, o processo foi atrasado e só se realizou em 1482, com o padre Fr. Mendo de Oliveira. (Belém, 1753, p.478)

¹⁹¹ “Foi este Mosteiro o primeiro, que se fundou com sujeição á Observancia, porque todos os mais naquele tempo pertenciam á Claustro; e por esta razão também não querião aceitar o seu governo os nossos Padres Observantes.” Belém, 1753, pp.477-478

¹⁹² “Pôs na sua presença o quanto era nocivo ao socego espiritual dos seus Religiosos a incumbência das Freiras, que suposto erão suas Irmãas por filhas do mesmo Santo Patriarcha, não era justo, que pelo cuidado da sua casa desamparassem elles a própria; mas que por dar gosto a Sua Alteza admitiria o governo do Mosteiro, com a condição de que se dignasse edificar hum Oratorio junto delle para a assistência dos Religiosos, prevenido a cautela de huns, e a decência de outros.” Belém, 1753, p.479

¹⁹³ O oratório devia situar-se próximo do convento da Conceição, e “havia de ter sua Igreja, Coro, e mais Officinas, com a formalidade de Convento Observante” (Belém, 1753, p.479)

refeitório e horta, designando-se Oratório de Santo António¹⁹⁴ (fig. 4). A decoração exterior parece ter sido de gosto manuelino e mudéjar, em pedra lavrada, sendo a igreja de uma só nave e possível abóbada nervurada, com comunicação para o claustro, que teria disponível um primeiro piso com celas e um varandim¹⁹⁵. Corria já o ano de 1489, sendo os religiosos obrigados a habitar o Oratório, oferecendo assistência às freiras, como teria ficado assente¹⁹⁶. Com o passar do tempo, o oratório foi perdendo o seu estatuto e função, e é descrito, em 1753, como *hum simplez Hospicio* (Belém, 1753, p.481)¹⁹⁷ (fig.8).

Para o bom funcionamento do convento da Conceição, a infanta D. Beatriz mandou vir duas religiosas de Castela, Maria dos Anjos e Ana da Cruz, sendo eleita como primeira abadessa soror Ousanda, do recolhimento pré-existente. Vem também, do convento de Santa Clara de Santarém, a madre D. Mécia da Silva, para ensinar o ofício divino e o canto do coro¹⁹⁸. Houve, portanto, um conjunto de esforços para que o convento albergasse uma comunidade exemplar, tornando-se uma casa de grande importância e renome.

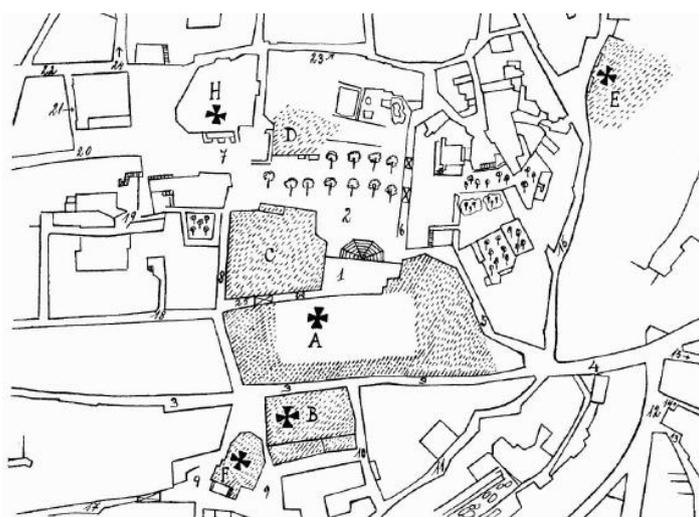


Figura 8. Extrato de uma planta da cidade de Beja no século XIX, com localização do Convento (A), oratório de Santo António (B) e Paço dos Infantes (C)

¹⁹⁴ “Está tão visinho do Mosteiro, que só medeya entre hum, e outro huma rua: he Convento perfeito; pois na sua pequenhêz tem huma bastante Igreja, dormitório, claustro, e Refeitório com sua horta por modo de cerca, e foi condecorado com o glorioso título de Santo António (...)” Belém, 1753, p.480

¹⁹⁵ Espanca, 1993, p.179

¹⁹⁶ “(...) no anno de 1489, obrigou [D. Brites] aos Religiosos a que habitassem o Oratorio, e assistissem ás Freiras, segundo o ajuste, que havião feito com a Senhora Infante, tão cheya de justiça, como de razão.” Belém, 1753, p.480

¹⁹⁷ O hospício foi vendido pelo Estado em 1863, procedendo-se, no seu lugar, à construção de uma casa de espectáculos, em 1866. Assim, deu-se origem ao actual Cine-Teatro Pax Julia. (Espanca, 1993, p.181)

¹⁹⁸ “(...) mandou a mesma infanta trazer de Castela duas Religiosas por nome M^a dos Anjos e Ana da Cruz, as quais foram edificadoras desta casa (...) mandou sua santidade eleger-se por Abadessa uma delas por nome soror ousanda, a qual foi a primeira abadessa que nesta casa houve e neste tempo veio de santa Clara de Santarem a muito religiosa madre D. Mécia da Silva para ensinar officiar o ficio divino e cantar no coro (...)” Memória do convento da Conceição, 1615, Madre D. Francisca de Nápoles. BNL, Cx. n13, caderno 3, Apud Goes, 1988, pp.165-166.

c) Construção

A construção primitiva do convento da Conceição desenvolveu-se a partir do espaço do recolhimento pré-existente¹⁹⁹, possivelmente no local onde se construiu o coro baixo²⁰⁰. Por isso, Vasco Freire, no seu *Livro das Antiguidades da Cidade de Beja*, vê o papel dos infantes mais como uma colaboração para a continuação e término de uma obra que já teria sido iniciada, uma vez que o recolhimento pré-existente dispunha já de algumas construções²⁰¹.

As paredes do convento eram limitadas, a este, pelo largo do Duque de Beja e dos Infantes (antiga praça de Cândido dos Reis), a sul pela Rua Dr. Augusto Barreto (antiga Rua da Fábrica) e pelas Portas de Mértola, a oeste pela Rua Conde da Boavista (antiga Rua da Conceição ou Rua do Touro) e a norte pela rua da Torrinha²⁰² (fig.8). Era, portanto, um convento inserido no espaço urbano, como é característico dos conventos clarianos da Província dos Algarves²⁰³ (como o mosteiro de Jesus de Setúbal, o convento da Madre de Deus em Xabregas e o convento das Chagas de Vila Viçosa), tendo vindo a tornar-se um núcleo chave para o desenvolvimento da cidade²⁰⁴.

Como já se referiu, e como já estabelecera José Custódio Vieira da Silva²⁰⁵, as obras ter-se-ão iniciado logo a seguir à licença do Papa Pio II, em 1459, estando concluídas e prontas a receber as religiosas, que entram no mosteiro em 1473. Por se tratar de uma ordem de clausura, o convento teria de estar habitável à data de entrada das freiras,

¹⁹⁹ “Fica o Mosteiro no coração da Cidade em o mesmo lugar aonde antes tinha o seu recolhimento Soror Ousanda, mais amplo porém na terra que ocupa, e elegante nas oficinas.” Soledade, 1705, p.161

²⁰⁰ “E quanto ao principio se tem por certo segundo tradição dos antigos, que deixando esta memória de huns em outros vem os deste nosso tempo, ainda afirmar, que em huas casas térreas de que ainda para a rua estam as mais antigas das portas junto ao passadiço, que vem corresponder ao coro debaixo se recolhiam humas molheres elevadas do exemplo das religiosas de Santa Clara, desta cidade, que eram neste tempo da primeira regra de S. Francisco como aponta Gonzaga comessaram a viver naquele recolhimento (...)” Freire, 1612-1621, livro 6, cap. I

²⁰¹ “(...) fundaram [as freiras] obra que tam estremada veo a ser ao mundo, o anno em que teve este principio antes dos infantes a favorecerem, se não sabe pella falta da noticia do cartório desta casa soo sabemos pellas instituições que os Infantes favoreceram e deram a ultima mão a esta obra (...)” Freire, 1612-1621, livro 6, cap. I

²⁰² *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (0329.TIF)

²⁰³ Caeiro, 2006, p.281

²⁰⁴ “Situado n’uma elevação hoje quasi central, mas em tempo no extremo sul da cidade que para aquelle lado se foi alongando; próximo das antigas muralhas e sobranceiro ás portas d’ellas chamadas ainda de Mertola: - o Mosteiro da Conceição não tem cerca e os seus elevados muros dão imediatamente sobre as ruas que o limitam n’um vasto e irregular polygono: - a da Conceição, a dos Infantes, e a da Fabrica”. Cordeiro, 1891, pp.182-183

²⁰⁵ Silva, 1989, p.52

datando deste intervalo a construção da igreja. A trasladação do corpo do infante D. Fernando, que foi sepultado em Setúbal, fez-se em 1473, o que corrobora esta cronologia para a conclusão da construção deste espaço.

Outras referências dão conta de um prolongamento das obras, como é o caso do *Guia de Portugal*, onde Raúl Proença refere o decorrer de obras importantes no ano de 1503²⁰⁶. De facto, no convento houve campanhas de obras ao longo dos reinados de D. João II e D. Manuel I, as quais teremos oportunidade de analisar aprofundadamente.

É comum a menção à presença de João de Arruda, mestre de obras da Batalha (e visto como pai dos irmãos Arruda²⁰⁷), em Beja, o que Viterbo confirma através da referência a uma viagem que o mestre teria feito à cidade, para avaliar o preço de umas casas que a infanta D. Brites pretendia adquirir para ampliar o paço²⁰⁸. É também comum associar este mestre à própria obra da Conceição, seja como arquitecto dos duques de Beja ou como inspector das obras da igreja, sala do capítulo e claustro do convento²⁰⁹, embora não haja qualquer certeza documental. De facto, os mestres de obras da Conceição são desconhecidos. Alguns aspectos da construção deixam adivinhar pedreiros que trabalharam no estaleiro da Batalha, grande escola de construção da época, segundo uma relação que será abordada ao longo deste estudo.

Ao estudarmos a arquitectura do Convento da Conceição, devemos manter presente o facto de este ser um exemplar de arquitectura religiosa feminina. Como sabemos, um espaço de clausura feminino não obedece à mesma tipologia de construção que um espaço masculino. Luís Urbano abordou a escassez de estudos que relacionem a arquitectura com as comunidades femininas nos conventos, mostrando a importância deste tipo de investigação para uma verdadeira compreensão dos espaços²¹⁰. Iremos mencionar uma série de elementos da construção (como os coros, a grade, a roda e

²⁰⁶ “Quando D. Fernando morreu, em 1470, estava o mosteiro ainda incompleto, tomando a infanta sobre si o resto da fundação, que aliás se prolongou para além da sua morte, pois ainda em 1503 lá se faziam obras importantes.” Proença, 1924-1944, p.149

²⁰⁷ “João de Arruda, o mais antigo Arruda conhecido, foi mestre de obras da Batalha, talvez entre 1480 e 1490.” Santos, 1970, p.153

²⁰⁸ “Arruda (João de). Era mestre de obras do mosteiro da Batalha no tempo de D. João II. Em 1485 foi enviado a Beja para, junctamente com outros officiaes, avaliar o preço de umas casas pertencentes a Pedro Godins, cavaleiro da casa real, e que a infanta D. Beatriz, sogra d’aquelle monarca, deseja adquirir para ampliar o seu paço, que andava construindo junto ao convento de Nossa Senhora da Conceição.” Sousa Viterbo, 1899, p.65

²⁰⁹ “As construções mais antigas (Igreja, Claustro e Casa do Capítulo) deviam ter sido concluídas até cerca de 1485, ano em que João de Arruda, um dos mestres da Batalha, veio a Beja inspeccionar as obras.” Viana, 1950, p.107

²¹⁰ Urbano, 2006

também os portais) que existem com o propósito de criar uma separação entre as freiras e o mundo exterior, entre o mundo conventual e a cidade²¹¹. O desenvolvimento do espaço conventual feminino prende-se, em grande parte, com a funcionalidade das soluções para a vida da comunidade, facto que não deve ser ignorado dadas as novidades que iremos encontrar ao nível da tipologia arquitectónica da Conceição.

A primeira zona a ser construída terá sido a igreja, dada a sua importância e essencialidade para o funcionamento da vida no convento. Foi também a igreja que veio a delinear a categorização estilística do edifício, sendo considerada um exemplar da tradição arquitectónica do gótico do mosteiro da Batalha (fig. 9).



Figura 9. Igreja do Convento da Conceição de Beja (após demolição e reestruturação do espaço)

i. Exterior da igreja

A igreja apresenta a fachada principal virada a nordeste²¹², dando para um adro empedrado com grande escadaria, dada a implantação do convento num terreno desnivelado em relação às ruas circundantes (fig. 10). Consiste num corpo rectangular,

²¹¹ Urbano, 2007

²¹² Normalmente, as igrejas apresentam uma orientação pré-definida, seguindo a direcção Oriente-Occidente. Neste caso, como em muitos outros, o convento insere-se na malha urbana, pelo que é necessária uma adaptação da orientação ao espaço disponível (Teixeira, 2011, p.539)

com marcada horizontalidade, sendo a fachada principal ritmada pela existência de janelas e pináculos, bem como pela platibanda rendilhada que rodeia o edifício e marca os tramos em que se desenvolve o edifício (figs. 11 e 12).

A decoração exterior limita-se ao portal, pináculos e platibanda, e estaria possivelmente presente nas janelas que, hoje em dia, já não são as primitivas e cujo estado original desconhecemos (trata-se de um conjunto de seis janelas que pautam o desenvolvimento da fachada, uma das quais entaipada, no coro de cima). Segundo Borrela, as janelas originais seriam semelhantes à fresta em arco de volta perfeita que hoje ainda subsiste na fachada (fig. 13).

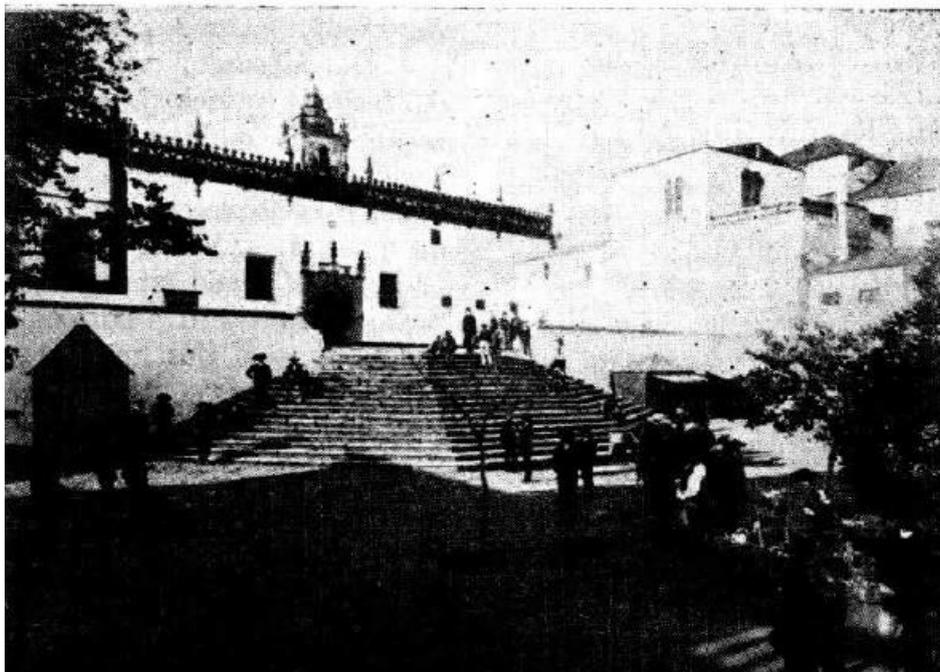


Figura 10. Escadaria de acesso ao adro da igreja



Figura 11. Fachada principal com o portal de acesso à igreja.



Figura 12. Vista lateral do convento. Zona da cabeceira da igreja (após demolições e reestruturação)



Figura 13. fresta original em arco de volta perfeita

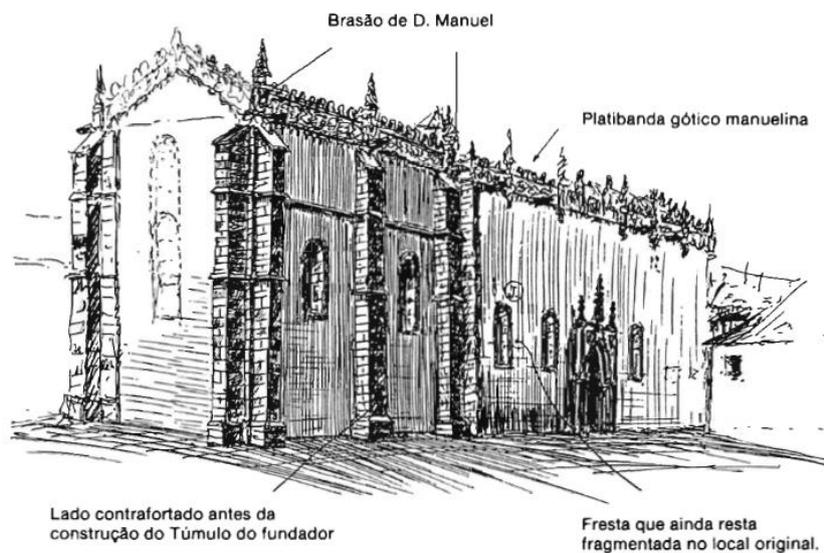


Figura 14. Tentativa de reestruturação do aspecto exterior da igreja, segundo Leonel Borrela.

O portal abre-se a meio do corpo da igreja, abrindo para o Largo da Feira, hoje Largo dos Duques de Beja - o facto de se tratar de uma comunidade religiosa feminina, obedecendo a uma regra de clausura, torna desnecessária a utilização de um portal axial²¹³. Assim, o portal principal desenvolve-se em arco quebrado, cujas arquivoltas são decoradas por molduras alternadamente côncavas e convexas (fig.15).

O portal insere-se numa moldura em alfiz, elemento da arquitectura árabe, também presente no portal principal da Batalha (fig. 16), no da igreja da Graça de Santarém (fig.17) e no da igreja de Santiago de Palmela (fig.18). Assim, podemos dividir o portal em dois registos. Atentando inicialmente no registo inferior, são usadas finas colunas com capitéis de decoração vegetalista, às quais Virgílio Correia chamou colunas-baquetas, dado o seu fuste delgado (fig. 19). O autor vê nas bases das colunas (fig. 20), semelhanças às colunas que se vêem pela primeira vez na obra de Mestre Huguet na Batalha. A base do portal é unificada pela existência de um plinto, rectangular, que acompanha a disposição dos colunelos e molduras, como também se verifica no portal da igreja de Santiago de Palmela²¹⁴.



Figura 15. Portal principal da igreja do Convento da Conceição

²¹³ “Entre esta e a capela-mor existiu outra porta, mais pequena e, diz-se, que por ela foi praticado, no ano de 1840, um grande roubo no templo, na véspera de uma grande solenidade.” (Canelas, 1965, p.243) Esta porta é visível numa fotografia de 1939 (fig.5) e num desenho de 1850 (fig. 43), embora não tenhamos acesso a documentação escrita que comprove a existência deste roubo ou que faça menção à porta.

²¹⁴ Silva, 1989, p.184



Figura 16. Portal principal da Igreja do Mosteiro da Batalha



Figura 17. Portal principal da Igreja da Graça de Santarém.



Figura 18. Portal principal da igreja de Santiago de Palmela



Figura 19. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor das colunas.



Figura 20. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor da base das colunas.

A decoração vegetalista dos capitéis desenvolve-se de forma desigual em cada um, mas limita-se sempre à zona superior do capitel, sendo a zona central arqueada e preenchida apenas com caules delgados (figs. 21 e 22). Note-se a existência de dois capitéis que constituem uma exceção à linguagem comumente usada na decoração vegetalista: na ombreira direita, o capitel interior apresenta um rosto ou máscara do qual saem folhas (fig. 23), enquanto que o capitel oposto mostra uma composição com folhas de videira (fig. 21). Segundo Vieira da Silva, este tipo de elementos é também usado em alguns capitéis do claustro real e da sala do Capítulo da Batalha, vendo-se ainda no deambulatório da Sé de Lisboa e no portal principal da igreja do Carmo, embora numa produção de maior mestria e expressividade²¹⁵.

²¹⁵ Silva, 1989, p.184



Figura 21. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor dos capiteis.



Figura 22. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor dos capiteis.



Figura 23. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor dos capiteis.

No registo superior, de cada lado do alfiz, apresentam-se os escudos dos fundadores, inseridos num quadrilóbulo, deixando marcada logo desde a entrada a responsabilidade de fundação desta casa. Finalizando o registo, vemos três elementos verticais com decoração vegetalista (fig. 24). A associação entre o registo inferior e o superior é feita pela sobreposição, em cada extremo, de dois finos colunelos que acentuam a separação feita pelo ábaco (fig. 25).



Figura 24. Portal principal da igreja do Convento da Conceição, Pormenor do registo superior



Figura 25. Portal principal da igreja do Convento da Conceição, Pormenor do registo intermédio

A opção de utilização destas soluções tão próximas das que se viram na Batalha atesta o transporte desta gramática a partir deste estaleiro, irradiando para os mais diversos locais através da movimentação dos mestres pedreiros, que assim difundem os seus conhecimentos, numa lógica frequente sobretudo no sul do país²¹⁶.

Para além do portal principal, também a platibanda que rodeia todo o edifício contribui para a inserção desta obra na tradição arquitectónica batalhina (fig.26). Este é o primeiro exemplar de platibanda rendilhada que encontramos no Alentejo, e o segundo em todo o país, sendo a primeira utilização atribuída ao mosteiro da Batalha (fig.27). Sobre o friso e sobre a cornija saliente, a platibanda desenvolve-se em quadrilóbulos rematados por flores-de-lis, à semelhança do que acontece na Batalha. Entre cada um destes dois elementos é ainda representado um ornato de forma torsa (fig. 28), que também pontua toda a extensão do edifício e constitui, como notou Vieira da Silva, uma novidade no tardo-gótico português²¹⁷, ideia que iremos retomar. Na zona que se sobrepõe ao portal principal, a platibanda é interrompida pelo brasão de D. Beatriz, o Y entre duas serras dentadas, ladeado por dois anjos que seguram, um o escudo de D. Fernando, e o outro, possivelmente, o escudo da infanta, hoje desaparecido (fig. 29). O uso da platibanda é sinónimo de “obra concluída”, muito embora os trabalhos do convento tenham continuado até pelo menos 1506, pelo que podemos depreender que, embora a platibanda do corpo da igreja seja da construção inicial, o mesmo não podemos dizer daquela que rodeia os restantes volumes do edifício.

O referido ornato da platibanda não é o único elemento torso que encontramos no edifício. Na verdade, verifica-se ainda a existência de pináculos torsos que pontuam o ritmo da construção, marcando, claramente, os tramos que dividem o interior (figs. 26, 28, 29 e 30). Estes pináculos assentam em pequenas colunas, mas a separação entre os dois elementos é demarcada pela utilização de ábacos de secção octogonal e lados côncavos (fig. 30), como referiu Vieira da Silva. Os pináculos torsos têm também repercussão em alguns pináculos da igreja do Pópulo das Caldas da Rainha (fig. 31), onde encontramos ainda outros elementos de torção²¹⁸, e na igreja de Jesus de Setúbal²¹⁹ (fig. 32).

²¹⁶ Silva, 1989, p.53

²¹⁷ Silva, 1989, p.55

²¹⁸ Silva, 1985, p.38

²¹⁹ “constituindo desde logo um elemento definidor do tardo-gótico em que esta construção se integra” Silva, 1987, p.26

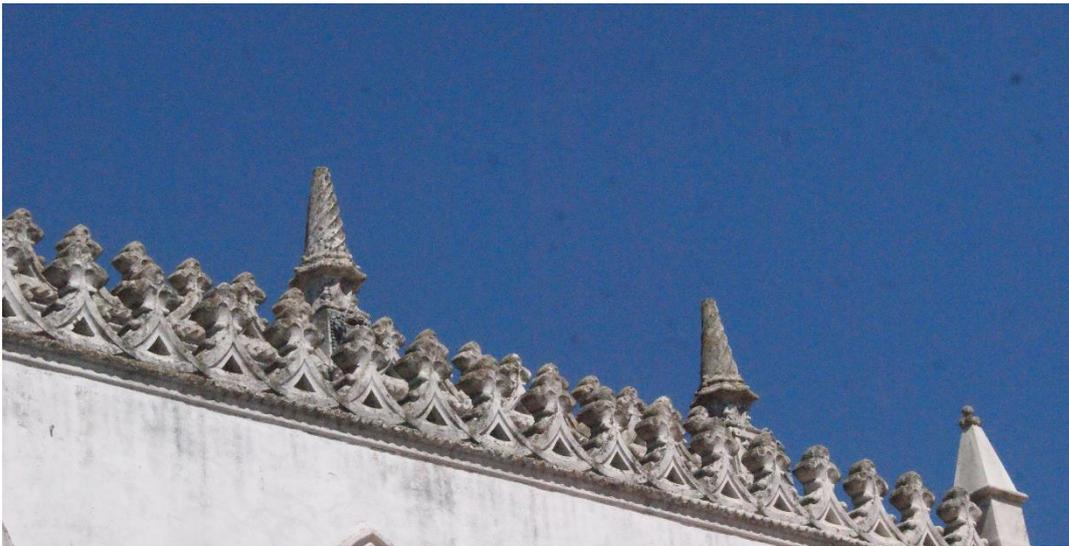


Figura 26. Platibanda rodeando a igreja do Convento da Conceição



Figura 27. Platibanda do Mosteiro da Batalha



Figura 28, Platibanda rodeando a igreja do Convento da Conceição, com ornato torso.



Figura 29. Platibanda rodeando a igreja do Convento da Conceição. Pormenor da zona que encima o portal principal, com os escudos dos infantes, cordão e pináculos torsos.



Figura 30. Platibanda rodeando a Igreja do Convento da Conceição, pormenor com pináculo torso



Figura 31. Igreja do Pópulo, Caldas da Rainha. Pormenor com pináculo torso.



Figura 32. Igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal. Colunas torsas.

Na cabeceira, existem contrafortes de secção quadrangular (fig.33) encimados por gárgulas ou figuras quiméricas que seguem a tradição batalhina (figs. 34 e 35), que se usam também na igreja do Pópulo das Caldas (fig.36). Esta relação entre as gárgulas/quimeras da Conceição de Beja, as da Batalha e as da igreja do Pópulo é estabelecida por José Custódio Vieira da Silva²²⁰ e apoiada por Catarina Fernandes Barreira²²¹. No topo, antes dos pináculos torsos, apresentam-se os escudos dos infantes (fig.37).

O exterior da igreja denuncia o seu desenvolvimento interior. Assim, a ausência de contrafortes na nave mostra-nos que se trata de uma igreja com cobertura de madeira, abobadada apenas na cabeceira, pelo que esta é a única zona onde estão presentes os contrafortes.

²²⁰ Silva, 1985, p.38

²²¹ Barreira, 2011, p.219



Figura 33. Igreja da Conceição. Contrafortes na zona da cabeceira.

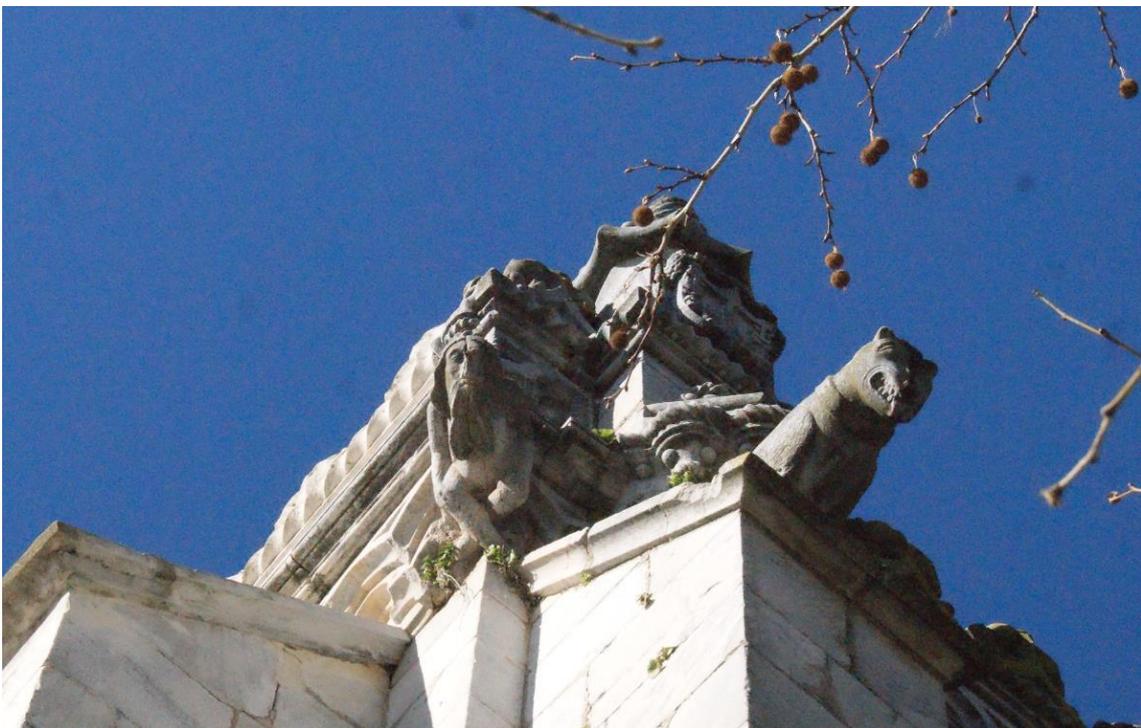


Figura 34. Igreja da Conceição. Gárgulas zoomórficas.



Figura 35. Gárgulas zoomórficas do Mosteiro da Batalha.

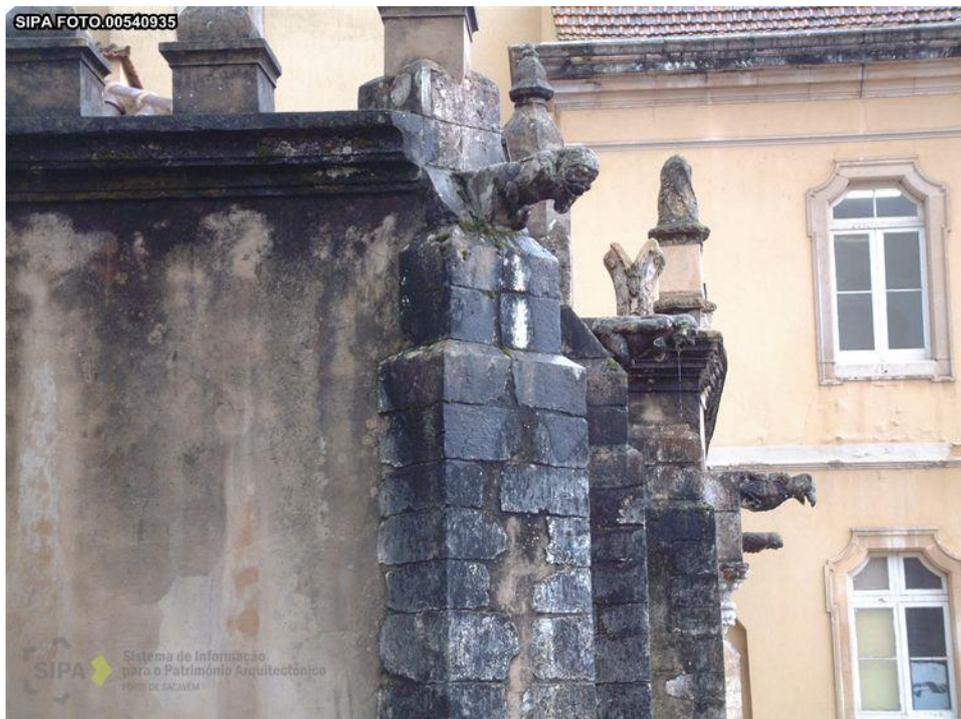


Figura 36. Igreja do Pópulo, Caldas da Rainha. Contrafortes com gárgulas zoomórficas.



Figura 37. Igreja da Conceição de Beja. Pináculo.

Sabemos que o paço dos infantes, imediatamente ao lado do convento, tinha ligação directa com a igreja e o convento, através de dois passadiços, um que abria para o coro alto, e outro para outras dependências conventuais. Destes passadiços resta um fragmento parcialmente reconstruído²²², no acervo do Museu Regional (fig. 38). Trata-se de uma grelhagem de tijolo e terracota, nas zonas de suporte e nas zonas decorativas com aberturas, respectivamente. O passadiço era encimado por um telhado de duas águas, permitindo o resguardo dos infantes, que atravessam deste o paço até ao coro-alto. A opção pelas aberturas em terracota ao longo do passadiço deverá prender-se com a entrada de luz para o interior da passagem. Estes passadiços criavam uma pequena rua ou túnel, designada Rua dos Infantes (fig. 39).

Junto da fachada principal, ao lado da cabeceira, erguiam-se corpos correspondentes à sacristia e outras casas adicionadas ao longo do tempo. Estas dependências foram demolidas, havendo poucos registos do aspecto original do adro da igreja, restando-nos um desenho de 1850 da autoria de Francisco da Paula Graça (fig. 40).

Segundo Canelas, sobre a igreja existia um terraço amplo, que foi demolido para dar lugar a um telhado de duas águas, que se mantém até 1741, quando passa a ser só de

²²² Embora um dos módulos seja uma reconstrução a partir de fragmentos originais, a peça em exposição consiste numa montagem feita com base no desenho feito pelo artista Rosa Mendes Junior (fig. 42), segundo observação directa do passadiço na sua localização original.

uma água. A torre sineira original foi destruída em 1719 e substituída por outra que sobreviveu até ao século XIX (figs. 41 e 42), altura em que se edifica a actual²²³ (fig. 43).

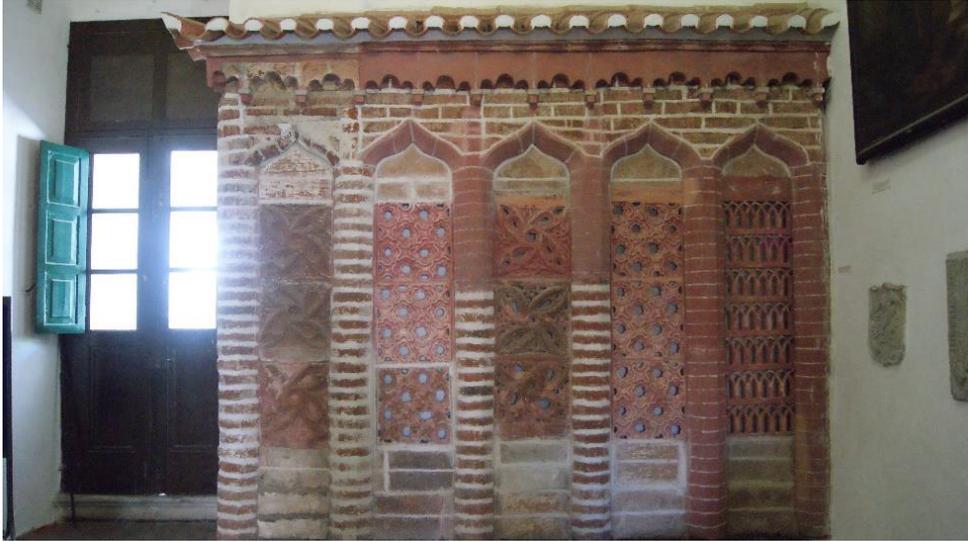


Figura 38. Passadiço entre a Igreja do Convento da Conceição e o Palácio dos Infantes, Museu Regional de Beja.

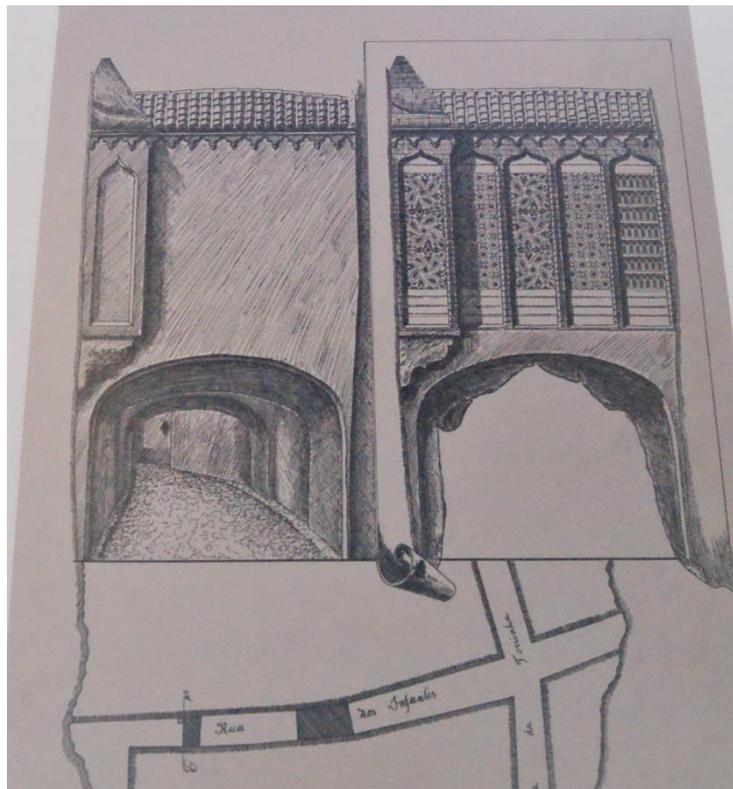


Figura 39. Desenho de Rosa Mendes Júnior representando o passadiço entre o convento e o paço, criando um túnel designado Rua dos Infantes, 1894.

²²³ Canelas, 1965, p.243

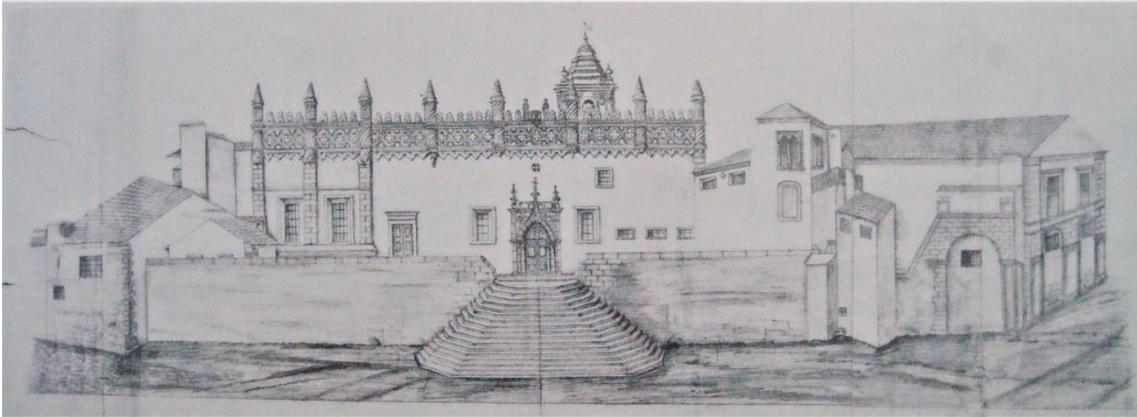


Figura 40. Desenho de Francisco da Paula Graça representando a fachada principal da igreja da Conceição, com o Paço dos Infantes, à direita, e as dependências correspondentes à sacristia, à esquerda, 1850

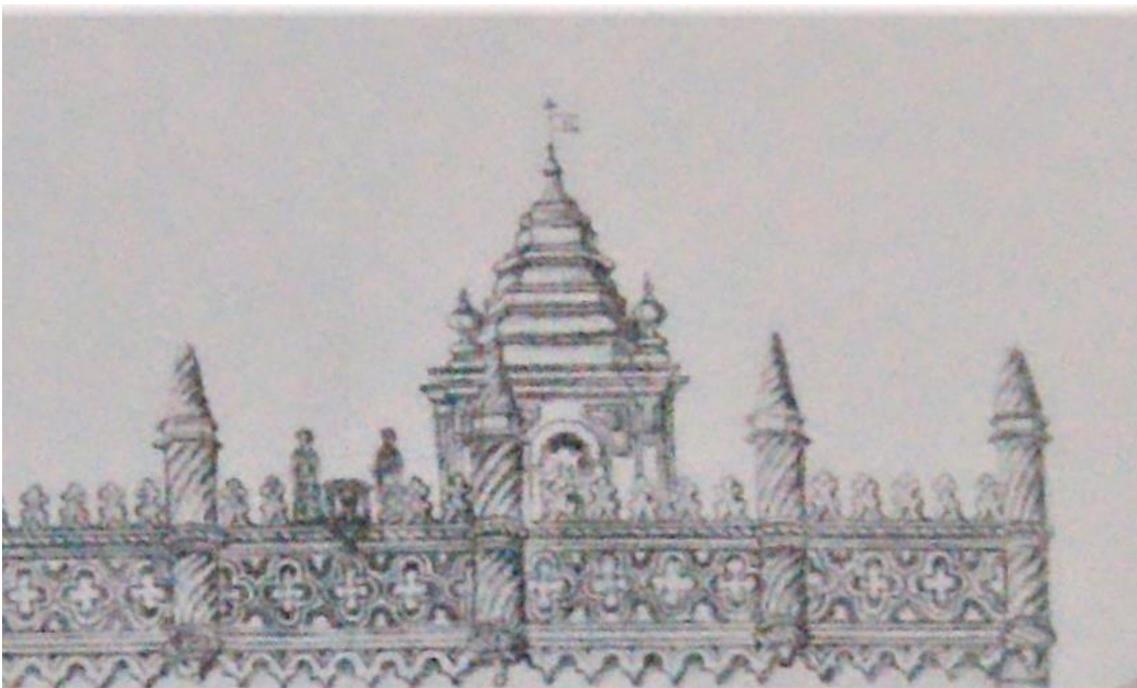


Figura 41. Pormenor do campanário, do Desenho de Francisco da Paula Graça representando a fachada principal da igreja da Conceição, 1850 (fig.43)



Figura 42. Pormenor do campanário, Convento da Conceição e Paço dos Infantes (demolido), anterior a 1895 (fig.4)



Figura 43. Campanário actual.

ii. O interior da igreja

A igreja desenvolve-se segundo uma planta rectangular, com nave única e terminação em cabeceira recta (figs. 44 e 45), como o próprio exterior do edifício deixa transparecer. No extremo oposto, situavam-se os coros alto e baixo, também eles descaracterizados ao longo do tempo (fig. 46). O coro-alto consistia num espaço revestido de azulejos e capelas em honra de vários santos, tal como é descrito por Frei Jerónimo de Belém na *Crónica Seráfica da Santa Província* (1753)²²⁴, e como podemos ver em documentação fotográfica do século XIX (fig. 47). Os duques fundadores do convento dispunham de acesso directo ao coro-alto, a partir do passadiço aéreo que o ligava ao paço, como já referimos.

Apesar de podermos analisar o corpo da igreja no que toca ao desenvolvimento da planta e à forma como se constitui a passagem para a capela-mor, é de maior dificuldade a análise do interior e decoração da nave. O preenchimento das paredes da nave com altares de mármore e também de talha dourada, bem como, do lado da epístola, com um programa azulejar com a vida de S. João Baptista – alterações que tiveram lugar ao longo dos séculos XVII e XVIII – impossibilitam o entendimento do espaço aquando da construção primitiva.

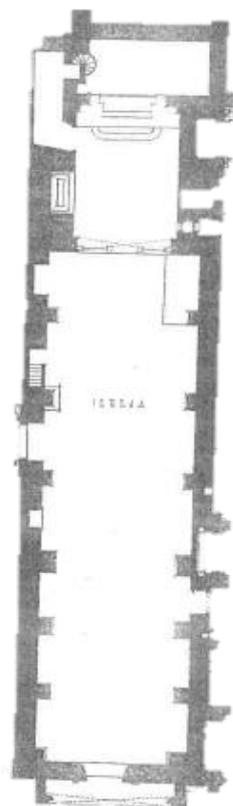


Figura 44. Pormenor da planta da igreja

²²⁴ “Consta o Coro alto de oito Capellas, em que se vem perfeitas, e devotas imagens (...) À entrada do Coro da parte direita está colocada em seu nicho de talha dourada a prodigiosa Imagem de N. Senhora May dos homens, que sendo enviada do Convento de Xabregas para aquelle Mosteiro no anno de 1749 (...)” Belém, 1753, p.499

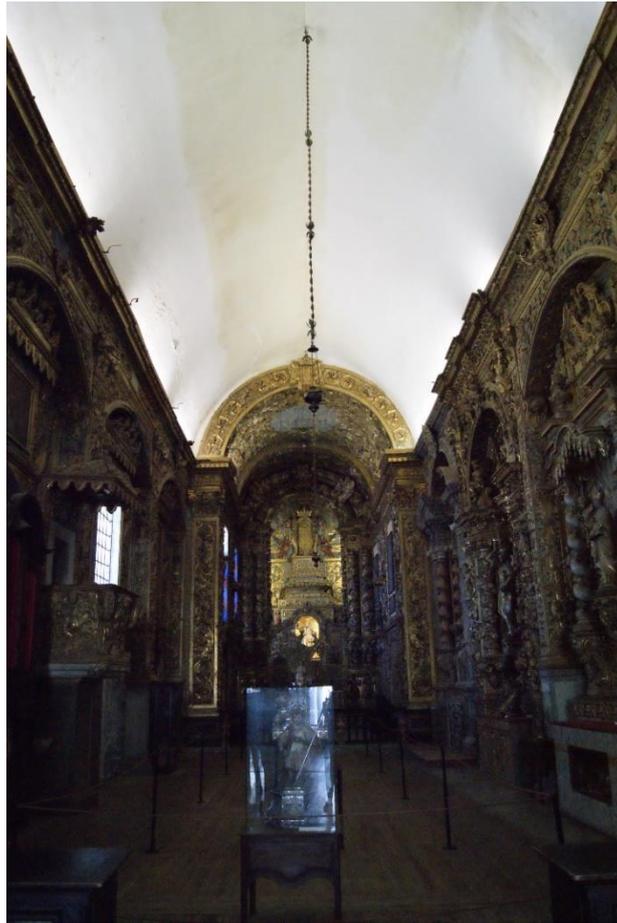


Figura 45. Interior a igreja da Conceição, nave e capela-mor ao fundo.

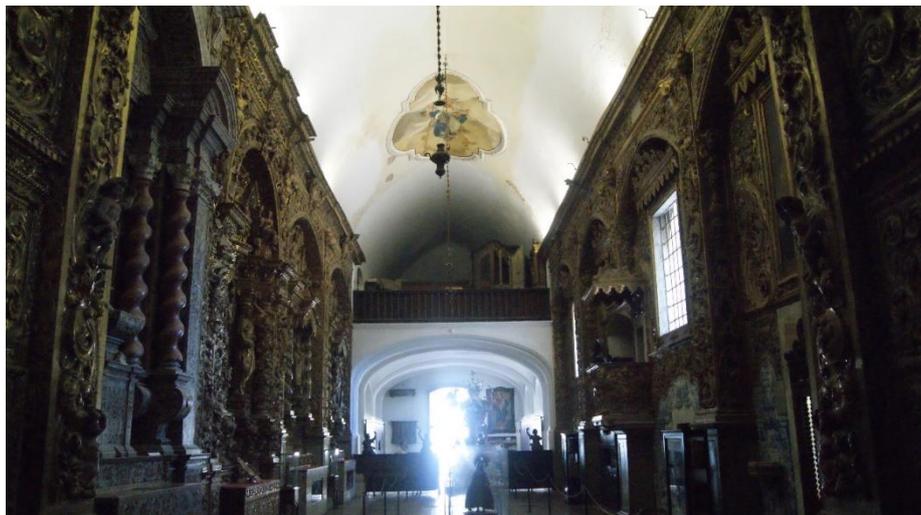


Figura 46. Interior da Igreja da Conceição, antigos coros ao fundo.

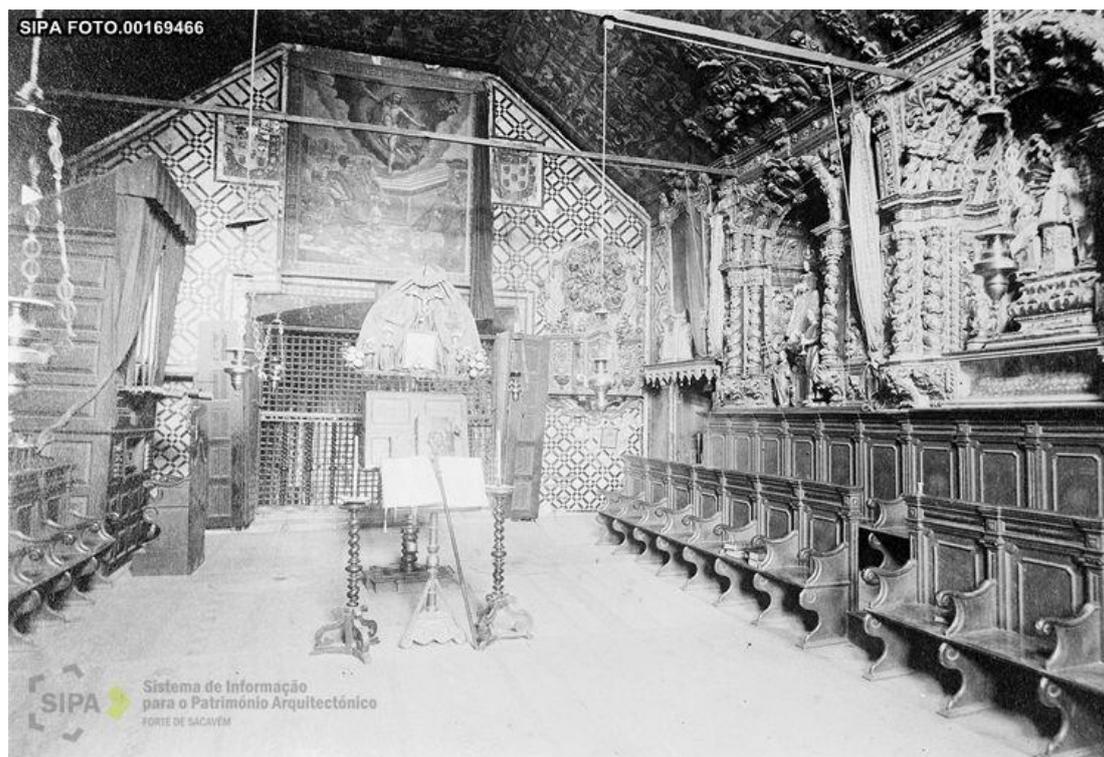


Figura 47. Coro alto, antes da reestruturação do espaço.

O espaço da capela-mor (fig. 48) estava não só reservado ao ofício divino, mas era também utilizado como capela funerária do fundador, o infante D. Fernando e seus filhos. A capela foi instituída pela viúva D. Brites após 1470 (data da morte do infante), sendo referida no seu testamento²²⁵, datado de 1506. Sabemos que o corpo do infante D. Fernando foi trasladado de Setúbal, em 1473, para ser aqui sepultado, num túmulo do qual restam apenas alguns fragmentos, pertencentes ao acervo do Museu Regional de Beja (figs. 49 e 50). No testamento, a infanta deixa directrizes para o funcionamento da capela-mor enquanto capela funerária, ordenando uma série de missas e outras diligências que deveriam ser tidas em conta. Interessa-nos particularmente a constituição espacial desta zona, embora a única referência seja que devem sempre existir “na dita capela quatro alampadas diante do sacramento que em ella decote esta”²²⁶.

Quanto ao túmulo, sabemos que se encontrava na parede do lado do Evangelho (hoje na mesma parede, mas na nave, fig. 6), e os fragmentos existentes deixam pressupor

²²⁵ “(...) ho Iffante don ffernando meu Senhor que santa gloria aja ffis sua sepultura no moesteiro da Conceção de nossa Senhora desta villa de beja na capela oor da parte do evangelho. E nella pus ho corpo de dito Senhor e com elle os duques nossos ffilhos Dom João e Dom Dioguo e seus Irmãos (...) Salgado, 1988, p.93

²²⁶ Salgado, 1988, p.94

uma configuração de tradição gótica, com utilização de trifólios e elementos vegetalistas, e possivelmente com os escudos dos infantes. Foi Leonel Borrela quem teceu uma análise mais aprofundada para esta questão, oferecendo também uma possível reconstituição do túmulo (fig. 51), e é para esse estudo que remetemos²²⁷. De maior importância será também a relação que o autor encontra entre o túmulo primitivo do fundador e o túmulo da primeira abadessa (fig.52), sendo que esse chegou até aos nossos dias²²⁸, ambos decorados segundo a tradição gótica. António Caetano de Sousa refere a existência de um letreiro na parede do lado do Evangelho na capela-mor, hoje invisível ou inexistente, onde se lê que D. Brites também jaz nesta capela²²⁹.



Figura 48. Capela-mor da Igreja da Conceição.

²²⁷ Borrela, 1988, p.203

²²⁸ “No côro de baixo do convento da Conceição há, na frente da porta, um soberbo tumulo de mármore polido, no estylo manuelino e sem inscripção. Dizem que encerra a ossada da primeira abbadêssa do mosteiro.” Palma, nº1669, 1892, p.2

²²⁹ “Aqui jaz o Infante D. Fernando, filho del-Rey D. Duarte, e irmão del Rey D. Affonso V, tio e sogro del Rey D. João o II. Pay del Rey D.Manoel, e da Rainha D. Leonor, e da Senhora D. Isabel, Duqueza de Bragança, o qual Infante, morreo de idade de XXXVI.annos. E nesta Capella jaz também a Infanta Dona Brites, sua mulher.” Sousa, 1736, p.507



Figura 49. Fragmento do túmulo primitivo do infante D. Fernando, Museu Regional de Beja.



Figura 50. Fragmentos do túmulo primitivo do infante D. Fernando, Museu Regional de Beja.

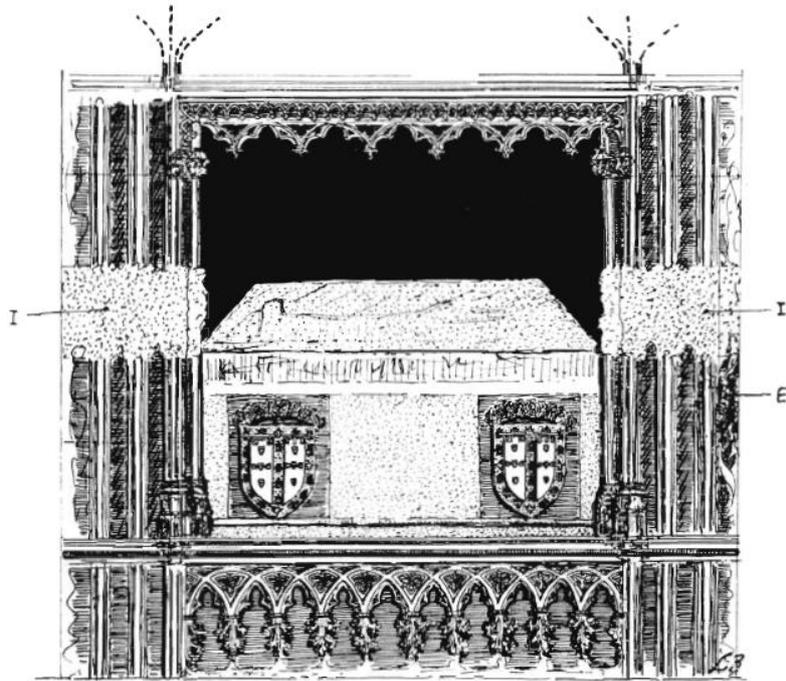


Figura 51. Reconstituição do túmulo primitivo do infante D. Fernando, por Leonel Borrela.



Figura 52. Túmulo de Soror Ousanda, primeira abadessa do Convento da Conceição.

Importa também analisar a cobertura da capela-mor, uma abóbada da construção primitiva, escondida pelo tecto em talha dourada que se colocou em 1696²³⁰ (fig. 53). A abóbada é referida numa passagem no jornal *O Bejense*, de 1892²³¹, momento em que terá estado visível devido às intervenções que decorriam no edifício. Em 1944²³² a abóbada já estaria novamente coberta, e assim se mantém actualmente. Como já referimos, o corpo da capela-mor é menos desenvolvido do que o corpo da igreja, estando também mais elevado, acedendo-se por um degrau. Vieira da Silva justifica esta solução através da alteração da cobertura da nave que, sendo de madeira, torna-se mais elevada que a cobertura da capela-mor²³³.

Ao analisar os registos fotográficos que mostram a primitiva abóbada da capela-mor, Vieira da Silva conseguiu identificar três tipos de perfis de nervura diferentes²³⁴ (figs. 54 e 55). O bocete central é decorado com a sigla IHS em letras góticas (fig. 54), sobre um pergaminho enrolado nas pontas, sendo a composição rodeada por decoração vegetalista. Outro bocete com as mesmas dimensões apresenta uma composição de duas taças unidas pela base, de forma simétrica, e deles saem ramos de flores, existindo também dois filactérios com letras inscritas. Estas taças podem também ser vistas em alguns fechos da abóbada de uma das quadras do claustro, que iremos analisar, e têm também semelhanças com a decoração da porta da sacristia da igreja do Pópulo das Caldas da Rainha²³⁵. Reinaldo dos Santos associa-as aos vasos de açucenas das Anunciações²³⁶. Borrela menciona a existência de um fecho do tramo da abóbada que apresenta um M gótico, podendo referir-se a D. Manuel I, que era já herdeiro da coroa entre 1491 e 1495²³⁷. Este fecho não é visível na documentação fotográfica disponível, mas é pouco provável que seja referente a D. Manuel, que estava ainda longe do trono à data de 1473, quando a abóbada já estaria concluída. Confirmando-se a existência deste M, poderá dizer respeito a Maria, a quem a igreja é dedicada.

²³⁰ Silva, 1989, p.56

²³¹ “O templo é magnífico, e uma das suas curiosidades é ter um notabilíssimo tecto de cantaria lavrada, que as freiras, para ressonância de suas vozes, mandaram revestir com outro de madeira!” Palma, 1892, nº1628; Viana, 1944, p.71

²³² “O primitivo, de pedra, ainda actualmente oculto, é, de facto, muito belo.” Viana, 1944, p.72

²³³ Silva, 1989, pp.52-53

²³⁴ “indicadores prováveis do teor experimental que uma abóbada desse tipo ainda representava, ou do gosto do complexo e do múltiplo característico de uma das afirmações do tardo-gótico” Silva, 1989, p.56

²³⁵ Silva, 1985, p.51

²³⁶ Santos, 1959, p.3

²³⁷ Borrela, 1988, p.209



Figura 53. Cobertura da capela-mor com tecto de madeira e talha dourada.



Figura 54. Cobertura da capela-mor com abóbada nervurada. Fecho com o IHS.

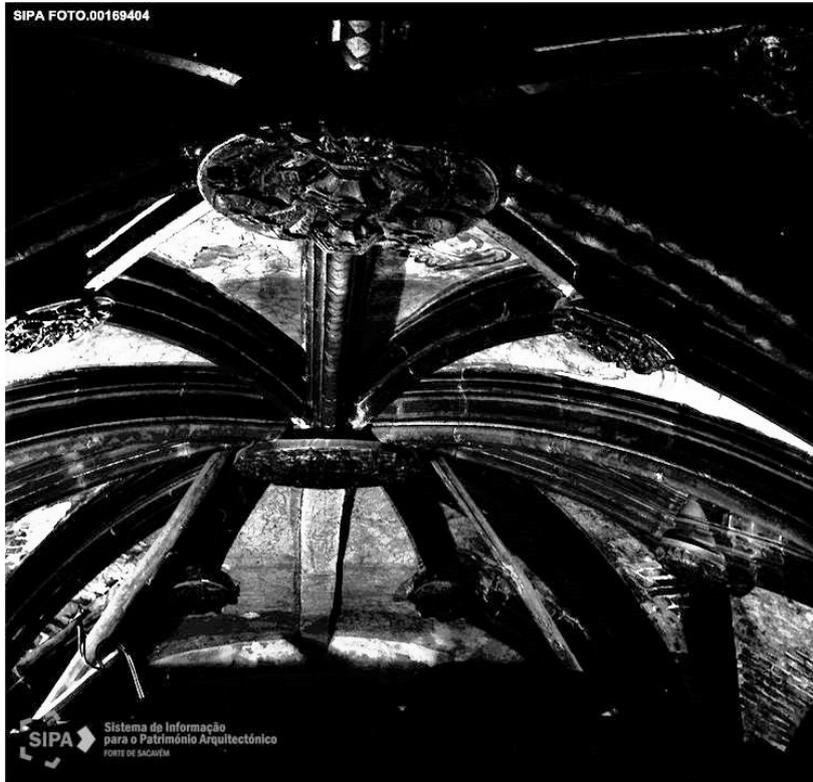


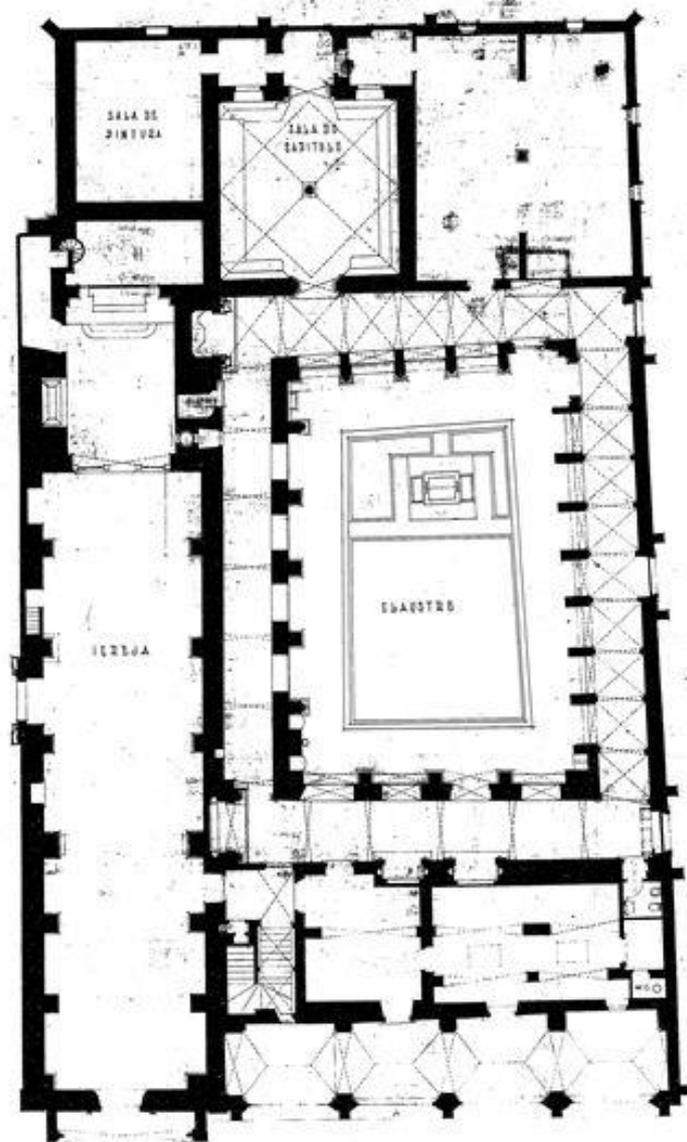
Figura 55. Cobertura da capela-mor com abóbada nervurada.

SIPADES.00000150

MUSEU REGIONAL DE BEJA

PLANTA DO 1º PISO

ESCALA 1:100



INSTITUTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL
COMISSÃO REGIONAL DE PATRIMÓNIO CULTURAL DO ALGARVE
SIPA

Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

Figura 56. Planta do Museu Regional de Beja, 1937

iii. O claustro

O núcleo primitivo da construção inclui o claustro, em redor do qual se desenvolveram as restantes dependências conventuais. As obras decorreram ao longo de várias campanhas, desde o reinado de D. Afonso V ao de D. Manuel I. O estudo da construção deste claustro é de grande importância pois é a partir dele que podemos, efectivamente, estabelecer uma cronologia mais acertada das primeiras obras da Conceição, algo que tem vindo a faltar nos vários estudos sobre a arquitectura do convento.

O claustro é constituído por quatro quadras assimétricas, com diferente número de tramos e com coberturas desiguais (fig.56). A diferença dos tramos prender-se-á, sobretudo, com a implantação da construção no terreno, numa zona urbana, próxima das muralhas da cidade, e numa elevação, não permitindo um desenvolvimento simétrico em todas as alas do claustro. Este tipo de assimetria associada à implantação no terreno também se verifica no claustro da Sé de Lisboa (fig.57) e no claustro da Sé Velha de Coimbra²³⁸ (fig.58), exemplos anteriores à construção do claustro da Conceição.

A desigualdade do sistema de coberturas manifesta-se pois duas das quadras têm abóbada de cruzaria de ogivas, uma terceira quadra é coberta com abóbada de berço quebrado e outra com abóbada de berço pleno (fig. 59), como iremos analisar.

Apesar da assimetria do claustro da Conceição, predominam algumas soluções que são retomadas em quadras resultantes de campanhas diferentes e que contribuem assim para unificar o espaço. Parece, por exemplo, geral o desenho das nervuras em secção rectangular de arestas chanfradas; apesar das inúmeras alterações sofridas ao longo do tempo, podemos aceitar como solução original o assentar das abóbadas em mísulas posicionadas no arranque do arco, não se prolongando até ao chão; e as mísulas originais parecem ser invariavelmente prismáticas, embora a maioria se encontre alterada.

²³⁸ Fernandes, 2006, p.24

SIPADES.00018960.A -
- MONUMENTO NACIONAL -

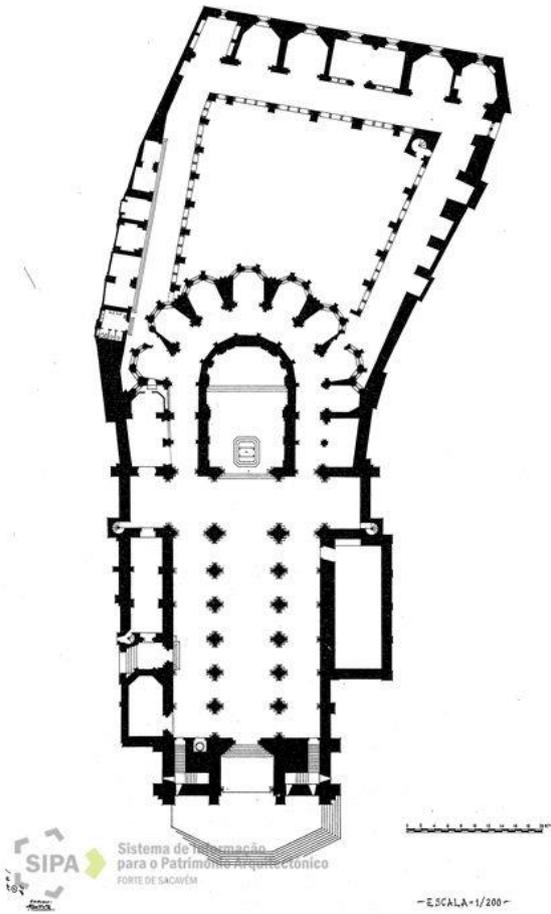


Figura 57. Planta da Sé de Lisboa.

SIPADES.00042097

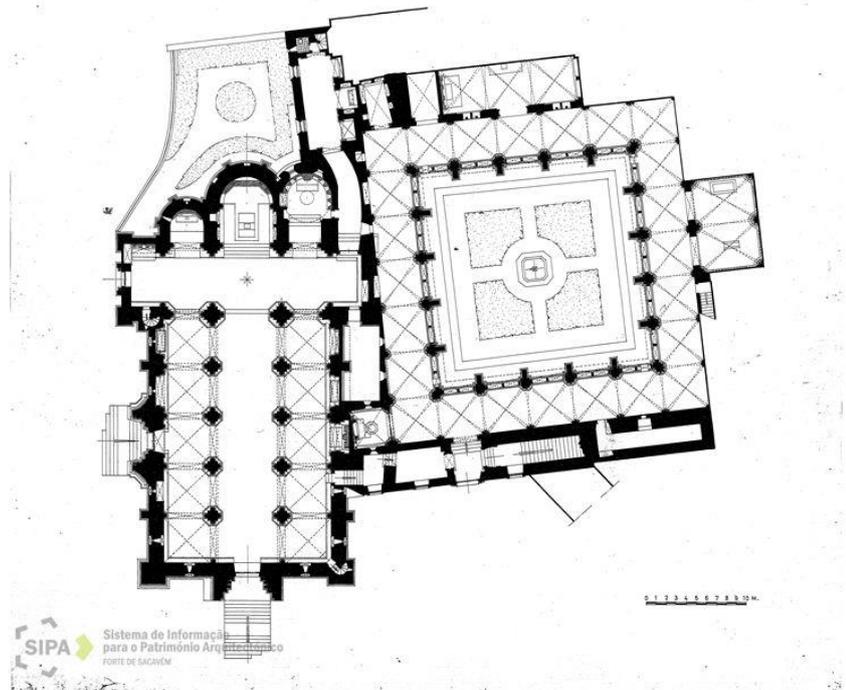


Figura 58. Planta da Sé Velha de Coimbra

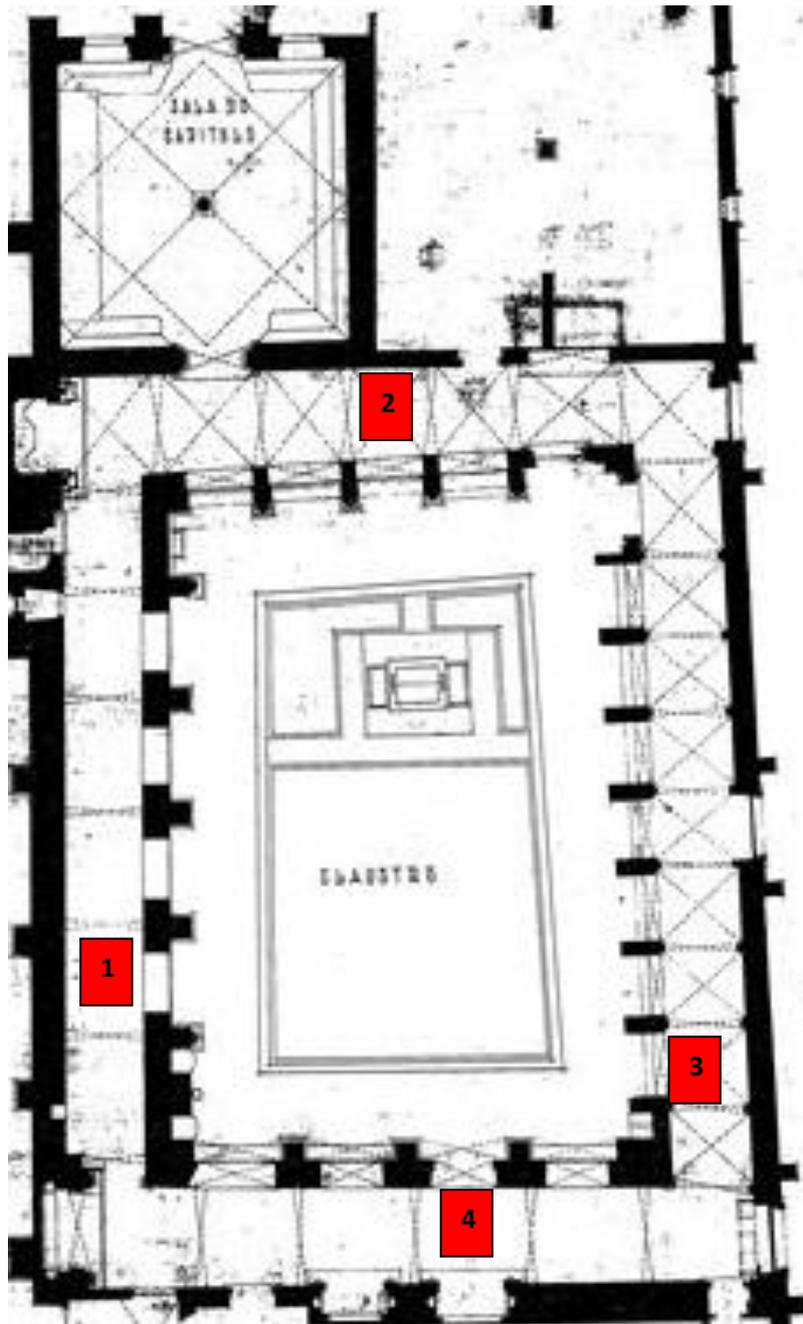


Figura 59. Planta do claustro do Convento da Conceição, com organização cronológica da construção. 1 – Quadra de Nossa Senhora do Rosário, 2 – Quadra de S. João Evangelista, 3 – Quadra da Portaria, 4 – Quadra de S. João Baptista

A primeira quadra a ser construída terá sido a de Nossa Senhora do Rosário (fig. 60), por se encontrar paredes meias com a igreja. Deve datar ainda no reinado de D. Afonso V, já que a igreja foi concluída em 1473, como já vimos. De facto, as soluções usadas nesta quadra têm muito do gótico afonsino, sendo a cobertura feita em abóbada de berço quebrado. Destaca-se sobretudo o portal de ligação entre a igreja e o claustro (fig. 61), definido em arco quebrado de secção recta assente em pilares rectangulares de arestas chanfradas através de capitéis rectilíneos. O conjunto é de um despojamento e simplicidade que identificamos como característicos do gótico afonsino. Os arcos assentam em mísulas de terminação prismática, como aliás acontece ao redor de todo o claustro. Nesta quadra instituiu-se o cemitério conventual, onde as religiosas repousam em campas rasas, prolongando-se o cemitério até à quadra seguinte, de S. João Evangelista²³⁹. Também nesta quadra se erguia a capela de Nossa Senhora do Rosário, edificada em 1584, e um oratório de S. Francisco de Bórgia²⁴⁰.



Figura 60. Quadra de Nossa Senhora do Rosário.



Figura 61. Portal de acesso ao claustro.

²³⁹ Hoje em dia, a quadra conta com duas aberturas reservadas ao confessionário e roda de serviço. Embora esta possa ser a localização original do confessionário, o mesmo não podemos dizer em relação à roda de serviço, que estaria colocada, primordialmente, na portaria conventual (entretanto demolida).

²⁴⁰ A Capela de Nossa Senhora do Rosário era pavimentada por azulejos brasonados do século XVI, que hoje emolduram uma pedra sepulcral do século XVIII, na quadra de S. João Evangelista. (Canelas, 1965, p.240)

iv. A campanha de obras de D. João II

Após o reinado de D. Afonso V, é a D. João II que se deve a continuação das obras do convento da Conceição. A obrigação do monarca para com esta instituição e para com os seus fundadores diz respeito, sobretudo, aos laços familiares que os uniam. Em primeiro lugar, o rei era casado com a filha dos duques de Beja, a rainha D. Leonor²⁴¹. Mas, as relações familiares vão mais além: os infantes são tios de D. João II, o infante D. Fernando era irmão de D. Afonso V²⁴² e D. Beatriz era filha do infante D. João e de Isabel de Bragança que, por sua vez, era filha de D. Afonso, o meio-irmão de D. Duarte. Acresce ainda o facto de D. João II ter mandado matar D. Diogo, filho mais velho dos infantes, como já havíamos mencionado. Várias passagens da crónica de Garcia de Resende, mostram-nos a relação de proximidade existente entre D. João II e a casa de Beja: quando o príncipe recebe D. Leonor na vila de Setúbal, a 22 de Janeiro de 1471, não se realizam festejos, dada a recente morte do infante D. Fernando²⁴³; para além disso, está também documentada a presença frequente do rei em Beja²⁴⁴, nomeadamente da entrega do infante D. Afonso (filho de D. João II e D. Leonor) nas Terçarias de Moura, para onde seria acompanhado por D. Brites, em 1480²⁴⁵, e mesmo depois disso, os príncipes ficam em Beja para saberem notícias do seu filho²⁴⁶.

A intervenção de D. João II no espaço conventual da Conceição é comprovável pelas várias representações do monarca através da sua heráldica, na quadra de S. João Evangelista (fig. 62). A cobertura desenvolve-se em sete tramos cobertos por uma abóbada de cruzaria de ogivas, com fechos decorados. O primeiro tramo da abóbada não apresenta pedra de fecho, mas acreditamos tratar-se de uma que está deslocada da sua posição original, representando o brasão régio de D. João II (fig. 63). O terceiro tramo apresenta também um fecho com o brasão (fig. 64), e é através destes que podemos

²⁴¹ O casamento teve lugar no ano de 1470, falecendo o infante D. Fernando em Setúbal, a 28 de Setembro do mesmo ano.

²⁴² “E ho muyto excelente infante Dom Fernando yrmão d’el-rey, levaa ho principe [D. João II] nos braços debaixo de hum paleo de rico brocado.” Resende, 1752, f.1 (cap.ii)

²⁴³ Resende, 1752, f. 2 (cap.iii)

²⁴⁴ “foy necesairo yrem muitas vezes recados ao principe que estava em Beja” Resende, 1752, f. 8 (cap. xxi)

²⁴⁵ “Depoys das pazes feitas por el-rey Dom Affonso e el-rey de Castela no fim do ãno de mil e quatrocentos e oitenta por assi estar assentado nas copilações delas, o principe estando em Beja com a princesa e sua casa, mandou entregar o infante Dom Afonso seu filho aa infanta Dona Breatiz sua sogra que já estava em Moura pera o ahi ter em terçaria.” Resende, 1752, f.8 (cap.xxi)

²⁴⁶ “polo grande receo que tinham à sua saúde por a villa de Moura ser muyto doentia nos verãos” Resende, 1752, f.8 (cap.xxii)

estabelecer uma cronologia para a construção desta quadra. D. João II leva a cabo uma reforma ao escudo real, em 1485, onde se estipula que este deverá apresentar os escudetes laterais direitos, e não apontados ao centro, suprimindo-se também a representação da cruz. Fixam-se também o número de castelos, embora continue a haver algumas variações, pelo menos no campo da iluminura²⁴⁷, o que nos leva a crer que o mesmo possa ter acontecido no caso da escultura arquitectónica²⁴⁸. De qualquer forma, o fecho da abóbada representa o brasão régio anterior à reforma levada a cabo pelo monarca.

Para além do brasão régio, o rei faz-se identificar também através do pelicano, sua insígnia²⁴⁹, (como confirmam os cronistas Garcia de Resende²⁵⁰, Rui de Pina²⁵¹ e a obra de D. António Caetano de Sousa, a *História Genealogica da Casa Real Portuguesa*²⁵²), noutra fecho da abóbada (fig. 65).

Em geral, as soluções escolhidas para esta quadra diferem do gótico afonsino visível na quadra do Rosário, já que se complexificou o sistema de cobertura e a própria decoração. As pedras de fecho apresentam o seguinte esquema: brasão régio (fig. 63), pelicano (fig. 65), brasão régio (fig. 64), e motivos vegetalistas nos quatro tramos restantes (figs. 66, 67, 68 e 69).

²⁴⁷ “Não sendo nunca menos de sete, o número de castelos faz parte da margem de liberdade do iluminador e não parece possível atribuir-lhe qualquer significado, excepto o de naturalmente, nunca serem treze.” Alves, 1985, pp.110-111

²⁴⁸ Miguel Metelo Seixas faz uma comparação entre o escudo no medalhão della Robbia da Madre de Deus, posterior à Reforma de 1485, com as armas representadas no “Livro das Cortes primeiras feitas per ho muy alto e muy poderoso Senhor El Rei Dom Joham segundo (...)”, (1482). (Seixas, 2010, pp.16-17)

²⁴⁹ O pelicano está associado a uma ideia de sacrifício em prol dos outros, pelo que houve uma procura de ligação desta simbologia à doutrina política da época, vendo-se o pelicano como o rei que trabalha e se sacrifica em prol do seu povo (Seixas, 2010, pp.16-17)

²⁵⁰ “E assi fez, e ordenou outras muytas cousas de muyto proveito, e boa governança de seus Reynos, em que mostrava o grande amor que a seus pouos tinha, e bem conforme ao Pelicano, que por devisa trazia” Resende, 1752 (As virtudes e feições del Rey dom João).

²⁵¹ “ElRey em endo Príncipe tomou por devisa, polla Princesa sua molher hum Pelicano, Ave rompente sangue no peito, pera sustentamento, e criaçam de seus filhos, que no ninho tem consigo. E tatno fo de seu contentamento, que a nom mudou depois que foy Rey; e com ella trouxe por letra correspondente aa piedosa morte do Pelicano que dizia: Por tua ley, e por tua grey.” Pina, 1977, p.933

²⁵² “Teve ElRey por empresa hum Pelicano ferindo o peito com bico, com esta letra: Pela ley, e pel grey: Pro lege, & pro Grege: diendo pela Religiaõ, e por amor do seu Povo elle eporia a própria vida, pelos interesses de hum, e pela defensa de outro.” Sousa, 1737, p.146



Figura 62. Quadra de S. João Evangelista



Figura 63. Fecho da abóbada com brasão régio de D. João II, deslocado da sua localização original (1º tramo)



Figura 64. Fecho da abóbada com brasão régio de D. João II (3º tramo).



Figura 65. Fecho da abóbada com pelicano, insígnia de D. João II (2º tramo).



Figura 66. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (4º tramo).



Figura 67. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (5º tramo).



Figura 68. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (6º tramo).

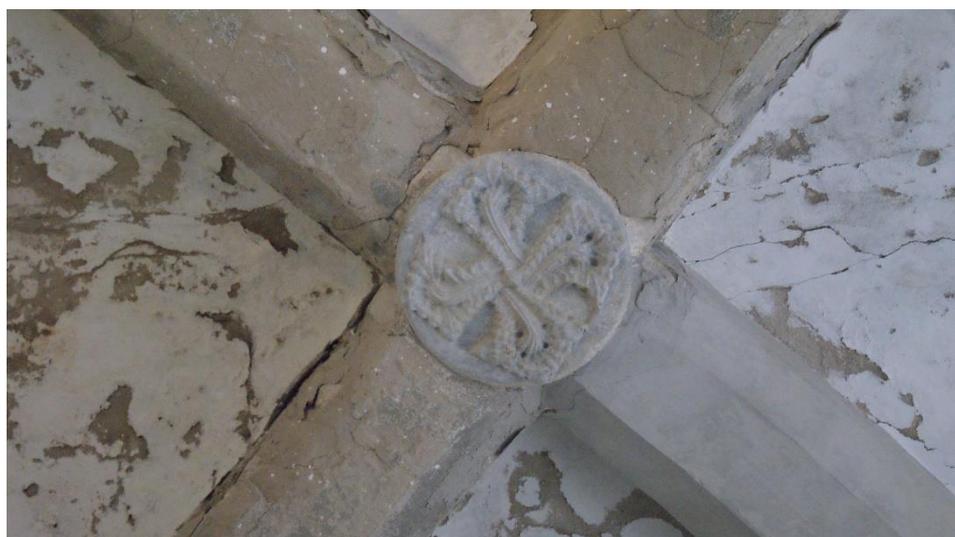


Figura 69. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (7º tramo).

Mantêm-se as nervuras assentes em mísulas prismáticas, tal como as que se usaram na quadra anterior, embora tenham sido substituídas por outras mais recentes, de perfil curvo (fig. 62). A iluminação é feita através de cinco janelas em arco apontado, encimadas por óculos, numa solução tipicamente medieval (fig. 70 e 71).

A quadra é composta pela capela de S. João Evangelista (fig. 72), reconstruída em 1601, segundo data inscrita, mas com possível construção primitiva no século XV, sob o patrocínio de D. João II, como a restante quadra. Não podemos confirmar o que levaria o rei a patrocinar uma capela a este santo, mas é conhecida a devoção ao mesmo por parte da sua mãe, D. Isabel de Lencastre, que “sse cem filhos ouvesse, todos avia de mandar poôr este nome”²⁵³.

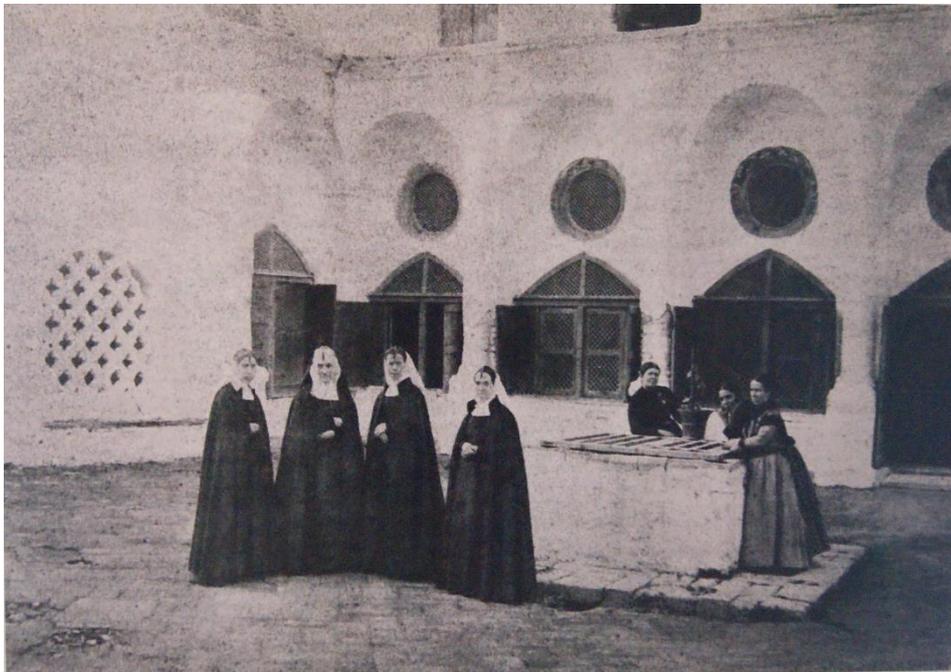


Figura 70. As quatro últimas freiras do Convento e serviçais, em frente à quadra do Evangelista. Última década do séc. XIX.

²⁵³ Madahil, 1939, p.76



Figura 71. Janelas da Quadra de S. João Evangelista, vista do exterior do claustro.



Figura 72. Capela de S. João Evangelista



Figura 73. Brasão régio encimando o portal da Sala do Capítulo, na Quadra de S. João Evangelista.

É nesta quadra que se ergue a Sala do Capítulo, cujo portal é encimado pelo brasão régio de D. João II, que comprova o patrocínio deste monarca (fig.73). Aqui, os escudetes laterais já não estão apontados ao centro e já não se apresenta a cruz, figurando apenas os escudetes direitos, com cinco besantes e os 12 castelos (ao contrário do que acontece no brasão que consta num dos fechos da abóbada desta quadra). Assim, concluímos que o brasão será posterior à reforma de 1485, dada a configuração analisada, e anterior a 1495, por esta ser a data de morte do rei.

O acesso à sala é feito por um portal esculpido em pedra de S. Brissos, desenvolvendo-se em arco quebrado (fig. 74). Virgílio Correia considerou o portal, bem como o do convento de Varatojo, como “verdadeiras criações regionais”, reportando-se a uma originalidade que também foi reconhecida por Vieira da Silva, filiando o portal à tradição do gótico batalhino. O portal é delimitado pelos colunelos finos que marcam as ombreiras e são prolongados pelos arcos onde se concentra a decoração (figs. 75 e 76). O arranque de uma das arquivoltas é pontuado por uma mísula em forma piramidal (fig.77), que interrompe a ascensão do respectivo colunelo. Os dois colunelos exteriores assentam num plinto prismático (constituído por molduras concavas e convexas) (fig.78), à semelhança do que acontece no portal principal da igreja. Estes elementos têm bases plurifacetadas (fig.78), como se encontra no portal principal e como também se viu na Batalha, nas obras de mestre Huguet, e que Correia designa como “colunas-baqueta”. O terceiro colunelo é o mais desenvolvido, assentando uma base idêntica às restantes, num segmento prismático de coluna bastante elevado. O fuste é constituído por três toros finos que, pontualmente, sofrem um efeito que torção que contribui para o contraste com os primeiros colunelos, mais lineares.

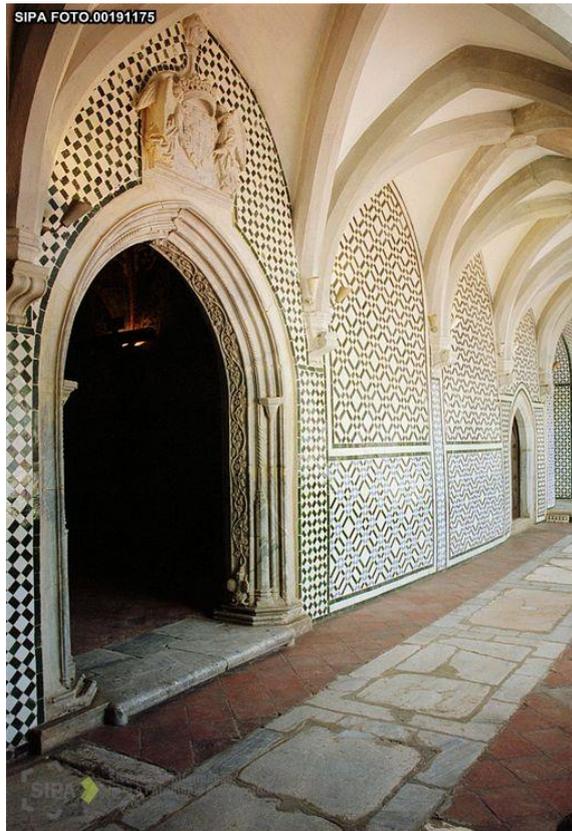


Figura 74. Portal de acesso à Sala do Capítulo, na quadra de S. João Evangelista.



Figura 75. Portal da Sala do Capítulo, pormenor.



Figura 76. Portal da Sala do Capítulo, pormenor.



Figura 77. Portal da Sala do Capítulo, pormenor.



Figura 78. Portal da Sala do Capítulo, pormenor.

Destaca-se o intradorso, onde se desenvolve decoração fitomórfica e zoomórfica. A composição decorativa baseia-se na representação de um caule de videira que começa por sair da boca de dois dragões (figs. 79 e 80). O caule sobe por toda a extensão do interior da ombreira e do arco, criando um entrançado de curvas de algum relevo, estando este espaço preenchido por ramos com pequenas parras e cachos de uvas, sendo que as gavinhas se enrolam ao caule. Uma das gavinhas sobe pelas molduras do arco, terminando numa roseta (fig. 81), numa composição que desafia a rigidez da pedra, dando uma ideia de maleabilidade e naturalismo muito característicos da decoração manuelina. Encimando o brasão régio, colocou-se uma alcachofra (fig. 82).

Esta é uma composição original que aborda um tema comum: o dragão, simbolizando o Mal; a vide, símbolo de Cristo e do triunfo final do Bem. Este portal liga-se a uma tradição do tardo-gótico internacional, pela pureza das suas linhas construtivas, estabelecendo também relação com o portal principal da igreja. Devemos ainda notar a ausência de capitéis, em conjunto com os colunelos delgados, correspondendo ao processo evolutivo do tardo-gótico europeu, que se vê sobretudo no pórtico axial e pilastras do interior da igreja de Santiago de Palmela.²⁵⁴



Figura 79. Portal da Sala do Capítulo, pormenor.



Figura 80. Portal da Sala do Capítulo, pormenor.

²⁵⁴ Silva, 1989, p.152



Figura 81. Portal da Sala do Capítulo, pormenor.



Figura 82. Portal da Sala do Capítulo, pormenor.

Entrando na sala propriamente dita, encontramos-nos perante uma divisão de planta quadrada (fig. 83), coberta por abóbada de arestas²⁵⁵ descarregando o peso numa coluna ao centro da sala (fig.84). A sala é circundada por bancos de pedra, cobertos até meia altura da parede por azulejos de aresta do século XV²⁵⁶ (fig.85). Não foi encontrada documentação que permita datar com precisão a construção do interior da Sala do Capítulo, não havendo também informação que nos indique uma reconstrução posterior ao reinado de D. João II²⁵⁷. Assim, aceitamos que esta configuração seja a original e que se deva ao patrocínio do mesmo monarca. As originalidades das soluções usadas na Sala do Capítulo permitiram aos historiadores como Correia e Vieira da Silva, já referidos, a considerar esta divisão um exemplo do tardo-gótico português, com soluções inovadoras que, segundo os autores, remetem para uma regionalização que era comum na época²⁵⁸

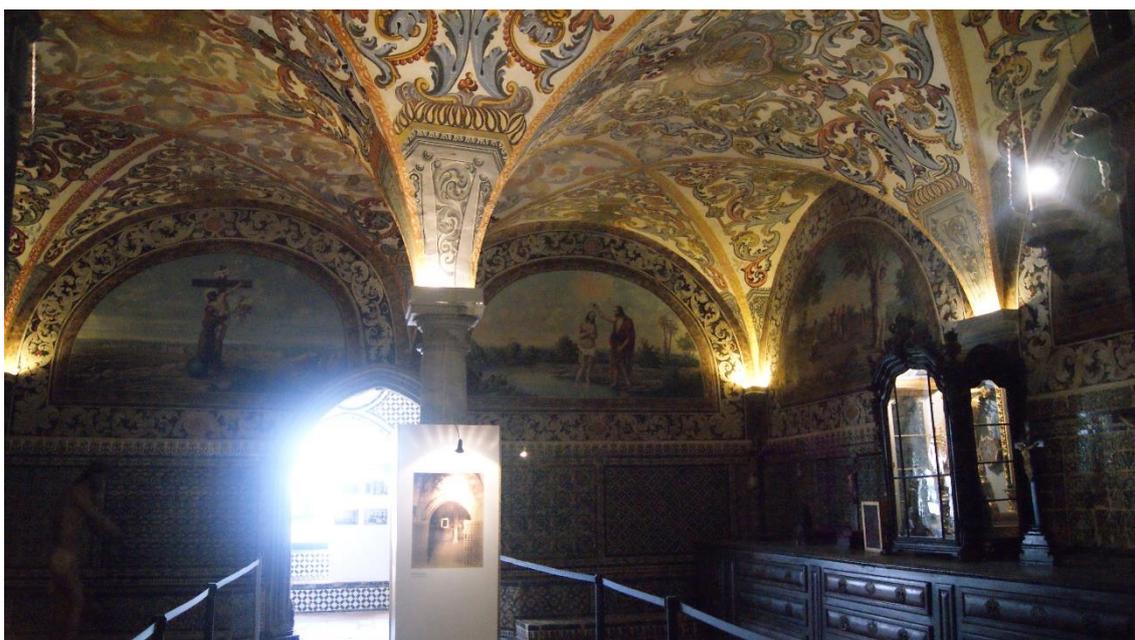


Figura 83. Sala do Capítulo, interior.

²⁵⁵ “As salas do Capítulo apresentavam-se vulgarmente abobadadas, revelando, pela presença deste modo de cobertura, a importância concedida a este espaço.” Teixeira, 2011, p.547

²⁵⁶ “A Sala do Capítulo é a dependência do Mosteiro que mantém com mais rigor a sua decoração original, constituída por azulejos de aresta. É o melhor e mais completo conjunto de Portugal, tanto pela qualidade como pela quantidade. Estes azulejos mudéjares são do princípio do século XV”. Saramago, 1994, p.175

²⁵⁷ Estão datadas algumas modificações de 1657, por iniciativa de Bernardina Lobo do Tornéu. Em 1727 fechou-se a janela que abria para o Terreiro do Dormitório Novo, para construção da capela de Cristo Crucificado.

²⁵⁸ “Torna-se, assim, um exemplo perfeito de características definidoras do tardo-gótico; com elementos comuns a um formulário europeu, sofre, porém, um tratamento original, indicativo da regionalização desse formulário a um nível nacional, ou como neste caso concreto, a um nível mesmo local.” Silva, 1989, p.152

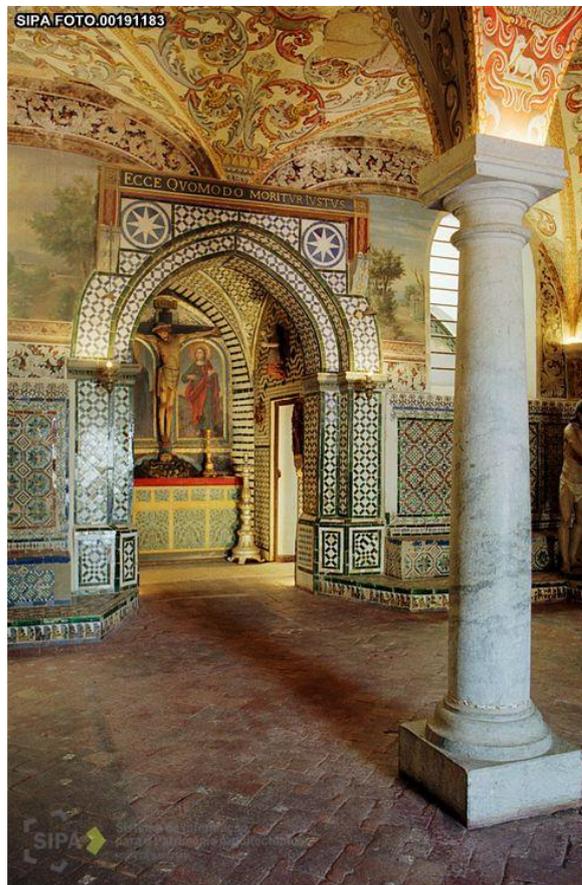


Figura 84. Sala do Capítulo, interior.

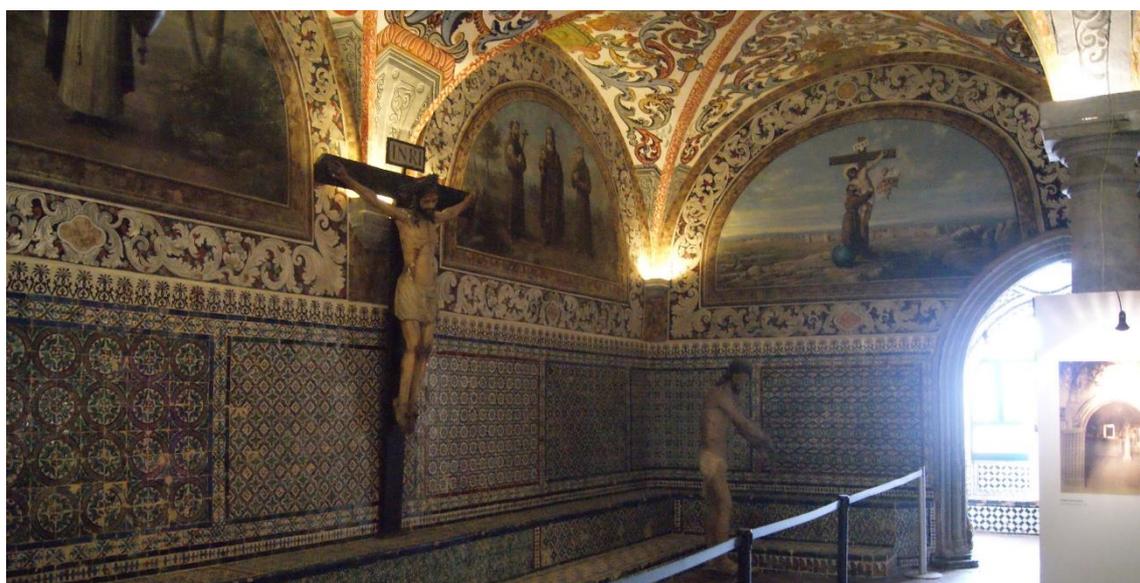


Figura 85. Sala do Capítulo, interior.

De facto, esta parece ter sido a primeira vez que se optou por criar uma Sala do Capítulo a partir de uma planta quadrangular, encimada por uma abóbada deste tipo. Ao fundo, existiria uma janela com vista para o terreiro e dormitório novo²⁵⁹ (fig. 86). Insere-se aqui uma nova tipologia espacial, pois aquilo que se pretende é um espaço unificado, daí a opção por uma coluna ao centro, que não tolda a visibilidade total da divisão.

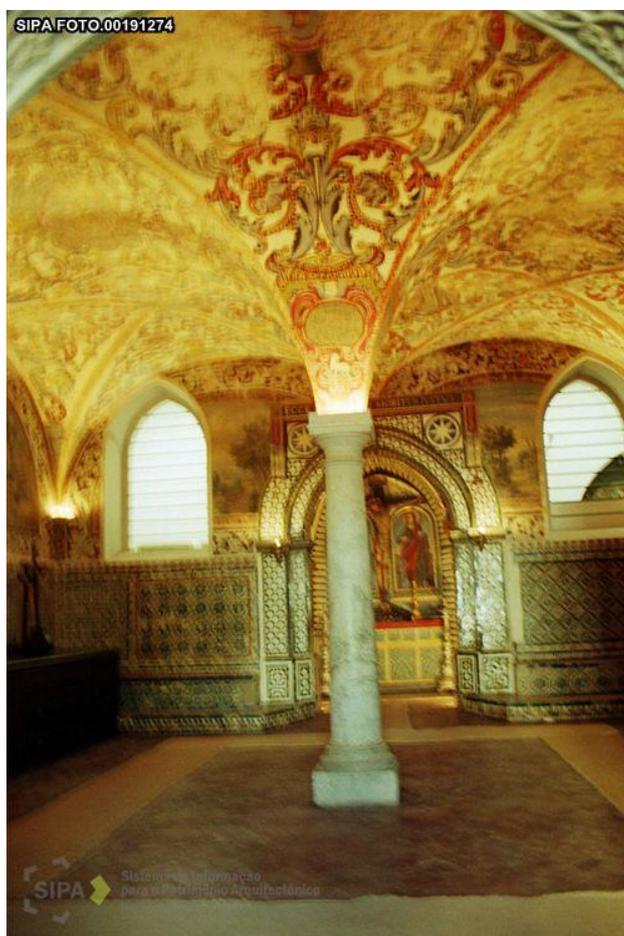


Figura 86. Sala do Capítulo, interior.

²⁵⁹ “Na parede fronteira à entrada existiu primitivamente, uma larga janela que dava para o terreiro e o dormitório novo. As religiosas em 1727 fecharam-na, levantando naquele lugar uma capela a Cristo Crucificado.” Canelas, 1965, p.244

Por fim, a quadra do Evangelista alberga também a saída para o Terreiro do Dormitório Novo, sendo este último construção do reinado de D. Manuel, que abordaremos de seguida. Interessa-nos aqui observar o portal de acesso ao terreiro, desenvolvido em arco quebrado, despojado de qualquer decoração, e marcado por secções rectas (fig. 87). Não nos é possível precisar a data de construção do portal ou da janela que existiria na própria sala²⁶⁰. Ainda assim, dada a linguagem escultórica do portal, queremos colocar a hipótese de estas aberturas terem sido construídas ainda no reinado de D. João II, juntamente com a restante quadra, dando acesso ao terreiro pré-existente, que seria usado mais tarde para albergar o dormitório.



Figura 87. Portal de acesso ao terreiro do Dormitório Novo.

²⁶⁰ Este espaço sofreu uma série de alterações, em 1657 e também em 1727, estas últimas por ordem da abadessa Bernardina Lobo do Tornéu. As intervenções englobam a pintura da abóbada e da parte superior das paredes, bem como o acrescento do altar do Senhor Jesus do Capítulo, ladeado por duas janelas ogivais. Actualmente, esta zona dá acesso às salas de pintura do Museu Regional de Beja. (Saramago, 1994, p.175)

v. A campanha de obras de D. Manuel I

Como já referimos, as obras do convento contaram também com o patrocínio do rei D. Manuel I, sucessor de D. João II. D. Manuel torna-se duque de Beja aquando da morte de seu pai, que detinha o título, como já vimos. É neste contexto que o rei D. João II lhe doa a esfera armilar enquanto sua insígnia, usando-a desde esta época. Ao subir ao trono, herda uma série de estaleiros de obras em curso, que tem o poder de encerrar ou dar-lhes continuidade. O rei opta sempre por continuar os projectos, trazendo, muitas vezes, os seus architectos de eleição. Na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Damião de Góis refere o interesse que o monarca demonstrou, ao longo do seu reinado, pela edificação e reparação de igrejas e mosteiros, mas também de castelos e fortalezas, entre outros²⁶¹. Este interesse foi acompanhado por uma crescente política de auto-representação simbólica, que já bem conhecemos, e que contribuía para a centralização do poder real. De facto, o rei procurou fazer-se representar nas construções que patrocinava, levando ao extremo uma atitude que era comum na época, como teremos oportunidade de analisar.

O convento da Conceição foi um dos locais privilegiados pelo rei D. Manuel, como depreendemos da leitura do seu testamento, em primeiro lugar por se tratar de um convento franciscano²⁶², mas também por se tratar de uma casa de fundação dos infantes seus pais, como é claro²⁶³. Para além disso, as referências documentais mostram uma relação próxima entre mãe e filho, já que D. Manuel, para além de contribuir a nível

²⁶¹ “ (...) foi tam vigilante nas cousas q tocavam aho Ecclesiastico, e serviço divino, que se lhe pode levar e conta toda ha culpa que lhe dere do desejo que tinha dajutar muitos mais bes à coroa estes Regnos, do que fez em quanto viveo porque de suas rendas despendio cada anno grande parte em esmolos, e obras pias, e edificar, e reparar igrejas, e mosteiros, villas, castellos, e fortalezas (...)” Góis, 1926, p.206

²⁶² “Item pella gramde devoçaõ, que tenho a todos os Mosteiros da Ordem e S. Francisco, da observância, encomendo muito que se tenha de todos elles muy grande lembrança e cuidado, porque receberey nisso grande consolaçaõ, e por quanto eu do dinheiro da Esmollaria mandamos sempre acodir a mayor parte de suas necessidades, encomendo que assy se lhe faça, quando lhes comprir, porque alem de serem pessoas virtuozas as dos ditos Mosteiros, eraõ certo meus amigos (...)” Sousa, 1947, p.417

²⁶³ “ (...) e principalmente dos da Ordem de S. Francisco, encomendo o Mosteiro da Conceição de Beja, onde jazem o Infante, e a Infante, meus Senhores Padre e Madre, que Deos haja, e meus Irmãos, e asy o Mosteiro das Freyras de Setuval, pella mais obrigaçaõ que a estes tenho.” Sousa, 1947, p.417

económico²⁶⁴, visitava a sua mãe com frequência²⁶⁵, tendo estado presente em Beja pouco antes da morte da infanta²⁶⁶.

A historiografia tende a apontar a intervenção de D. Manuel no convento da Conceição para o ano de 1506, data de construção do refeitório, segundo uma lápide inscrita:

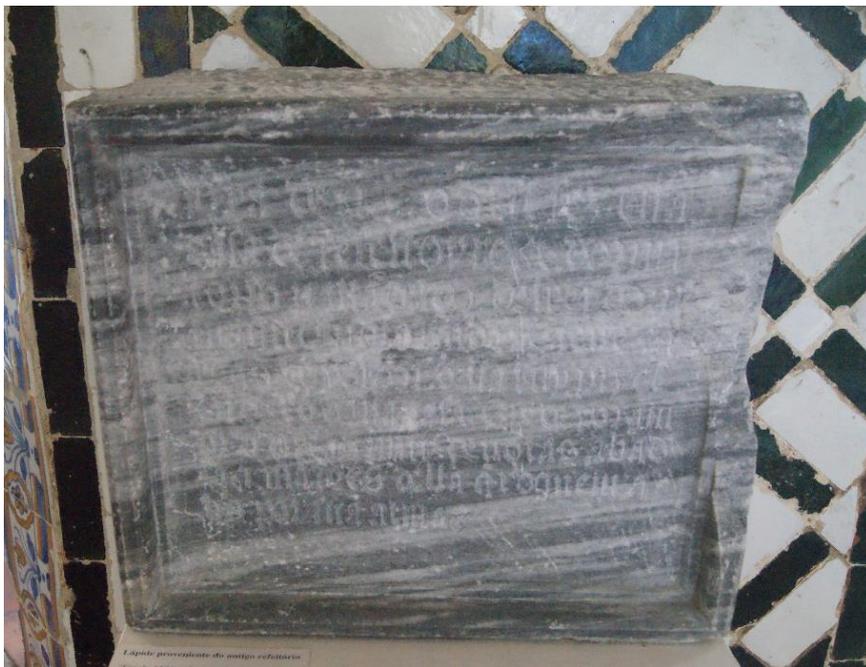


Figura 88. Lápide inscrita, relativa à construção do refeitório: *Era 1506 se fez esta / casa de refeitoyro, e dormi / torio p mândado del rei dom / manuel nosso snôr.E / teve ca / rego de veador della ruy piz es / cudeiro de sua casa. E pede por am/ or / de de(u)s as muy devotas abad / esas e madres della que roguem a / de(u)s por / sua alma*

²⁶⁴ “(...) elle [D. Manuel] despendia cadanno vinta tres contos, & quinhentos mil reaes, de que hos treze contos eram em assentamentos, & tenças que daua, assi à Infanta dona Beatriz sua maim (...) Góis, 1926, p.14

²⁶⁵ “(...) se foi a Setuual onde ho estava sperando há Rainha donna Leonor, & há Duquesa de Bragaça donna Isabel suas irmãs, & ha Infant donna Beatriz sua mai pera tratarem negócios que com elle tinham, & allí tiuerã todos Pascoa da resurreiçam.” Góis, 1926, p.25

“Dalli se veo elrei a Coibra, & de Coimra a Lisboa, ode chegou ahos ix dias do mês Doutubro, & foi recebido co gade contentamento da Infante dona Beatriz sua mai, e da rainha donna Leonor sua irmã (...)” Góis, 1926, p.64

“(...) chegou a Lisboa ahos ix dias do mês Doutubro, de Milccccxcviij, onde entam pousou nas casas de Pero dalcaçoua, á porta Dalsosa, por há Infante dona Beatriz sua mai pousar naqle tempo nos paços Dalcaçoua.” Góis, 1926, p.65

“Esta noua derao a elRei na villa de Auis, indo dabrantes visitar a Infante donna Beatriz, sua mai, q estava em Beja (...)” Góis, 1926, p.231

²⁶⁶ “Polo que em chegando a Beja se despedio co brevidade da Infante donna Beatriz sua mai, que de ahi a pouquos dias faleço na mesma cidade (...)”. Góis, 1926, p.232

Então, é correcto afirmar que à data de 1506, decorriam obras no convento, financiadas pelo rei. Este é também o ano da morte da sua mãe, e sabemos que o rei teria estado na cidade pouco antes desse momento, o que corrobora a cronologia aqui exposta.

A partir da leitura da historiografia relativa à construção do convento da Conceição, parece existir um hiato entre a campanha de obras levada a cabo por D. João e aquela que se deve a D. Manuel. Através da análise conjunta destes documentos, contudo, podemos comprovar que a intervenção de D. Manuel na Conceição remonta a um tempo anterior a 1506 e à construção do refeitório, pelo menos até 1503, ano em que o rei comprou casas que ofereceu ao mosteiro, alargando as dimensões do complexo monástico²⁶⁷. No ano seguinte, D. Beatriz escreve ao seu filho, agradecendo a lembrança que teve em mandar continuar as obras do convento de Beja:

*(...) e eu queria & aSimm(?) tinha/ esprito a yoão(?) da fomseca que de minha parte desese a Vosa alteza que lhe/ beijaria as mãos per sse lembrar de mamdar que nos desse av[i]jamento(?)/ a esta obra pera que alem da nneseçidade(?) que estas freiras della tem ey por/ perda o tempo e os taaos(?) dias como pera ella fazem e agora o faço/ per mym e vos peço Sennhor que o queiraes mandar (...)*²⁶⁸

Da campanha de obras de D. Manuel resultou a construção do dormitório novo e da quadra da Portaria e dependências anexas. O dormitório novo foi construído devido ao crescente número de religiosas no convento. Pouco se sabe sobre esta dependência, dada a sua demolição no século XIX. A observação de duas vistas da cidade de Beja – uma gravura de 1850 (figs. 89 e 90) e uma fotografia também da última metade do século XIX (figs. 91 e 92) – permite-nos visualizar a extensão completa do espaço conventual, pelo que conseguimos distinguir, no extremo esquerdo da construção, um corpo contrafortado que hoje já não existe, e que acreditamos tratar-se do dormitório. Também os desenhos de Francisco da Paula Graça (fig.93) e de Rosa Junior (fig.94) mostram algumas zonas do convento, deixando compreender o desenvolvimento da construção do mesmo. Já a

²⁶⁷ Saramago, 1994, p.23

²⁶⁸ *Carta da infanta D. Brites significando ao rei D. Manuel I o seu sentimento pela perda da Nau Anunciada, e agradecendo-lhe a lembrança que o dito senhor teve em mandar continuar a obra do Mosteiro das Freiras de Beja*, ANTT, *Corpo Cronológico*, II/55/161, inédito. Cf. ap. doc. 161. Agradeço a Fábio Duarte e Ricardo Grelha pelo apoio na transcrição paleográfica deste documento.

reconstituição da planta do convento desenvolvida por Abel Viana (fig. 95) mostra o Dormitório Novo como sendo uma divisão limitada ao piso superior²⁶⁹, tratando-se o piso inferior de uma série de casas aterradas para esta construção (figs. 96 e 97). O acesso ao dormitório era feito pela quadra de S. João Evangelista, com um portal que abria para um terreiro (o portal actual parece ser a original, como tivemos oportunidade de expor anteriormente), ao centro do qual se encontrava uma capela a Nossa Senhora da Piedade²⁷⁰.



Figura 89. Perspectiva da Cidade de Beja dedicada aos ilustres habitantes da mesma. Gravura de 1850

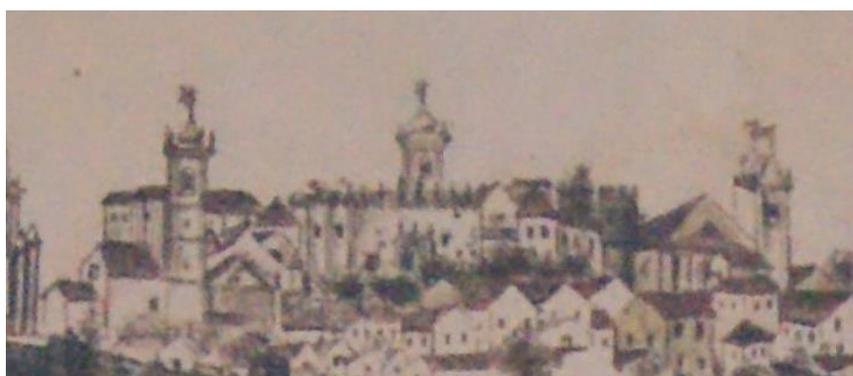


Figura 90. Perspectiva da Cidade de Beja dedicada aos ilustres habitantes da mesma. Gravura de 1850. Pormenor da localização do Convento da Conceição

²⁶⁹ No ângulo criado entre o dormitório velho e o dormitório novo, existia uma antecâmara onde estaria situada a famosa Janela de Mértola, ligada à conhecida história de Mariana Alcoforado, freira deste convento.

²⁷⁰ "(...) três quintaes e um largo chamado de terreiro, e no meio d'este é a capela de Nossa Senhora da Piedade (...)" *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (0330.TIF)



Figura 91. Vista da cidade de Beja, fotografia da segunda metade do século XIX.



Figura 92. Vista da cidade de Beja, fotografia da segunda metade do século XIX. Pormenor da localização do convento da Conceição.

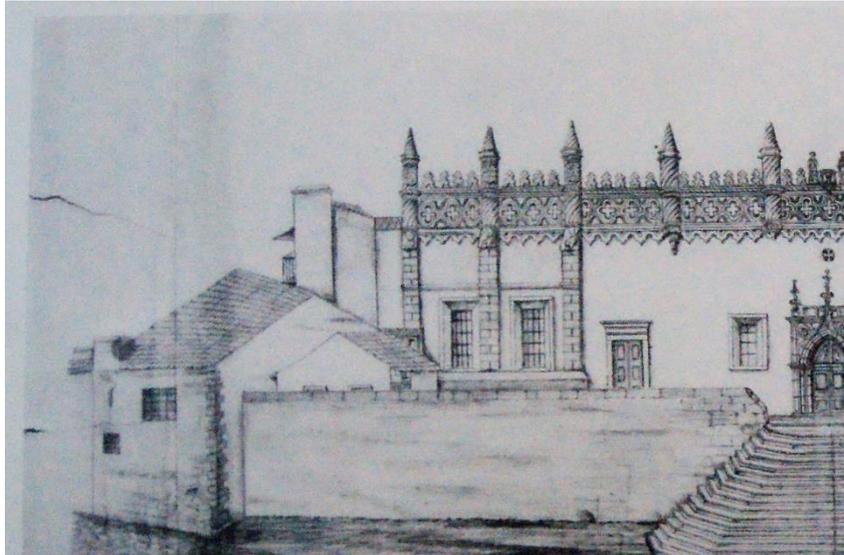


Figura 93. Desenho de Francisco da Paula Graça representando a fachada principal da igreja da Conceição, 1850. Pormenor da localização da sacristia.

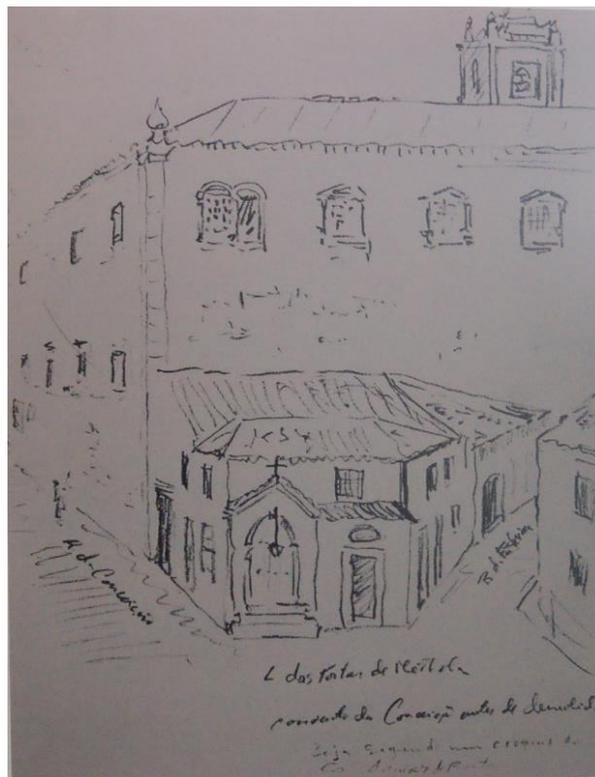


Figura 94. Desenho de Rosa Júnior, representando algumas zonas demolidas do convento.

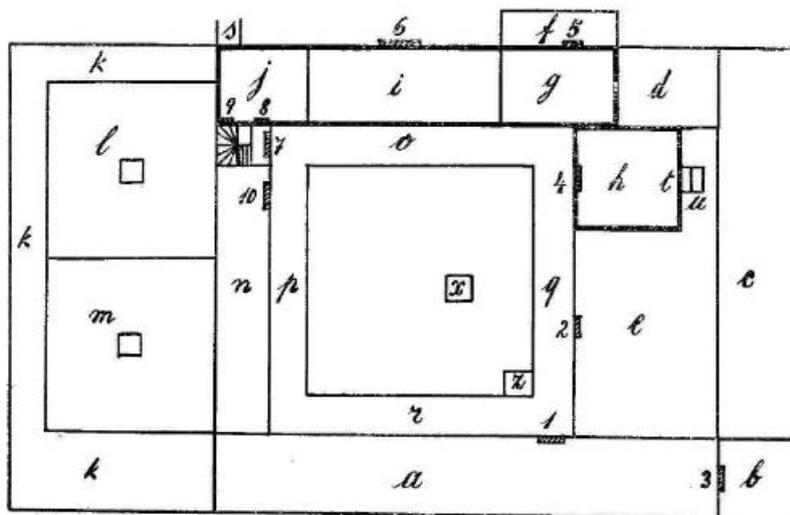


Figura 95. Planta esquemática, geral, do convento. a (em baixo) – Portaria; Refeitório (em cima) – Dormitório Velho, ou de D. Manuel; Prisão; Varanda Alta. b – Ante câmara do Dormitório Novo. c – Dormitório Novo. d – Habitações. e – Terreiro do Dormitório Novo. j – Sacristia. g – Capela-mor. h – Casa do Capítulo. i – Corpo da Igreja. j – Coros. k – habitações. l – Crastinha. m – Quintal das Galinhas, com a Cisterna de S. Joaquim. n (em baixo) – Caso do Tesouro (em cima) – Casa grande. o (em baixo) – Claustro (Qaudra do Rosário – cemitério) – (em cima) – Quadra dos Santos (por cima desta) – habitações. p (em baixo) – Qaudra do Baptista (em cima) – Terraço dos Passarinhos. q (em baixo) – Quadra do Evangelista (em cima) – Qaudra do Padre Eterno. r – (claustro) – Quadra da Portaria ou de D. Manuel. s – Passadiço para o Paço dos Infantes, mais tarde denominado Dormitório do Palácio. t – Capela do Senhor Jesus do Capítulo. u – Capela de Nossa Senhora da Piedade. x – Cisterna da Crasta. z – Lavandas. 1 – Portico do Refeitório. 2 – Entrada para o Terreiro do Dormitório Novo. 3 – (em cima) Entrada para a ante-câmara do Dormitório Novo. 4 – Pórtico da Sala do Capítulo. 5 – Porta da Sacristia. 6 – Pórtico da Igreja. 7 – Porta de acesso do Claustro para os Coros. 8 – Entrada do Côro Baixo. 9 – Entrada do Coro Alto. 10 – Entrada da Casa do Tesouro.

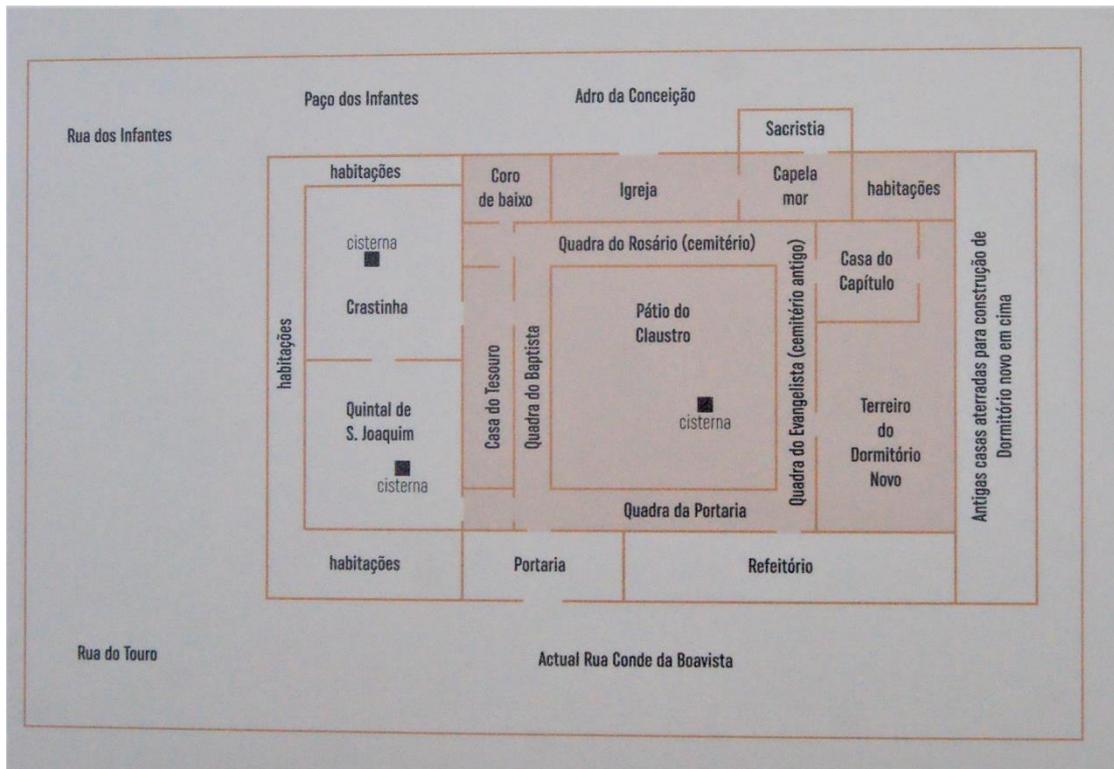


Figura 96. Reconstituição da planta do convento, com marcação das áreas demolidas (a branco), por Abel Viana. Piso térreo.

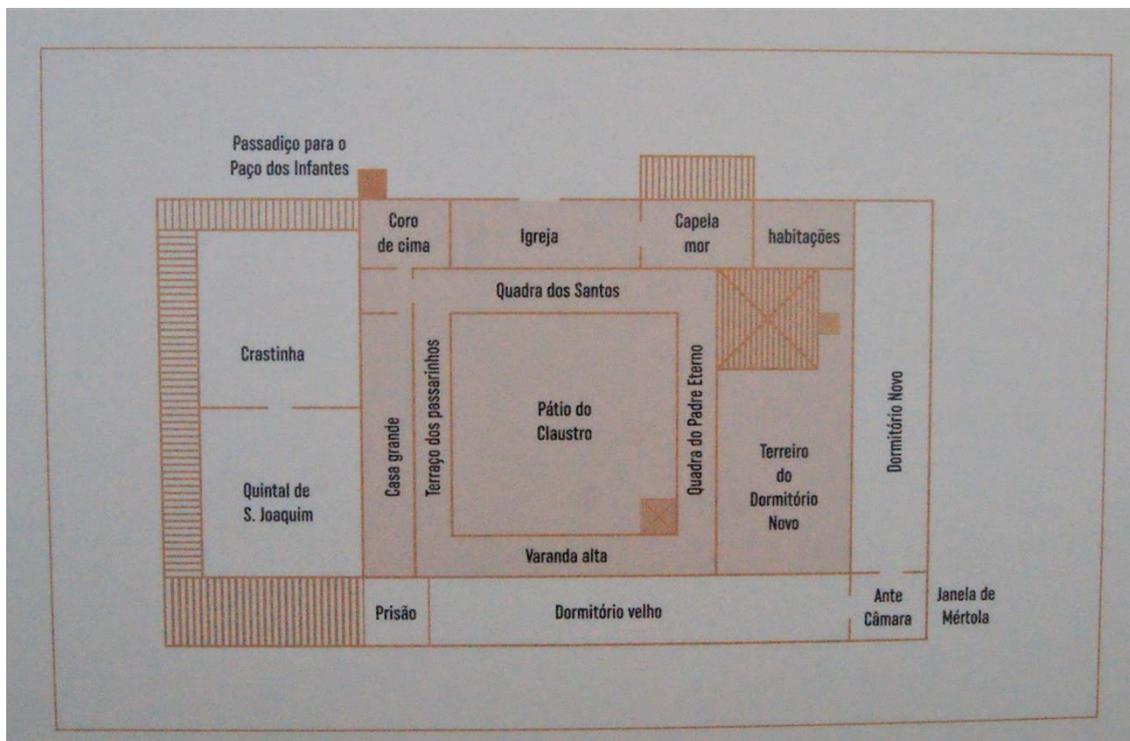


Figura 97. Reconstituição da planta do convento, com marcação das áreas demolidas (a branco), por Abel Viana. Piso de cima.

A quadra da Portaria (fig. 98) divide-se em nove tramos de arcos apontados, criando uma abóbada de cruzaria de ogivas. A iluminação é feita a partir de janelas abertas em arcos apontados e uma porta de acesso ao claustro, também no mesmo formato (fig. 99). Os vários tramos da abóbada apresentam fechos em pedra de S. Brissos, com representações do IHS (fig. 100), serras de D. Brites (fig. 101), vasos de açucenas (fig. 102), cruz de S. João de Jerusalém (cruz da Ordem de Malta, fig. 103), a esfera armilar (fig. 104) e motivos vegetalistas (figs. 69, 105, 106, 107)



Figura 98. Quadra da Portaria



Figura 99. Janelas da Quadra da Portaria. Vista do exterior do claustro.



Figura 100. Fecho da abóbada com o IHS (2º tramo)



Figura 101. Fecho da abóbada com as serras de D. Brites (3º tramo)



Figura 102. Fecho da abóbada com vaso de açucenas (4º tramo)



Figura 103. Fecho da abóbada com a cruz da Ordem de Malta (5º tramo)



Figura 104. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (6º tramo)



Figura 105. Fecho da abóbada com a esfera armilar (7º tramo)



Figura 106. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (8º tramo)



Figura 107. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (9º tramo)

Esta foi a quadra que mais sofreu com as demolições que tiveram no lugar no século XIX, devido ao alargamento da Rua da Conceição, pelo que restam apenas os portais do refeitório e da portaria conventual.

A datação e patrocínio da construção do dormitório conventual são confirmados a partir da inscrição já referida. O refeitório terá funcionado também como dormitório, mandado construir por D. Manuel I, no ano de 1506. Trata-se de um vasto salão térreo²⁷¹ e teria ligação com a cozinha conventual, como veremos. Até à data, não temos informação sobre o tipo de cobertura que esta divisão teria, mas uma outra inscrição mostra-nos que a mesma terá sido refeita em 1629, quando “se fez de abóbada”, a mando da abadessa Madre D. Mariana Henriques²⁷² (fig. 108).

O portal do refeitório (fig. 109) desenvolve-se em arco de volta perfeita e, segundo Vieira da Silva, está ligado ao apertuguesamento das soluções do tardo-gótico internacional, através da força dos volumes, no uso do arco de volta inteira e na variedade de elementos decorativos combinados²⁷³. É composto por meio colunelo de cada lado, assentes em bases prismáticas de lados oblíquos, sobre um plinto alto, prismático, também de faces côncavas (fig. 110). O fuste apresenta faixas estreitas, dinamizadas por um movimento em espiral, com superfície ornada de pequenas meias esferas (fig. 111), prolongando-se a decoração no capitel de turbante (rodando no sentido oposto, contribuindo para o dinamismo) e na moldura formada pelo arco de volta perfeita. A decoração dos elementos estruturais é, desta forma, uma novidade (compare-se com a Lonja de Granada), mas a grande originalidade encontra-se na ombreira larga, decorada por molduras finas, pontuada por pequenos elementos esféricos. A ascensão destes elementos é interrompida não por capitéis, mas sim por esferas armilares, uma vazada e outra não (figs. 111 e 112). Esta exaltação da heráldica é rematada pelo escudo real que se sobrepõe ao portal (fig. 113).

²⁷¹ “O antigo refeitório, que começou por ser dormitório também (...) É um vasto salão térreo, á entrada do convento, a um dos lados do claustro (...)” (Cordeiro, 1891, p.176). Mais tarde, passou a ser usado como celeiro, uma vez que as religiosas passaram a ter autorização para terem as suas próprias casas dentro do convento, perdendo-se o costume de refeição em comunidade: “(...) dita do refeitório que servia de celeiro da comunidade (...)” *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (0330.TIF)

²⁷² “Este refeitório se fes dabobada na era de 1629, sendo abadessa a madre dona Mariana Henriques”.

²⁷³ Silva, 1989, p.57

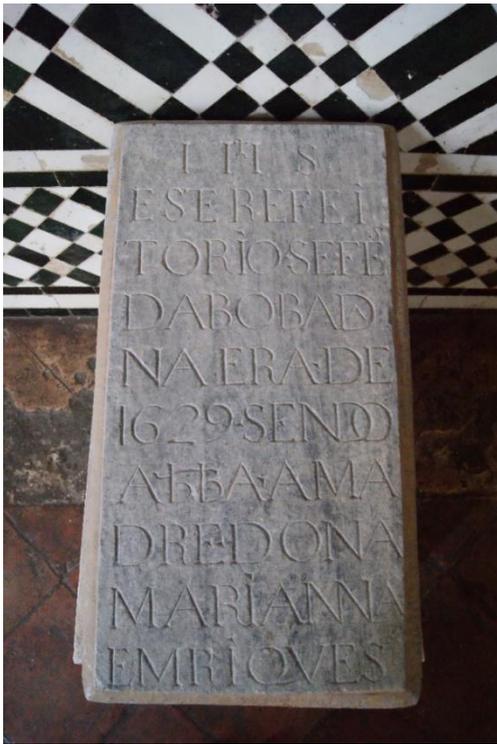


Figura 108. Lápide inscrita: Este refeitório se fes dabobada na era de 1629, sendo abadessa a madre dona Mariana Henriques



Figura 109. Portal do Refeitório



Figura 110. Portal do Refeitório, pormenor da base das colunas.



Figura 111. Portal do Refeitório, pormenor da decoração das colunas.



Figura 112. Portal do Refeitório, pormenor da esfera armilar escavada.



Figura 113. Portal do Refeitório, pormenor do brasão régio de D. Manuel I

O portal de acesso à portaria encontrava-se, originalmente, na antiga rua da Conceição (fig. 114), mas foi deslocado aquando das demolições no século XIX, em 1894²⁷⁴. Actualmente, é por este portal que se faz o acesso ao Museu Regional de Beja, a partir do Largo da Conceição (fig. 115). Desenvolve-se em arco contracurvado, que nasce de bases semicirculares (fig. 116), subindo por um fino colunelo trabalhado como se de uma corda se tratasse, interrompido ao meio, por um elemento torso que se repete no arranque do arco e na contracurva do mesmo (fig.117). O término do colunelo desenvolve-se em forma de alcachofra (fig.118). O tímpano é composto pelo brasão régio de D. Manuel, ao centro, inserido num quadrado e ladeado por duas esferas armilares²⁷⁵ e duas cruzes de Cristo (fig.1118).



Figura 114. Portal da Portaria na sua localização original.

²⁷⁴ “Principiou o assentamento do portado da Portaria do convento da Conceição, na nova fachada da Sé para o largo compreendido entre ella e a rua da Torrinha.” Palma, nº 1772, 1894, p.2

²⁷⁵ “(...) porta manuelina, a que roubaram, apenas, por enquanto, as esferas armillares (...) e acrescentaram, no século XVII, umas lapides de inscripção devota, muito em moda então e que egualmente se repete, de louvor ao Santissimo Sacramento e á Immaculada Conceição da Virgem - «concebida sem pecado original.» (Cordeiro, 1891, p.174)



Figura 115. Portal da Portaria na sua localização actual.



Figura 116. Portal da Portaria, Pormenor da base dos colunelos.

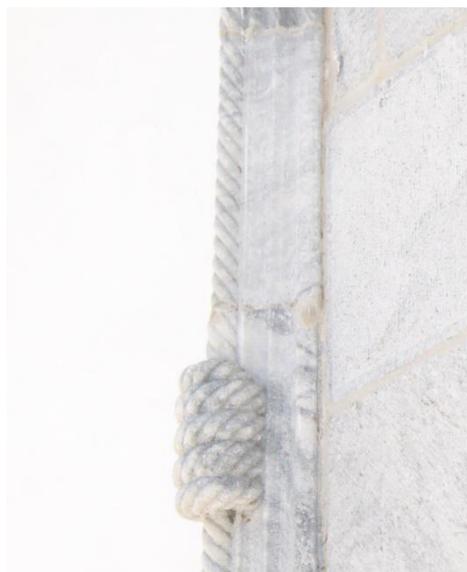


Figura 117. Portal da Portaria, pormenor com decoração torsi.



Figura 118. Portal da Portaria, pormenor do registo superior.

Concentremo-nos agora na análise da quadra de S. João Baptista (fig. 119), a mais problemática, no sentido em que não podemos concluir tão facilmente a sua datação precisa. Desenvolve-se em seis tramos divididos por arcos torais de volta perfeita, formando uma abóbada de canhão. A iluminação é feita através de quatro janelas que se abrem também em arcos de volta perfeita (fig. 120).

Nesta quadra ergueu-se uma capela a S. João Baptista (fig. 121) cuja configuração actual parece datar de 1614²⁷⁶, mas que foi provavelmente fundada pela infanta D. Beatriz, já que aqui se encontraria o medalhão *A Virgem, o Menino e S. João Baptista* (fig. 122, atribuído à oficina della Robbia, que terá sido doado pela infanta D. Beatriz, vindo da sua capela privativa²⁷⁷ – dados que não podemos comprovar através da documentação disponível.

²⁷⁶ Segundo Canelas, a capela terá sido mandada construir pela abadessa D. Luísa de Almada, em 1614, e melhorada em 1657 pela madre D. Sebastiana Cabral. (Canelas, 1965, p.239)

²⁷⁷ O medalhão está hoje exposto no Museu Nacional de Arte Antiga.

De facto, no local onde se ergue a capela actual, é visível uma pedra mais antiga, que poderá não ser dos primórdios da construção do convento, mas apresenta uma linguagem certamente anterior a 1614 e posterior a 1500 (fig.123). A quadra apresenta ainda a capela de S. Francisco de Assis e a capela de Nossa Senhora do Desterro, dos finais do século XVI²⁷⁸. A infanta D. Beatriz encontra-se sepultada em campa rasa nesta quadra, em frente à referida capela, numa localização semelhante à escolhida pela sua filha, a rainha D. Leonor, no mosteiro da Madre de Deus. A campa tem hoje uma lápide que procura copiar o epitáfio da primitiva²⁷⁹ (fig.7).



Figura 119. Quadra de S. João Baptista

²⁷⁸ Mandadas construir pelas madres Maria de Mendonça e Maria Madalena, respectivamente. (Canelas, 1965, p.239)

²⁷⁹ Viana, 1945, p.187

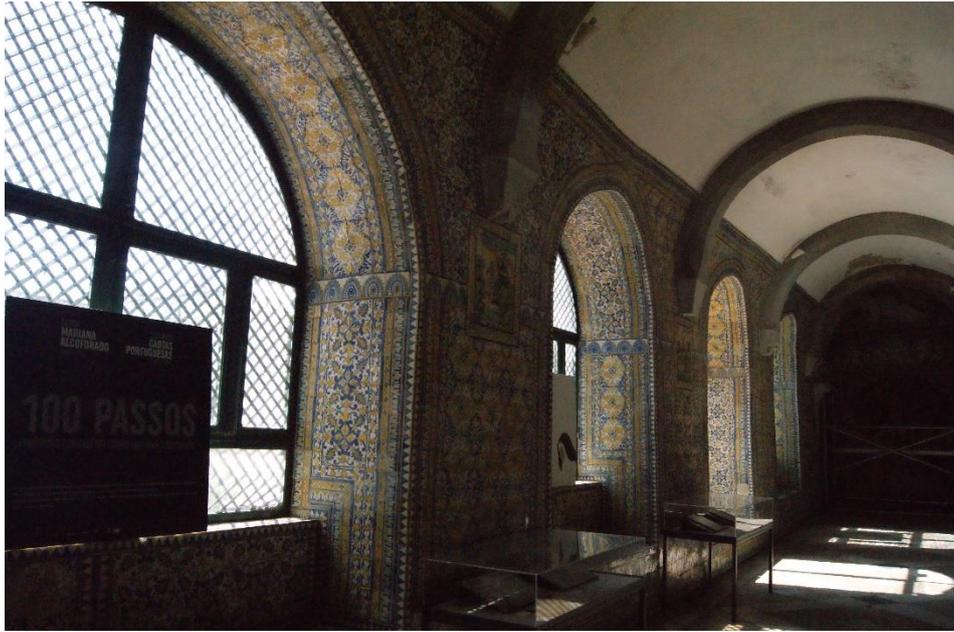


Figura 120. Janelas da Quadra de S. João Baptista



Figura 121. Capela de S. João Baptista



Figura 122. “A Virgem, o Menino e S. João Baptista”, medalhão da Oficina Della Robbia, Museu Nacional de Arte Antiga.



Figura 123. Capela de S. João Baptista, pormenor com pedra mais antiga.

Alguns dados permitem-nos pensar nesta quadra como sendo parte da campanha de D. Manuel I: as soluções escolhidas para o desenvolvimento do espaço parecem integrar-se num vocabulário arquitectónico posterior ao da campanha de D. João II. É o uso do arco de volta perfeita como forma base para a construção que nos leva a seguir este raciocínio. Na campanha de D. João II, na quadra de S. João Evangelista, optou-se pelo arco de volta perfeita apenas para criar a abóbada que cobre a Sala do Capítulo; o portal de entrada desta sala é desenhado em arco apontado, e a abóbada da quadra é de cruzaria de ogivas. Nesta intervenção, a utilização do arco apontado é ainda a preferida, embora isso já não se verifique na campanha de D. Manuel I.

Na quadra da Portaria, um dos elementos que imediatamente prende a nossa atenção, é o portal do refeitório. Como vimos, este portal desenvolve-se em arco de volta perfeita, embora se tenha optado pela abóbada de cruzaria de ogivas para a cobertura da quadra. Por fim, a quadra de S. João Baptista é a única que apresenta a abóbada de berço pleno, solução inovadora, já que até aqui que preferiu a linguagem tradicional do gótico que preza o arco apontado como forma base da construção. Assim, tendo em conta este raciocínio, podemos pressupor que a quadra de S. João Baptista é a mais recente, por apresentar soluções estruturais mais desligadas da tradição do gótico, de uma forma mais coerente e menos experimental. Finalmente, como teremos oportunidade de analisar através do inventário da morte da infanta D. Beatriz, à data de 1507 eram necessárias obras no piso superior desta quadra, o que comprova que, a esta data, o espaço estaria construído, mas não concluído. A quadra de S. João Baptista é, portanto, também obra manuelina, mas resultando de uma campanha diferente e posterior à quadra da portaria.

vi. O estado da obra à data de 1507

Até aqui, já nos foi possível comprovar a importância do papel da infanta D. Beatriz na fundação desta casa religiosa, bem como na continuação das obras da mesma. A infanta morre em 1506, estando D. Manuel responsável pelas obras que decorriam no edifício, como vimos. O inventário da morte da infanta, datado de 1507, permite-nos compreender a dimensão das intervenções que estavam a ter lugar no convento. A análise de algumas entradas possibilita o conhecimento do estado das obras nesta data, pois D. Beatriz deseja que se conclua a construção.

Item. Por quanto a dita Senhora tinha mandado antes de seu falecimento, que se alimpassse a capella moor do moesteiro da Cõceçam, e se gornecesse o tavoleiro de fora, e se fizese huua parede ameada amte o terreiro, e calçaç e se acabasse o dito terreiro, e se ladrilhase a casa que sua Senhoria mandou fazer demtro no moesteiro, amtre o coro e o dormitoreo, folgaríamos que se fezese tudo e comprise, asy emtemderees loguo nisto e darees ordem como sse faça cõ Ruy Pirez, nosso vedor das obras da dita villa²⁸⁰.

D. Beatriz ordena a limpeza da capela-mor da igreja que, como sabemos, constitui a capela funerária do infante D. Fernando e seus filhos. A infanta tinha esta capela como sua, proveniente do seu patrocínio, o que explica o interesse pelo cuidado deste espaço em particular. Para além disso, mandou também que se cobrisse o “tabuleiro de fora”, isto é, o adro da igreja deveria ser calcetado.

A infanta pretendia que se construísse uma parede ameada frente ao terreiro, preocupando-se com a protecção do espaço que não dispunha de cerca e ficava inserido na malha urbana. O terreiro deveria também ser calcetado e terminado. Este terreiro poderá tratar-se da zona posterior à igreja, onde hoje se faz a entrada para o museu, no Largo da Conceição (fig.124).

D. Beatriz terá mandado construir uma casa dentro do mosteiro, entre o coro e o dormitório, que até à data não estaria ladrilhada. Esta divisão parece constituir aquilo a

²⁸⁰ Freire, 1914, p.65

que se chamou mirante ou “casa grande” (fig.97), uma zona descoberta, sem telhado, mencionada no inventário de extinção do convento²⁸¹.

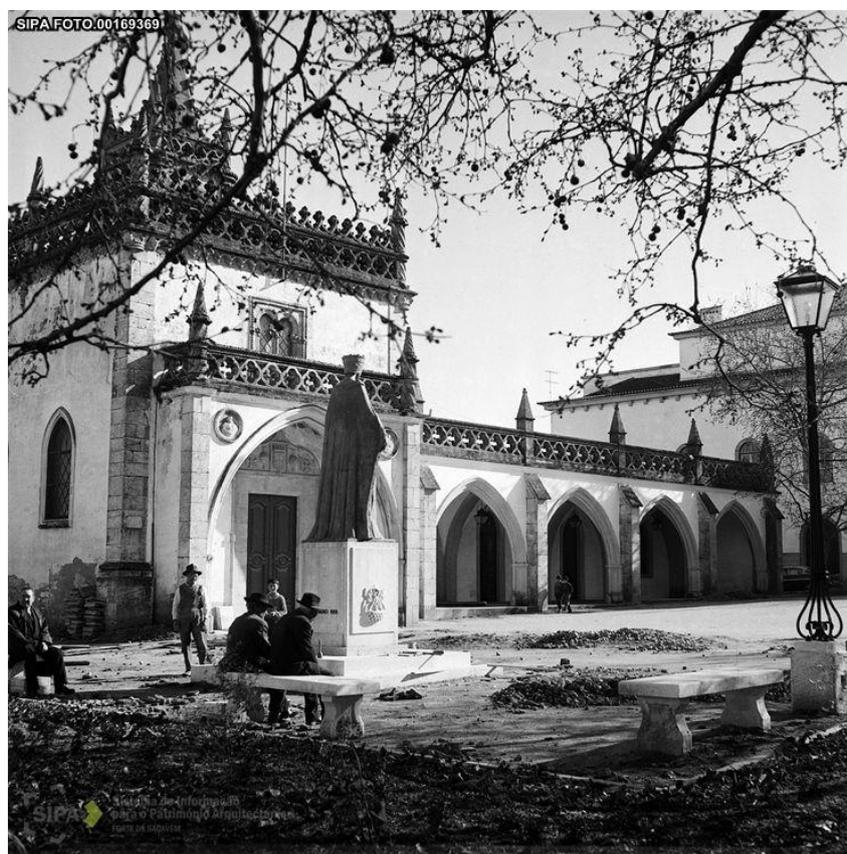


Figura 124. Largo da Conceição, 1962

Item. Avemos por bem que, pera guarda do dito mosteiro, nas casas que foram de Moor Gonçalvez, que estã pegadas nelle, sse faça hua parede tam alta que seja yguall há parede do telhado da enfermaria, e nesta altura vaa atee çarrar na parede que he feita no quintal que foy da dona Ysabell de Sousa²⁸².

Nesta entrada, percebe-se a necessidade de construir uma parede que servirá como muralha protectora do mosteiro, revelando novamente a preocupação da infanta na segurança do espaço e da comunidade. Esta parede será da altura da parede do telhado da

²⁸¹ “huma casa grande sem telhado chamada do Mirante” *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (0330.TIF)

²⁸² Freire, 1914, p.65

enfermaria, indo das casas que foram de Moor Gonçalves até à parede do quintal que foi de D. Isabel de Sousa. O facto de o convento não ter cerca fez com que este se erguesse realmente junto das habitações desta zona da cidade. Foram adquiridas várias casas particulares para que fosse possível alargar o espaço conventual, continuando o convento paredes-meias com as construções envolventes.

*Item. Mamdarees correger o quimtal das casas da dita Senhora, em que estas as necesareas, o qual correjimento será somente pera se lamçar hagoa fora do dito quimtal porque se nõ denefiquem as ditas casas cõ ella, correjendo se tambem a casa que esta ssobre o quintal das arvores, porque nos foy dito que esta pera cair.*²⁸³

Pretende-se ainda a melhoria das condições do quintal das casas de D. Brites, onde ficariam as latrinas do convento. Era necessário retirar água do quintal, para que não se danifiquem as casas²⁸⁴, bem como *corrigir* uma casa que está em risco de cair.

A reconstituição da planta do convento, realizada por Abel Viana, não assinala a existência das necessárias, ignorando também o segundo passadiço para o paço dos Infantes. Os passadiços são importantes neste contexto pois permitem perceber de que modo se relacionam os dois edifícios. A observação de alguns registos fotográficos e plantas da zona, dá-nos a conhecer o exacto posicionamento do paço em relação ao convento (fig. 125 e 126). Entendemos que a zona das necessárias ficaria próxima das habitações/quartos do convento, apontados por Viana (fig. 96), uma vez que aqui termina o perímetro do palácio, bem como o do próprio convento. A proximidade entre os dois justifica não só esta relação, mas também a apropriação, mais tardia, do paço ducal enquanto dormitório do convento.

A partir da análise destas entradas, podemos depreender que, à data de 1507, as obras do complexo monástico já estariam em estado avançado. De facto, a infanta

²⁸³ Freire, 1914, p.65

²⁸⁴ No que toca à referência à necessidade de retirar água para fora do quintal para não danificar as casas, esta revela-se interessante quando confrontada com o facto de, sob o actual Largo da Conceição, zona a que nos referimos nesta conjuntura, existir uma cisterna. A construção de uma cisterna na zona das Portas de Mértola explica as menções a estes aparelhos no Convento da Conceição e no Oratório de Santo António, no inventário de extinção do convento (“Um Hospicio na rua da Conceição em frente da Porta principal deste Convento, que se compõe de seis cellas, refeitório, cozinha, dois quintaes, e uma cisterna (...)” *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (0031.TIF)

preocupa-se apenas com factores menores, pequenos acertos e pormenores da construção, não mencionando qualquer necessidade de construção de grandes dependências. Terá sido, portanto, com D. Manuel, que se deu por concluída a construção primitiva do convento. A partir daí, têm lugar várias intervenções que modificam em grande parte o desenvolvimento espacial do convento, como temos vindo a indicar, mas que não iremos estudar por não se inserem na cronologia que nos propomos trabalhar.

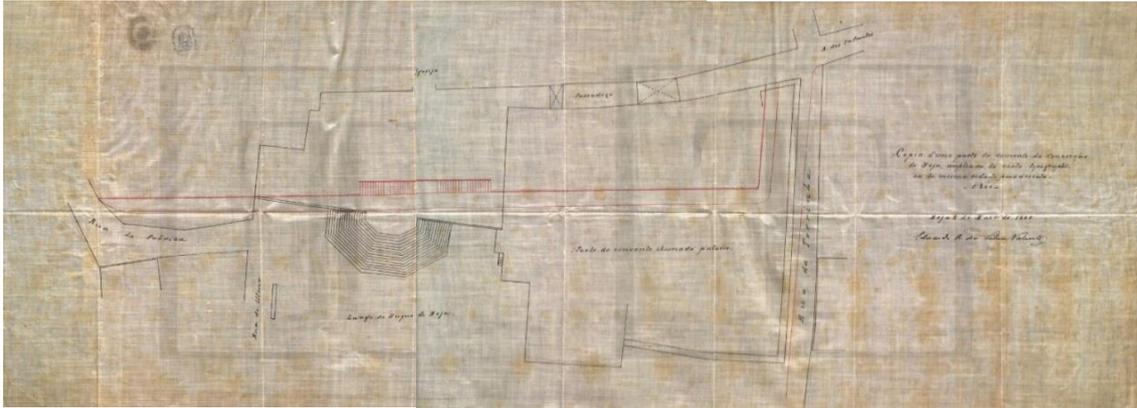


Figura 125. Cópia d'uma parte do convento da Conceição de Beja, ampliada da carta topographica da mesma cidade, para a escala 1:200, Beja, 8 de Maio de 1888, Eduardo da Silva Valente

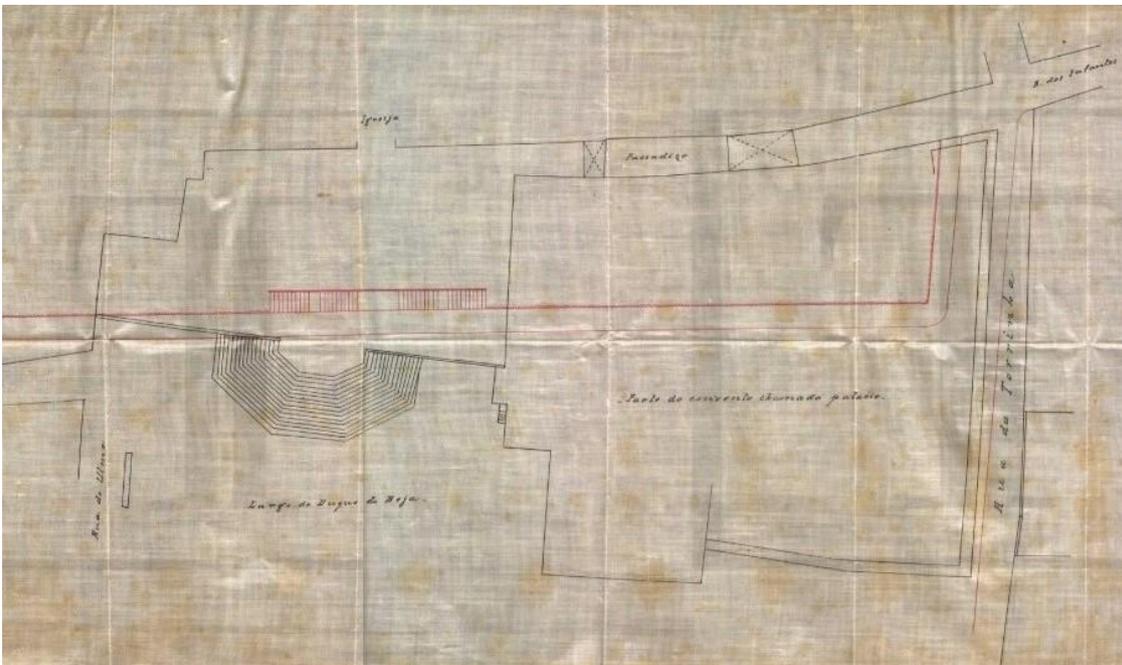


Figura 126. Cópia d'uma parte do convento da Conceição de Beja, ampliada da carta topographica da mesma cidade, para a escala 1:200, Beja, 8 de Maio de 1888, Eduardo da Silva Valente. Pormenor.

vii. Questões levantadas pelas plantas do convento

A planta disponível do convento da Conceição é um objecto de estudo essencial para a compreensão deste espaço, mas apresenta diversos problemas, sobretudo por não se tratar de uma planta exacta do convento, mas sim do espaço do actual museu. As tentativas de reconstrução da planta, por parte de Abel Viana, deixam de lado uma série de espaços, não havendo rigor nos ângulos nem distinção entre os vários tipos de parede (fig. 96), já que este trabalho é fruto da análise da documentação escrita disponível.

Ao nível do piso térreo, existem locais de fácil identificação, como as quatro quadras do claustro, a igreja, coros e capela-mor. Através do desenho de Francisco da Paula Graça (fig. 93) e planta desta zona da cidade em 1888 (fig. 126), percebemos também onde se situava a sacristia, num corpo anexo ao da igreja, na extremidade esquerda da figura, junto à cabeceira.

Quanto às zonas demolidas da actual Rua Conde da Boavista, sabemos tratar-se do refeitório e da portaria. O primeiro é identificável através do portal que hoje subsiste, pelo que percebemos exactamente onde se situava a entrada para o mesmo. A planta do Museu Regional de Beja, datada de 1937, apresenta uma entrada no ângulo entre as quadras de S. João Baptista e da Portaria, que Viana identifica como sendo a Portaria. Actualmente, nesta zona encontra-se uma parede com vestígios de pintura (fig.127), pelo que pressupomos que a entrada terá sido fechada a certa altura.

O inventário de extinção do convento menciona a portaria conventual, uma sala onde se encontravam o locutório e a roda²⁸⁵. Na face esquerda encontrava-se a porta regal, de acesso ao convento, e próximo dela os aposentos da madre porteira. Para a face direita abriam as dependências da cozinha e anexos, bem como o refeitório²⁸⁶.

²⁸⁵ Hoje colocados em comunicação entre a quadra de Nossa Senhora do Rosário e a capela-mor da igreja.

²⁸⁶ Espanca, 1993, p.191



Figura 127. Quadra de S. João Baptista. Local onde a planta conventual designa a entrada da portaria.

Coloca-se aqui um novo problema: a localização da cozinha, também referida no inventário²⁸⁷. Nenhuma das plantas que conhecemos lhe faz menção, talvez por nunca se ter percebido realmente onde é que esta se encontrava. Através da análise do espaço e da reconstituição da Viana, pensamos que talvez o refeitório fosse de menor extensão, situando-se a cozinha entre o refeitório e o terreiro do dormitório novo. Outra hipótese é a localização da cozinha entre o refeitório e a portaria, dada a existência de uma porta ao

²⁸⁷ “(...) compoe-se em duas casas (Porta e Portaria) – Quatro quadras e no centro s’entra na Crasta. Nas quadras estão as casas ou oficinas da Comunidade - Casa do Capitulo – dita do refeitório que servia de celeiro da Comunidade - dita da Cozinha – Dita da provedoria – Dita do Thezouro (...)” *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (0329.TIF e 0330.TIF)

centro da quadra da Portaria (que ainda existe actualmente, embora fechada), identificada na planta de 1937, mas não na reconstituição de Viana.

A cozinha deveria ser próxima do refeitório, quer pela questão do transporte das refeições quer pela necessidade de uso da canalização. Além disso, o museu guarda ainda no seu acervo a “ministra”, uma abertura entre o refeitório e a cozinha, para facilitar a passagem das refeições e utensílios (fig. 128). Trata-se de uma espécie de janela em pedra, de formato quadrangular, decorada com molduras lineares. A abertura é ladeada por duas colunas baqueta, como aquelas que se vêem no portal principal da igreja. Apesar de ser identificada desta forma, a peça não parece tratar-se de um passa-pratos, pelo seu tamanho e tipo de trabalho. Difere bastante, por exemplo, dos passa-pratos da cozinha do mosteiro da Batalha (fig.129) ou do convento de Cristo de Tomar (fig. 130). A peça assemelha-se mais à moldura do túmulo da primeira abadessa (fig. 52), que encontramos na igreja, embora não haja o mesmo coroamento que se vê neste exemplo.



Figura 128. “Ministra” ou “passa-pratos”, que fazia a ligação entre a Cozinha e o Refeitório.



Figura 129. Passa-pratos do Mosteiro da Batalha



Figura 130. Passa-pratos do Convento de Cristo de Tomar.

Podemos ainda ver que as lavandas se situam no ângulo entre a quadra de S. João Evangelista e a quadra da Portaria, em frente do refeitório (fig. 131), como prova um registo fotográfico onde se vê esta dependência na extremidade direita da imagem, no ângulo referido. Assim, podemos estabelecer uma relação entre as três zonas: a cozinha, o refeitório e as lavandas têm uma relação de dependência entre si, necessitando, todas elas, de usufruir da água que estaria limitada a uma zona do espaço conventual. A relação entre as três divisões é visível em casos como o mosteiro da Batalha (fig. 132) e o mosteiro de Alcobaça (fig. 133), por exemplo.

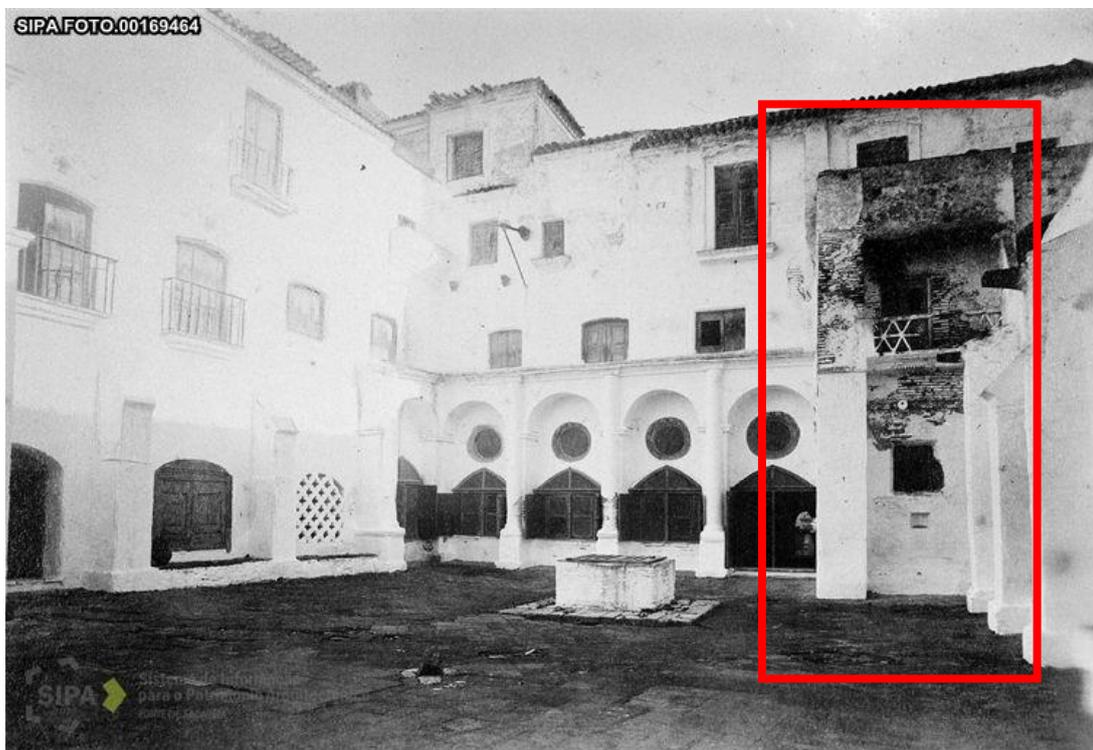


Figura 131. Vista do interior do claustro antes das demolições do séc. XIX, Camacho, s.d.

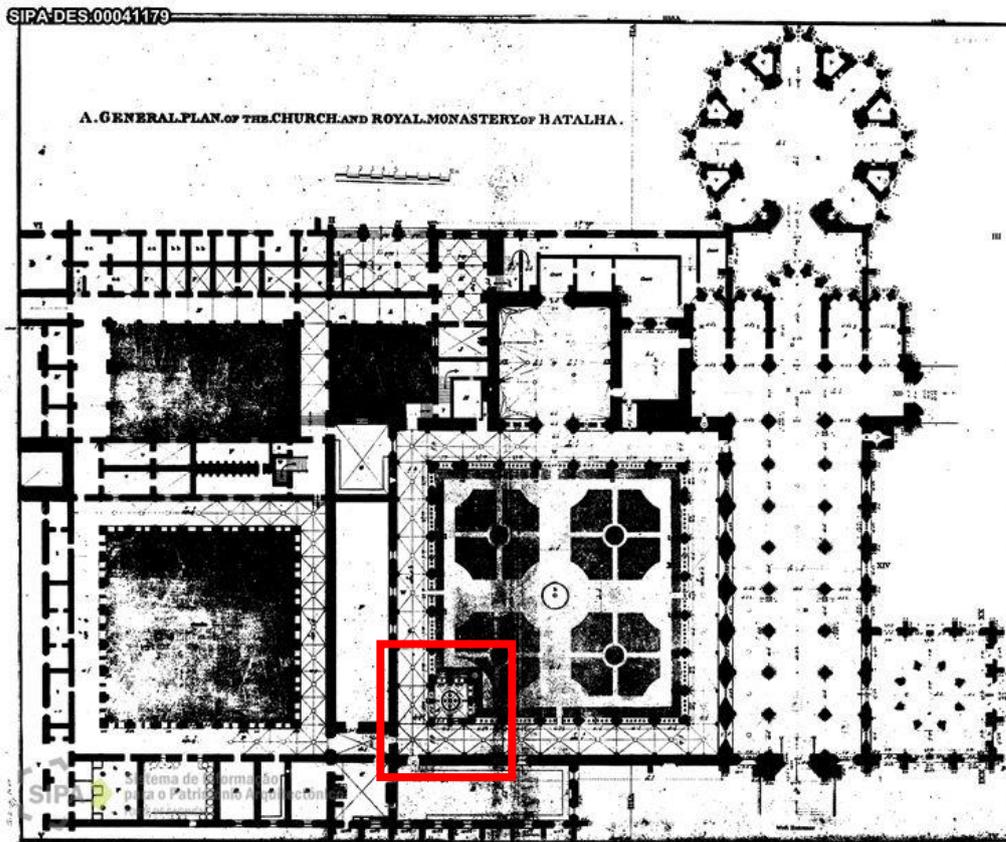


Figura 132. Planta do Mosteiro da Batalha, com marcação da localização das lavandas.

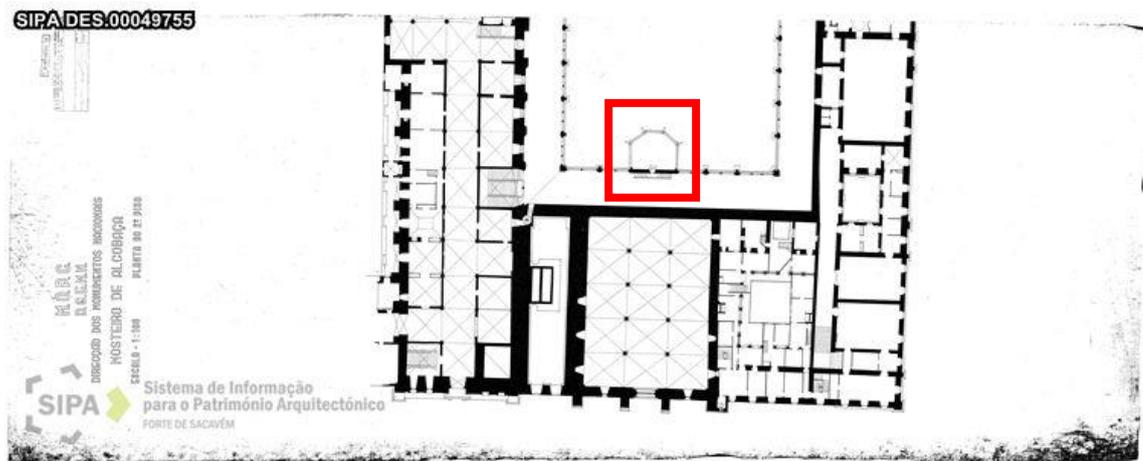


Figura 133. Planta do Mosteiro de Alcobaça, com marcação da localização das lavandas.

O inventário de extinção menciona ainda, nas dependências que rodeiam o claustro, as oficinas da comunidade, a casa do tesouro e a provedoria. Destas, só a casa do Tesouro é assinalada na planta de Abel Viana. Devemos, portanto, ter em conta que as dimensões atribuídas às divisões, nesta reconstituição, não estarão de acordo com a realidade que, no fundo, se desconhece. Assim, estas dependências situar-se-iam possivelmente na quadra de S. João Baptista, na zona designada como Casa do Tesouro²⁸⁸, uma vez que no inventário de extinção se lê “casa na galeria inferior denominada de provedoria (...) duas escadas que deitam para a mesma casa”²⁸⁹.

O espaço restante do piso térreo seria ocupado por habitações para as freiras, como assinalado por Viana na sua reconstituição da planta. De facto, a zona posterior aos coros faria já parte da construção primitiva, uma vez que existiam dois passadiços, como podemos ver na planta de 1888 (fig. 134), um entrando pelo coro-alto, e outro mais atrás, criando uma pequena rua estreita na fachada principal do convento.

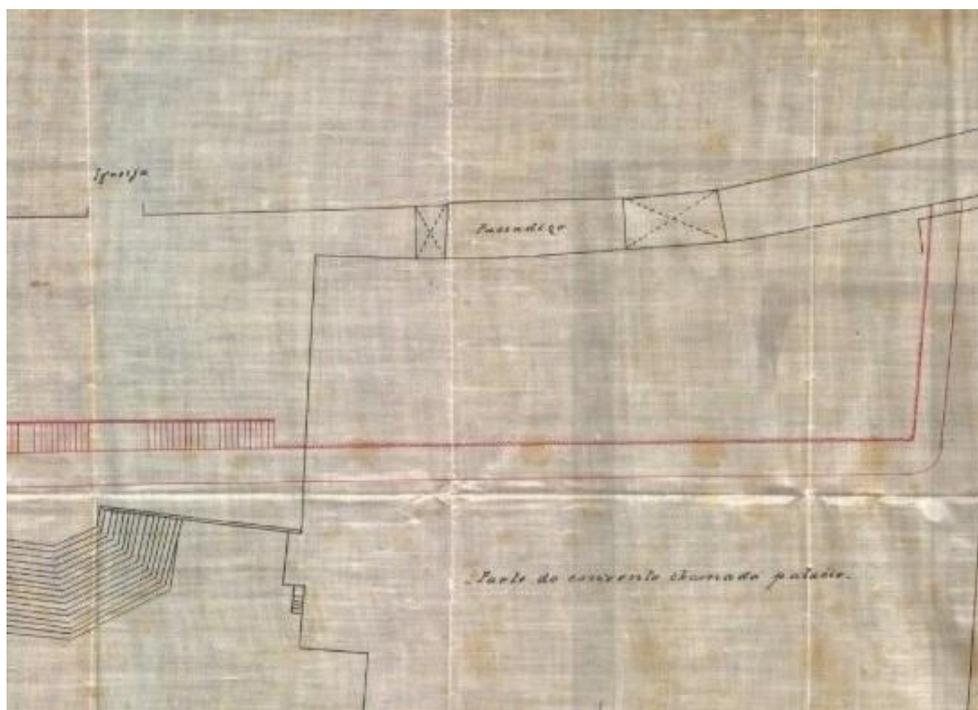


Figura 134. Cópia d'uma parte do convento da Conceição de Beja, ampliada da carta topographica da mesma cidade, para a escala 1:200, Beja, 8 de Maio de 1888, Eduardo da Silva Valente. Pormenor

²⁸⁸ Estas dependências foram ocupadas pela Biblioteca Municipal de Beja, após transformações que tiveram lugar em 1923.

²⁸⁹ *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (1415.TIF)

A problemática continua no piso superior (fig. 97), remodelado para albergar as salas do Museu Regional, sendo a única referência a planta desenhada por Abel Viana, que observamos em conjunto com os dados do inventário de extinção. O acesso seria feito pelas escadas na quadra de S. João Baptista, que hoje se mantêm, e o piso teria mais quatro quadras, uma aberta em varandas, outra fechada em arcos e outras duas servindo como corredores de comunicação²⁹⁰. A quadra que Viana designa como “Quadra do Padre Eterno”, sobre a quadra de S. João Evangelista, aparenta ser um corredor de comunicação, com abertura de algumas janelas. Também a designada “Quadra dos Santos” constituía um corredor de comunicação que corre junto à igreja, sobrepondo-se à quadra do Rosário. Nestes corredores de comunicação situavam-se o antecoro e a botica²⁹¹, embora não possamos precisar a sua localização. A quadra aberta em varandas, designada por Viana como “Varanda Alta”, corresponde à varanda do dormitório velho, ou dormitório da regra também visível na fotografia do claustro. O dormitório sobrepunha-se ao refeitório e à portaria, sendo também aqui situada a prisão, segundo a reconstituição de Viana. Por fim, o chamado “Terraço dos Passarinhos” constituirá a quadra aberta em varandas, entre o coro e o dormitório. Nesta quadra, encontrava-se a Casa Grande mandada construir pela infanta D. Beatriz, e que deveria ser ladrilhada segundo as ordens explicitadas no seu inventário pós-morte²⁹², como vimos anteriormente. Embora não possamos precisar as localizações ou tipo de construção destas dependências, interessa notar a pluralidade de soluções utilizadas, já que as quadras não recebem o mesmo tipo de tratamento, respondendo a diferentes necessidades e funções.

É também importante procurar entender a localização da enfermaria conventual, que não é incluída por Abel Viana na sua reconstituição. A existência de uma enfermaria confirma-se com a leitura do inventário da morte de D. Beatriz, onde se manda construir uma parede para guarda do mosteiro, tão alta quanto a “parede do telhado da enfermaria”²⁹³. Para além disso, a infanta certifica-se de o mosteiro tenha físico e botica

²⁹⁰ “Salvo aquellas quatro quadras há outras tantas; uma em varandas, uma fechada em arcos e as outras duas servem de corredores de comunicação (...)” *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (0330.TIF)

²⁹¹ “(...) e as outras duas servem de corredores de comunicação: n’estes há o ante-coro e botica (...)” *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009 (0330.TIF)

²⁹² “Item. Por quanto a dita Senhora tinha mandado antes de seu falecimento (...) e se ladrilhase a casa que sua Senhora mandou fazer dentro no mosteiro, antes o coro e o dormitório (...)” Freire, 1914, p.65

²⁹³ Freire, 1914, p.65

para assistência às religiosas e aos pobres. Ainda assim, à data de 1628, numa carta ao provincial, onde as freiras se queixam da falta de espaço nos dormitórios²⁹⁴, referem que o convento não dispõe de enfermaria, em que as doentes se possam curar, e nenhum quintal²⁹⁵. Esta petição decorre do facto de a construção não poder ser alargada em mais nenhum sentido²⁹⁶, para além de a comunidade constatar a falta de condições das casas, pelo que poderão melhor servir-se delas²⁹⁷. Esta petição levanta algumas questões, pois as freiras afirmam não ter enfermaria ou quintal, embora saibamos que em 1506 já existiria uma enfermaria, através do inventário da morte da infanta. Os quintais parecem ter-se desenvolvido a partir do alargamento da construção, nomeadamente através da compra das casas que constituíam o paço dos infantes. A análise da documentação referida até aqui, bem como a observação da construção, levam a crer que as zonas designadas por Viana como Crastinha e Quintal de S. Joaquim, bem como as habitações envolventes, foram construídas a partir do século XVII, no sentido de responder às necessidades da comunidade no que toca à falta de espaço. Talvez também por este motivo, tenham sido ocupadas dependências que teriam outras funções, de forma a albergar todas as freiras, pelo que podemos colocar a hipótese de a enfermaria ter deixado de ser usada como tal.

²⁹⁴ A comunidade pede que sua majestade obrigue António de Oliveira Bernardes lhes venda as suas casas, junto do mosteiro e que fariam parte do antigo paço dos infantes, referindo mesmo a existência de um passadiço que garante a ligação entre o convento e estas casas, por onde a infanta D. Beatriz se deslocaria para assistir aos ofícios divinos. - mo“(…) huãs suas casas, que tem juntas ao mosteiro que forão passos em que morarão os senhores infantes (…) hum passadiço que ainda hoje dura por onde a Infanta hya lá dentro assistir aos ofícios divinos” *Petição das religiosas do Convento da Nossa Senhora da Conceição de Beja, que devido à falta de Condições e Pobreza das suas instalações, solicitam a sua Majestade que obrigue António de Oliveira a vender umas casas junto ao mosteiro*, 4 de (?) de 1628, mss. Arquivo Distrital de Beja, Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, 003/0017/00028

²⁹⁵ (...) não tem enfermaria, em que as doentes se possam curar, nenhum quintal nem árvore verde em que ponhão os olhos.” *Petição das religiosas do Convento da Nossa Senhora da Conceição de Beja, que devido à falta de Condições e Pobreza das suas instalações, solicitam a sua Majestade que obrigue António de Oliveira a vender umas casas junto ao mosteiro*, 4 de (?) de 1628, mss. Arquivo Distrital de Beja, Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, 003/0017/00028

²⁹⁶ “(...) nenhuma outra parte se pode com mais facilidade alargar, se não as casas do dito António de Oliveira, por fiquarem mui juntas e contiguas ao mosteiro (...)” *Petição das religiosas do Convento da Nossa Senhora da Conceição de Beja, que devido à falta de Condições e Pobreza das suas instalações, solicitam a sua Majestade que obrigue António de Oliveira a vender umas casas junto ao mosteiro*, 4 de (?) de 1628, mss. Arquivo Distrital de Beja, Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, 003/0017/00028

²⁹⁷ “Estas casas são muito velhas, antiquíssimas, estão muito desbastadas, nas invernadas caem as paredes do seu quintal (...)” *Petição das religiosas do Convento da Nossa Senhora da Conceição de Beja, que devido à falta de Condições e Pobreza das suas instalações, solicitam a sua Majestade que obrigue António de Oliveira a vender umas casas junto ao mosteiro*, 4 de (?) de 1628, mss. Arquivo Distrital de Beja, Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, 003/0017/00028

As questões levantadas pela análise das plantas levaram a que se realizasse uma tentativa de reconstituição das plantas do piso térreo e do primeiro piso²⁹⁸. Partiu-se do núcleo ainda existente, através da planta de 1987, e mediante a leitura do inventário de extinção do convento e observação das fotografias e desenhos disponíveis. As designações utilizadas, nomeadamente para as quadras do piso superior, são as que se podem ler no inventário de extinção.

²⁹⁸ Apêndice C, p. v; Apêndice D, p. vi

Capítulo III: Uma nova leitura do Convento da Conceição

a) O Convento da Conceição como construção chave para o desenvolvimento do manuelino

A arquitectura manuelina tem vindo a ser largamente estudada e debatida, mas está longe de ser uma questão concluída e sem necessidade de discussão. Percebemos que os problemas desta historiografia se prendem com o entendimento do manuelino enquanto estilo original, a possibilidade de dependência das soluções construtivas do gótico, bem como as suas balizas cronológicas. Para além disso, o manuelino torna-se alvo de discussão no que toca ao seu carácter decorativo; interessa-nos abordar sobretudo a questão da decoração com motivos naturalistas ou heráldicos, não esquecendo a importância das inovações estruturais. Por fim, tendo em conta o objecto em estudo, consideramos de maior importância ligar a discussão do manuelino à arquitectura da casa de Beja.

Creemos que a questão das balizas cronológicas do manuelino já foi bastante discutida e a maioria dos autores, como vimos, admite a existência de vários contributos, anteriores ao reinado de D. Manuel I, determinantes para a formação do manuelino. Na Conceição de Beja, isto tem expressão sobretudo na campanha de obras patrocinada por D. João II, cujas soluções pelas quais optou incorporam as características definidoras do manuelino. O portal da sala do Capítulo, maioritariamente definido como exemplar do gótico, engloba os elementos vegetalistas, a torsão e o delicado trabalho da pedra, criando ilusão com o material, que vimos ser característico do manuelino. O portal é ainda encimado com a representação heráldica do rei D. João II que, como vimos, se fez representar através do brasão régio e da sua insígnia em vários pontos da quadra por si patrocinada.

Admitindo que o manuelino não se cinge ao reinado de D. Manuel I, o problema que se coloca é o de desconstruirmos a cronologia linear de sucessão dos estilos arquitectónicos. Se o manuelino se seguia ao gótico, iniciando-se no reinado de D. Manuel, e afirmamos agora que o primeiro tem um início anterior, então onde terminou o gótico? Podemos falar de uma coexistência de duas linguagens arquitectónicas diferentes? De facto, não devemos pensar na história da arquitectura como uma linha organizada de estilos que se sucedem uns aos outros, há momentos de coexistência e

momentos de transição e existem elementos que são transversais a várias linguagens. Relembramos as palavras de Vieira da Silva em *O fascínio do fim*, onde exalta a importância do estudo dos momentos de transição, comumente deixados de lado pela complexidade que apresentam. Assim, a ligação existente entre o gótico e o manuelino foi justificção para que o último não pudesse ser considerado um estilo arquitectónico original, mas sim uma vertente da arquitectura gótica.

De facto, o convento da Conceição apresenta vários exemplos da presença de uma tradição gótica batalhina, dada a envergadura deste estaleiro e a circulação dos seus mestres de obras, como já tivemos oportunidade de referir. O exterior da igreja da Conceição testemunha ainda este contacto, nomeadamente no seu portal principal (fig.15), com semelhanças ao portal principal da Batalha (fig.16) e também ao da igreja da Graça de Santarém (fig. 17), importantes exemplos da arquitectura gótica. O corpo da igreja é pontuado com gárgulas que remetem também para a tradição do gótico (fig.34), bem como a platibanda que coroa o corpo da igreja (fig. 26), que é devedora da platibanda utilizada pela primeira vez na Batalha (fig.27).

No interior da igreja, damos destaque ao túmulo primitivo do infante D. Fernando e seus filhos, que se situava na capela-mor (fig.6), e ao de Soror Ousanda (fig. 52); estes túmulos utilizam a linguagem do gótico, com decoração geométrica e vegetalista, bastante detalhada.

A tradição do gótico é também visível no desenvolvimento do claustro, nomeadamente na quadra de Nossa Senhora do Rosário, com cobertura em abóbada de berço quebrado (fig.135), que acreditamos ser datada do reinado de D. Afonso V. Também a existência de vários portais com arcos e arquivoltas lisas (fig.87, 136, 137), se reporta ao despojamento do gótico afonsino.

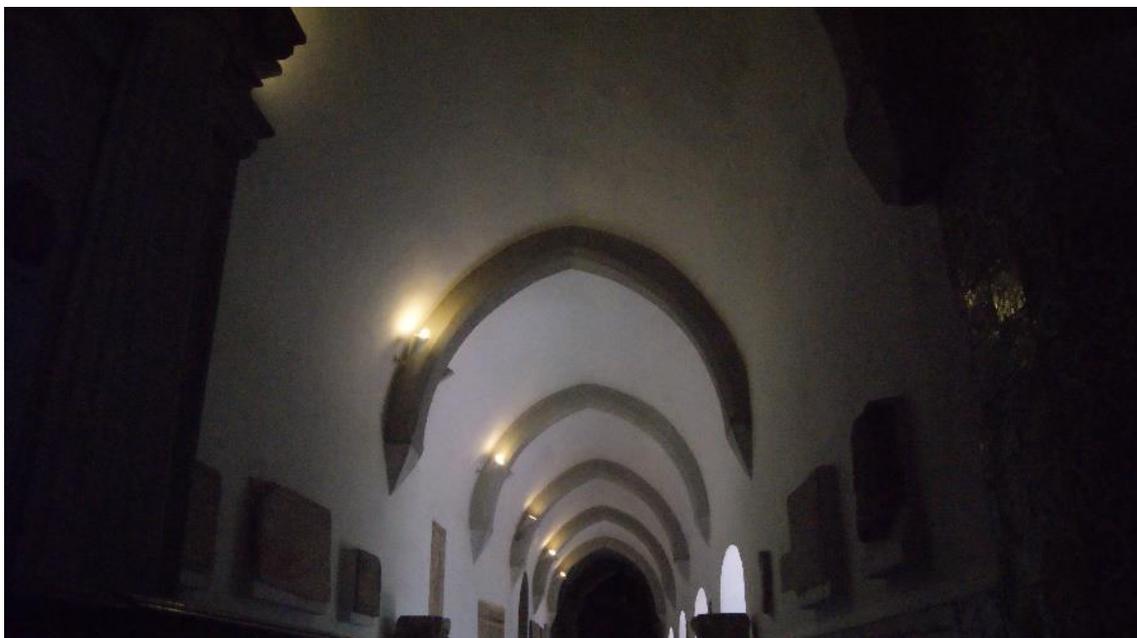


Figura 135. Abóbada da quadra de Nossa Senhora do Rosário.

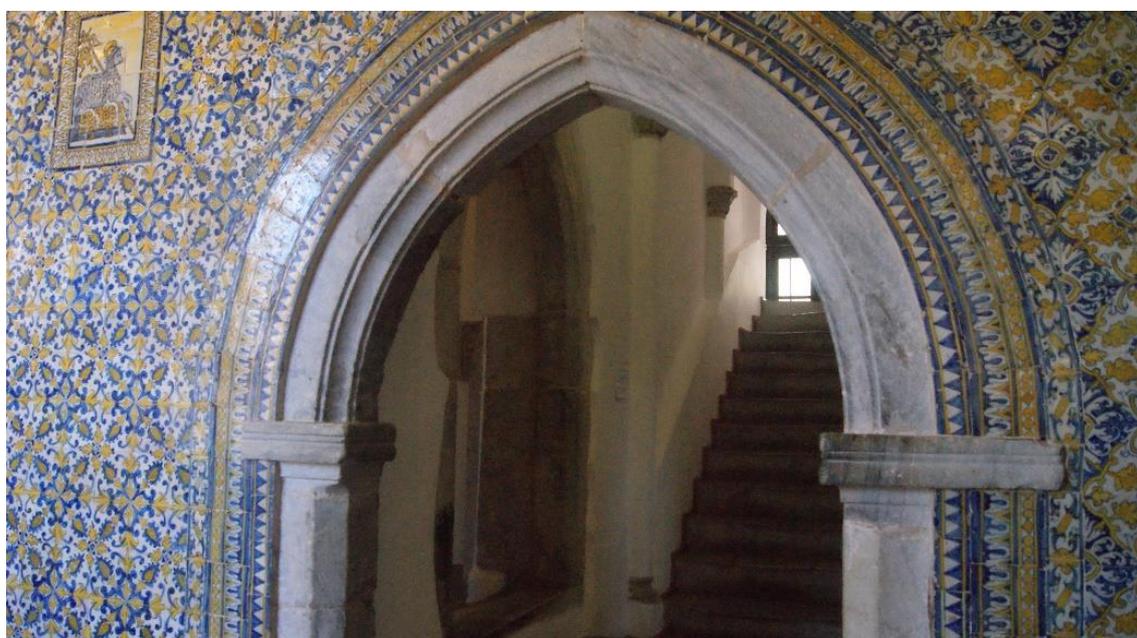


Figura 136. Portal de acesso ao claustro.

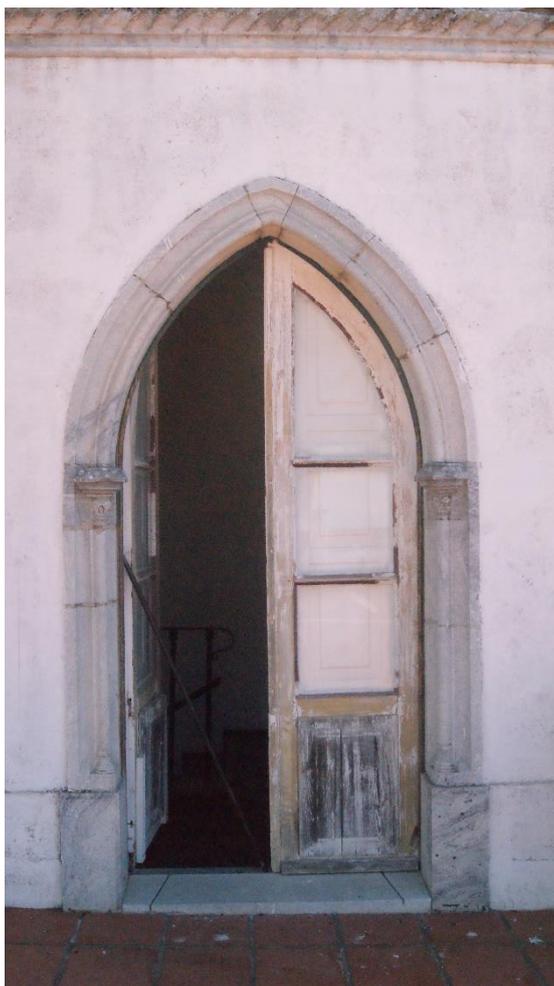


Figura 137. Portal de acesso ao actual terraço.

Foi a utilização destas fórmulas góticas que levou a que o manuelino não fosse considerado um estilo original, por alguns dos autores referidos no primeiro capítulo. Para eles, a originalidade do manuelino cingia-se à decoração, principal elemento definidor deste estilo.

Esta questão da decoração é também importante no caso da Conceição, pois podemos observar vários elementos da decoração característica do manuelino em formação, embora não falemos da mesma exuberância que conhecemos noutras construções posteriores, de patrocínio de D. Manuel.

Ainda que não possamos afirmar que este seja um estilo decorativo, reconhecemos a importância da decoração no carácter desta linguagem arquitectónica, pautando-se sobretudo pela criação de ilusões com a pedra: continuam a utilizar-se os elementos vegetalista e surgem as torsões e o trabalho da pedra rendilhada, como se de um tecido

se tratasse. A Conceição é o edifício que vem abrir caminho para o explorar destes trabalhos de torsão, que podemos identificar no remate platibanda que rodeia a igreja e nos pináculos que pontuam o corpo do edifício (fig.138). Após o uso desta solução na Conceição de Beja, podemos ver que a sua utilização se difunde para construções como a do Mosteiro de Jesus de Setúbal (fig. 139) e a igreja de São João Baptista de Tomar (fig. 140), sendo estes apenas alguns exemplos.



Figura 138. Platibanda do Convento da Conceição, na zona da cabeceira.



Figura 139. Platibanda do Mosteiro de Jesus de Setúbal.



Figura 140. Platibanda na Igreja de São João Baptista, Tomar

Vieira da Silva apontou a prioridade de utilização da torsão na Conceição, nos pináculos e pequenos pilares que rematam o corpo da igreja, uma vez que a análise do autor se centrou sobretudo nesta zona da construção²⁹⁹. Ainda assim, verificamos a existência de elementos torsos noutras partes do interior do convento, nomeadamente nos portais. O portal da Sala do Capítulo apresenta elementos de torsão, que interrompem os colunelos finos e elegantes (figs. 75 e 77). No portal do Refeitório, mais robusto e grosseiro, a torsão tem maior expressão na base das colunas e nos colunelos exteriores (fig. 110 e 111).

Por fim, também o portal da portaria apresenta elementos de torsão, voltando a optar-se pelo uso de colunelos finos e formas mais elegantes, perdendo-se a robustez que vimos no refeitório. Todo o portal é envolvido por um cordão torso (fig.115 a 117), criando como que uma moldura, num trabalho muito semelhante ao que vemos no caso da torsão da platibanda.

Nestes dois últimos portais, a temática sagrada já não tem lugar (ao contrário do portal da sala do capítulo), e trata-se sobretudo de decoração geométrica e heráldica, de

²⁹⁹ “Desde já podemos atribuir à igreja da Conceição de Beja a prioridade na utilização, no tardo-gótico português, de ábacos de lados côncavos e de elementos torsos, embora apenas limitados aos pequenos pilares e pináculos que coroam o edifício.” Silva, 1989, p.55”

valorização do monarca, num vocabulário laicizado³⁰⁰. Os três portais mostram-nos uma série de experiências levadas a cabo entre os reinados de D. João II e D. Manuel I, sendo que podemos assim observar a evolução do gosto e das preferências deste último monarca, que encomenda dois portais de concepção bastante distinta.

Relembramos que os dois primeiros casos – a platibanda e o portal da sala do Capítulo – são exemplos da utilização da torsão, antes do reinado de D. Manuel I, verificando-se aqui um dos casos que comprovam que o manuelino está em formação já antes de 1495. Mais tarde, no caso do mosteiro de Jesus de Setúbal, vemos que esta característica ganha uma maior importância, constituindo a totalidade do elemento em que se insere, como acontece com as colunas que suportam a abóbada da igreja (fig.141), todas elas desenvolvidas em torsão, que vai desde a base da coluna até ao arranque dos arcos.

Outro dos elementos predilectos da arquitectura manuelina foi a representação de alcachofras, que se verificam no portal da Sala do Capítulo (fig. 142), mas também no portal da Portaria (fig. 143), sendo que ambas coroam o término dos arcos. O mesmo elemento vai ter repercussões, por exemplo, na igreja do Pópulo das Caldas (fig. 144), onde a alcachofra é um dos elementos mais curiosos da cobertura, pendendo sobre o observador.

Podemos concluir que estas importantes inovações são aplicadas a elementos característicos do gótico batalhino, modificando-os e transformando-os em algo experimental, que vai passar a ser característico da nova arquitectura que começa aqui a emergir.

³⁰⁰ Silva, 1989, p.153



Figura 141. Abóbada da Igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal.



Figura 142. Alcachofra no portal da Sala do Capítulo do Convento da Conceição.



Figura 143. Alcachofra no portal da Portaria do Convento da Conceição.



Figura 144. Alcachofra na capela-mor da igreja do Pópulo das Caldas da Rainha.

A forma de representação dos patronos começa também a sofrer alterações na sua dinâmica. É claro que os patrocinadores das construções sempre procuraram fazer-se representar, mas notamos que a decoração dos edifícios com a representação heráldica dos fundadores e patrocinadores ganhou uma maior expressão, que D. Manuel I terá levado ao extremo. Esta é uma temática abordada por José Custódio Vieira da Silva, na sua obra *O Fascínio do Fim*, onde dedica um capítulo à “Importância da genealogia e da heráldica na representação artística manuelina”³⁰¹; é através do seu estudo que comprovamos as observações retiradas do caso específico da Conceição. Neste convento, percebemos que a representação heráldica dos fundadores e dos monarcas que

³⁰¹ Silva, 1997, p.131

intervieram na construção ocupa um lugar de elevada importância na composição do espaço.

Como vimos, os infantes fazem-se representar de imediato, no portal principal, com dois anjos que seguram os escudos dos fundadores, D. Beatriz³⁰² e D. Fernando (fig.29), tendo este segundo já desaparecido. Estes anjos portadores dos escudos ladeiam a letra Y esculpida com um efeito de torsão, e envolvida por duas serras – a empresa de D. Beatriz. A opção da infanta pelo uso desta letra como sua empresa motivou alguma discussão, havendo várias opiniões quanto ao seu significado. O Y pode estar ligado a uma vontade de expressão da religiosidade da infanta, dada a simbologia cristológica inerente ao Y grego, embora Abel Viana³⁰³ e Saul António Gomes³⁰⁴ tenham explicações diferentes para a utilização desta letra.

Gomes mostra-nos alguns casos de estudos próximos do contexto que temos vindo a explorar (mas também outros anteriores³⁰⁵), como é o caso da Capela do Fundador da Batalha, onde o facial do túmulo de D. Filipa de Lencastre é coberto pelo dístico gótico *y. me. plet*, podendo significar *Y(sesus) me plet*, como Gomes propõe³⁰⁶. Após 1415, o rei D. João I deixa de se identificar, na numismática, com a abreviatura *IHNS*, de *IOHANNES*, passando a usar o Y grego – *YOHANNES*, estabelecendo uma relação com *YESUS*, numa associação que *não poderia ser mais messiânica e simbólica*³⁰⁷. D. Afonso V fez uso da representação Y, como se depreende da leitura do cronista Fr. Fernando da Soledade em relação ao Convento de Santo António do Varatojo onde, na tribuna e no púlpito da igreja, estaria gravado o y grego, a mando do monarca³⁰⁸. Já no reinado de D.

³⁰² “Muita vontade foi da Infanta Dona Brites que em todas as partes em que se possesse os olhos, visse lembranças de suas mágoas fazendo timbre dellas offerecendoas a Deus pellos ornamentos e paredes da Igreja em que fazia sua sepultura (...)” Freire, 1612-1621, f.103

³⁰³ Para Abel Viana, o Y da Conceição relaciona-se com a ortografia dos séculos XV e XVI, significando Yfanta: “O significado da letra y será, em nosso entender, “Infanta” (Yfante, Yfanta, Yfantes, Yfâtes, etc., formas ortográficas usadas nos séc.s XV e XVI.” Viana, 1950, p.106

³⁰⁴ Gomes defende que a simbologia inerente ao y se prende com uma concepção dualista da vida humana, pressupondo um entendimento da vida humana como comportando duas vias, uma vida difícil, trabalhosa e que procura a paz, e uma vida fácil, com um final miserável (Gomes, 2008, p.181)

³⁰⁵ Gomes faz referência a D. Afonso Martins, prior-mor da jurisdição canónica de Santa Cruz de Coimbra que faz uso do Y nos selos prelatícios, estando inserido na corte de D. João I e D. Filipa de Lencastre. Destaca-se a presença do Y na pedra axial do fecho da abóbada da capela-mor da igreja de Santa Maria da Pena, em Leiria, segundo intervenção de D. João I. (O Couseiro ou Memória do Bispado de Leiria (1868) Braga: Cap.º 4, Reimpressão de O Mensageiro, 1980. Apud Gomes, 2008, p.188)

³⁰⁶ Gomes, 2008, p.190

³⁰⁷ Gomes, 2008, p.191

³⁰⁸ “Na fachada da sobredita tribuna mādou entalhar o Ypsilon dos Gregos, cuja inveção foy obra do Filosofo Pythagoras, (...) Cõ este geroglyfico nos quis mostrar o Filosofo os dous caminhos da nossa vida mortal, para que nos desviemos da esrada do vicio, a qual, sendo suave, termina sempre em despenho

João II, este monarca adopta o processo de cunhagem de moedas por parte de D. João I, usando também o Y grego. Na mesma cronologia que a Conceição de Beja, insere-se a pedra de fundação do Convento de Jesus de Setúbal, colocada em 1491, que teria também o Y gravado³⁰⁹ (fig.145).

No caso do infante D. Fernando, a insígnia que usa são os flutuadores de cortiça, como podemos ainda ver num fragmento que se encontra exposto na igreja (fig.146). Segundo Rafael Moreira, tanto as serras de D. Beatriz como os flutuadores em cortiça do infante D. Fernando, se prendem com um interesse dado ao desenvolvimento tecnológico, por parte da nobreza. Adoptam-se divisas que aludem aos mecanismos contemporâneos, como acontece nestes dois casos, bem como com as balanças de precisão do infante D. Pedro, das tenazes de metalurgia de D. João I ou a roda dentada de D. Afonso V; o mesmo se verifica dentro da linhagem dos infantes, com o camaroeiro de D. Leonor e a esfera armilar do rei D. Manuel³¹⁰.



Figura 145. Fragmento da pedra fundacional do Mosteiro de Jesus de Setúbal, com o “y”.

lastimoso, e sigamos a da virtude, que acaba em descção & salvação, ainda que seja mais apertada & trabalhosa.” Soledade, 1705, p.312

³⁰⁹ Segundo Soror Leonor de S. João, é “*uma pedra branca de dois palmos, lavrada e consagrada, com uma cruz e o nome de Jesus escrito nela*” (Fernando António Baptista Pereira, Piedra fundacional de la iglesia del convento e Jesús de Setúbal, in Arte y Cultura en Torno a 1492. Exposición Universal, Sevilla 1992, Dir. Joan Suerea I Pons. Sevilha, 88, 1992, apud Gomes, 1008, p.194)

³¹⁰ Moreira, 1998, pp.464-465



Figura 146. Fragmento de pedra do Convento da Conceição, com representação dos flutuadores de cortiça de D. Fernando e as serras com o “y” de D. Beatriz.

O reinado de D. João II também ficou registado na construção através da sua representação heráldica, razão pela qual podemos facilmente destrinçar a campanha de obras patrocinada por este monarca, na quadra de S. João Evangelista. Encimando o portal da sala do capítulo, apresenta-se o seu escudo, ladeado por dois anjos (fig.73). A opção por este tipo de solução, numa divisão com a importância da Sala do Capítulo, demonstra uma vontade de expressão do poder régio nos edifícios por si patrocinados³¹¹. Para além da representação do brasão do rei D. João II, a própria quadra onde a Sala do Capítulo se ergue, a quadra de S. João Evangelista, conta ainda com uma cobertura abobadada cujos fechos têm, entre outros símbolos, o pelicano (fig.65), insígnia do monarca, bem como o brasão régio (fig.63 e 64), anterior à Reforma do mesmo, ainda com os escudetes laterais na horizontal. Esta dinâmica representacional do rei D. João II interessa-nos por utilizar a inserção da heráldica no interior de um edifício religioso, processo este que, segundo Vieira da Silva, tem início na Igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha, de fundação da rainha D. Leonor e do rei D. João II. Vieira da Silva vê a igreja das Caldas como sendo o primeiro que alberga a heráldica como tema principal da decoração

³¹¹ Como vimos, a representação do brasão régio que sobrepõe o portal da Sala do Capítulo, é já posterior à Reforma levada a cabo por D. João II, e a própria necessidade desta reforma mostra-nos, mais uma vez, a importância dada à representação heráldica.

arquitectónica interior, ocupando locais de elevada importância (fig. 147). Apesar das cronologias aproximadas das duas construções, percebemos que na Conceição a heráldica não é exactamente a temática central da decoração, que é bastante variada, pelo que temos motivos vegetalistas e referências cristológicas também presentes, como vemos nos fechos das abóbadas das quadras de S. João Evangelista e da Portaria.



Figura 147. Representação heráldica com o camaroeiro de D. Leonor e o pelicano de D. João II, na capela-mor da Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha

Já na intervenção levada a cabo por D. Manuel I, durante o seu reinado, encontramos a sua representação heráldica nos portais do refeitório e da portaria conventual. Sabemos que o monarca é identificado pelo uso da esfera armilar, o escudo e a cruz de Cristo como seus símbolos pessoais. Este não foi sempre o caso, já que nos primeiros momentos do reinado deste monarca, a utilização dos três itens como conjunto não era ainda verificável. Vieira da Silva entende que este tipo de representação do rei só veio a desenvolver-se a partir de 1500³¹². No caso do mosteiro de Jesus de Setúbal, não há registo de qualquer representação heráldica do rei³¹³. O Convento de Santo António de Serpa é exemplo da utilização da esfera armilar como empresa de D. Manuel, de fundação da Casa de Beja, no portal principal, inserido na reconstrução manuelina de 1502 (figs 148 e 149). O refeitório da Conceição estaria concluído em 1506, devendo ser de data aproximada o portal, onde constam duas esferas armilares (fig. 111 e 112) acompanhadas pelo brasão régio que encima o portal (fig. 113), inserido numa moldura ritmada por pequenos elementos esféricos, em relação análoga à que existe entre o brasão e o portal da Sala do Capítulo. Note-se que a esfera armilar do rei D. Manuel ocupa o

³¹² O autor entende que é só a partir desta altura que D. Manuel se concentra de forma decidida na construção de um império ultramarino, levando à reorganização do próprio reino. (Silva, 1997, pp.138-139)

³¹³ “Em Setúbal, o Mosteiro de Jesus, em cujo claustro se trabalhava ainda em 1500 mas cuja igreja estava concluída em 1496, não apresenta em nenhum local qualquer símbolo manuelino.” Silva, 1997, p.139

espaço que antes era reservado ao capitel³¹⁴, dando uma elevada importância à presença da heráldica régia.

Segundo Vieira da Silva, a junção dos três elementos que representam o monarca parecem ter aparecido pela primeira vez na igreja de S. João Baptista de Moura, cuja reconstrução foi também concluída em 1502³¹⁵, embora no portal principal não encontremos as cruzes de Cristo (figs. 150 e 151).

De construção posterior será o portal da portaria conventual da Conceição, onde já existe a conjugação da esfera armilar, a cruz de Cristo e o brasão régio (fig. 118). As esferas armilares actuais não serão as originais, não figurando nos registos fotográficos de 1939 (fig. 114), justificando-se a sua recolocação aquando da deslocação da porta para o local actual.



Figura 148. Portal principal do Convento de Santo António de Serpa

³¹⁴ Silva, 1989, pp.153-154

³¹⁵ Silva, 1989, pp.120-125



Figura 149. Portal principal do Convento de Santo António de Serpa. Pormenor.



Figura 150. Portal principal da Igreja de São João Baptista de Moura



Figura 151. Portal principal da Igreja de São João Baptista de Moura. Pormenor.

Como vimos, a importância do estudo das representações heráldicas provenientes das várias campanhas de obras da Conceição, prende-se com o facto de estas permitirem esclarecer dúvidas acerca da cronologia da construção e também no que toca aos responsáveis pela mesma.

O que daqui deprendemos é que, como já vimos, o manuelino é normalmente identificado, entre outros elementos, pela proliferação da representação heráldica do monarca – D. Manuel I - nos vários edifícios onde intervém. Trata-se da conjugação entre a esfera armilar, o brasão régio e a cruz de Cristo. De facto, o monarca procurou fazer-se representar através destes elementos em todos os edifícios que mandou construir ou nos quais teve algum tipo de intervenção. Esta é uma dinâmica que se verifica na arquitectura dos séculos XV e XVI, mas não podemos dizer que tenha surgido com D. Manuel. Tivemos oportunidade de confirmar que a utilização da heráldica como forma de manifestação da figura régia terá já sido usada pelos reis D. João II e D. Leonor, bem como pelos pais desta última e de D. Manuel, os infantes D. Fernando e D. Beatriz, como vimos nos primeiros exemplos referidos, daí a importância do seu estudo.

No entanto, as inovações do manuelino em relação ao gótico não foram apenas decorativas, foram também estruturais, e também essa nova estrutura é compreensível através da observação do núcleo primitivo do convento da Conceição. Uma das soluções aqui utilizadas, que passa a elemento caracterizador do manuelino, é o uso dos contrafortes escalonados e biselados, de secção prismática, que vimos na zona da capela-mor, suportando o peso da abóbada (fig.12). O manuelino irá complexificar a estrutura

dos contrafortes, fazendo uso de secções variadas: rodadas, biseladas, prismáticas, curvas, etc. Vieira da Silva estabelece ainda uma relação entre os contrafortes da Conceição com os contrafortes angulares na cabeceira da igreja de Santiago de Palmela (fig.152), bem como os contrafortes da igreja do Pópulo das Caldas da Rainha (fig. 153), escalonados, de secção quadrangular e dispostos em ângulos e ao centro de cada lado da capela-mor.



Figura 152. Igreja de Santiago de Palmela, contrafortes da fachada lateral



Figura 153. Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha, contrafortes

Outra grande novidade foi a opção por uma nave única juntamente com a parede testeira recta (fig. 44). Esta segunda característica já tinha sido utilizada primeiramente na igreja de Santiago de Palmela (numa relação já estabelecida por José Custódio Vieira da Silva³¹⁶, muito embora a cabeceira da Conceição possa mesmo ser anterior à igreja de Palmela, dadas as incertezas na datação da construção dos edifícios), também ela uma junção de dois volumes rectangulares, demarcando-se a separação entre a capela-mor e o corpo da igreja (fig. 154). A cabeceira recta prende-se sobretudo com a intenção de integrar um retábulo na parede, tendo esta solução sido bastante utilizada daqui em diante, para além de Palmela e da Conceição, mas também na igreja do Pópulo das Caldas da Rainha, por exemplo.

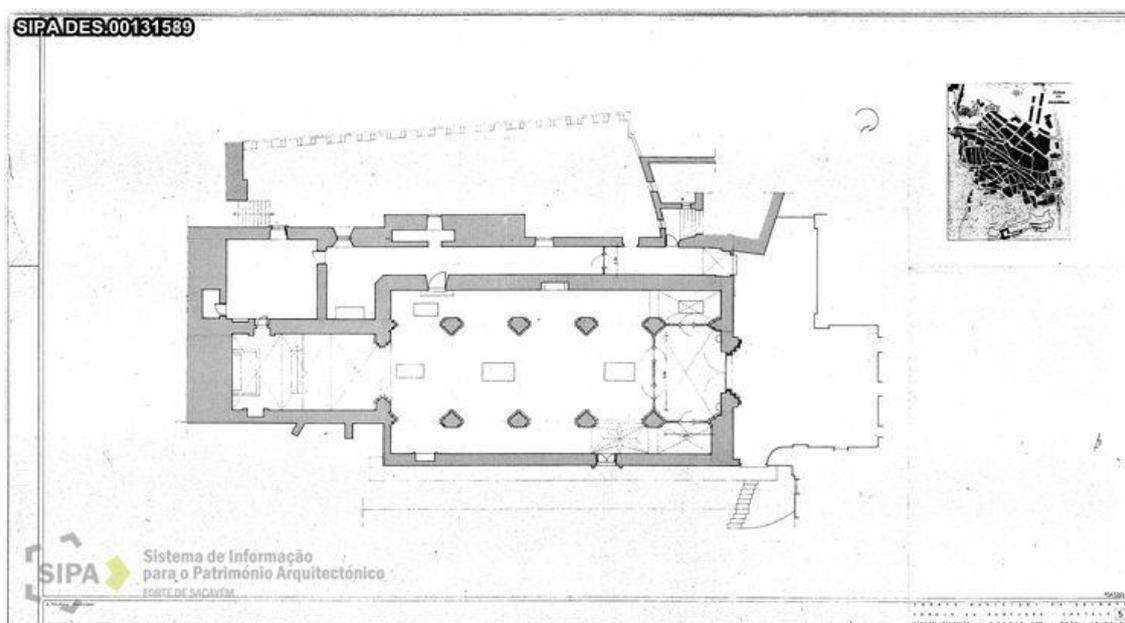


Figura 154. Planta da igreja de Santiago de Palmela

No que toca à estrutura arquitectónica, já tivemos oportunidade de perceber que a igreja da Conceição é a primeira igreja monumental de nave única e a uma das primeiras de parede testeira recta. Mas este tipo de solução não se cinge à casa de Beja, uma vez

³¹⁶ Silva, 1989, p.53

que a igreja dos Lóios de Évora adopta a concepção de igreja monumental de nave única, mas sendo possivelmente a última igreja com parede testeira poligonal, como veremos.

A transferência de soluções de Palmela para a Conceição não se limita apenas à existência da parede recta na cabeceira. A organização da planta em dois volumes rectangulares é também visível primeiramente em Palmela e trazida para a Conceição. No entanto, em Beja existe a particularidade de o corpo da igreja se desenvolver em nave única, enquanto que em Palmela o mesmo é repartido em três naves, sendo as laterais bastante estreitas. O que é fundamental retermos é que este é um dos primeiros casos em que vemos, no século XV, uma igreja de escala monumental que se desenvolve em nave única.

A mesma sensibilidade é encontrada no desenvolvimento da sala do Capítulo, com planta centralizada e uma cobertura em abóbada de arestas, assente numa só coluna central, não obstruindo a visibilidade da divisão como um todo (figs.83 e 155). Esta unificação do espaço conseguiu-se também na Sala do Capítulo da Batalha (fig.156) e na do mosteiro dos Jerónimos (fig. 157).



Figura 155. Planta do Convento da Conceição, pormenor da localização da Sala do Capítulo.



Figura 156. Mosteiro da Batalha, Sala do Capítulo.



Figura 157. Mosteiro dos Jerónimos, Sala do Capítulo.

Há um afastamento da noção de espaço do gótico mendicante que tinha vingado até aqui, nas igrejas de planta basilical, com naves e cabeceiras escalonadas, como é o caso de Santa Clara de Coimbra (fig. 158), Santa Clara de Santarém (fig. 159) e S. Francisco do Porto (fig. 160), por exemplo.

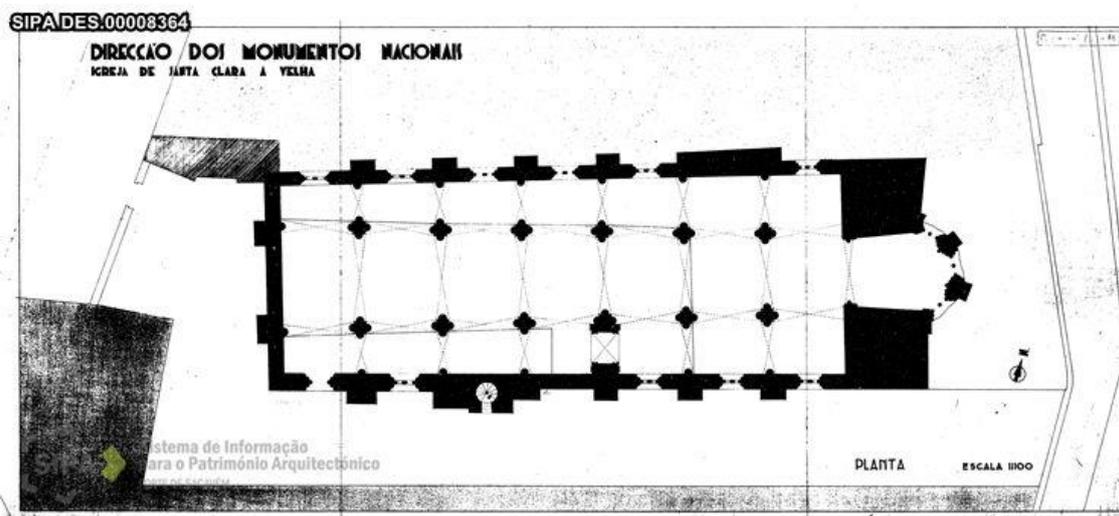


Figura 158. Planta da Igreja do Convento de Santa Clara-A-Velha de Coimbra

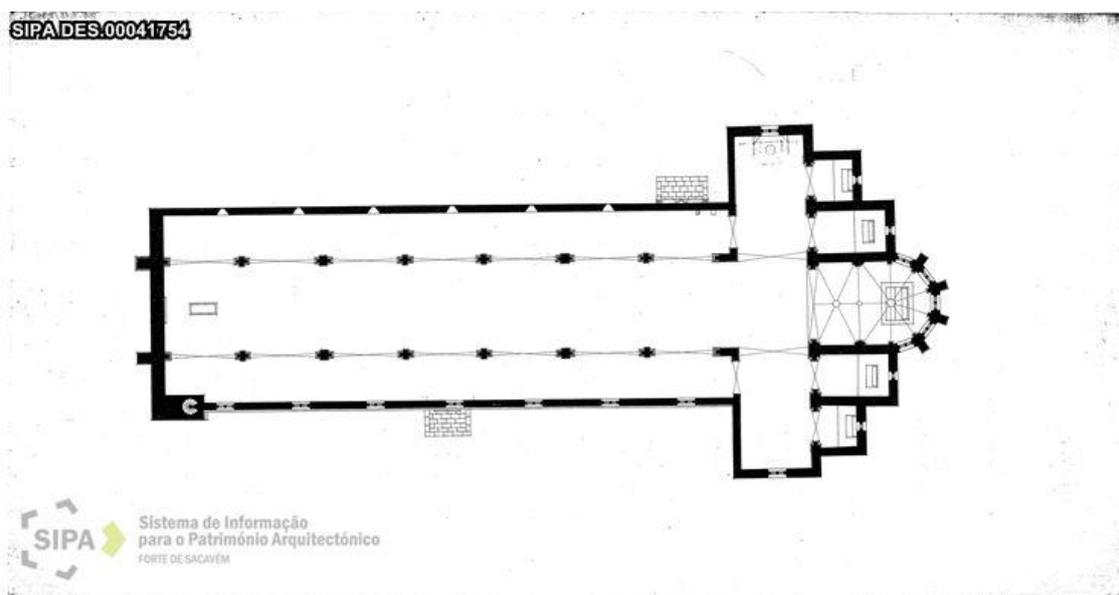


Figura 159. Planta da Igreja do Convento de Santa Clara de Santarém

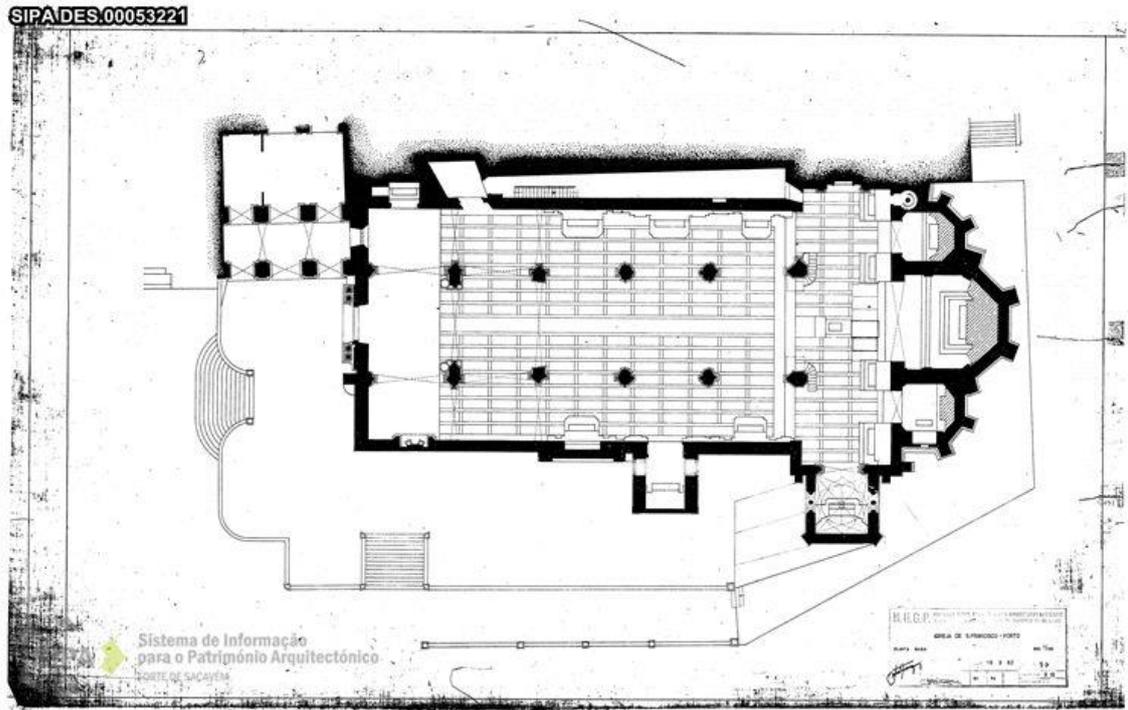


Figura 160. Planta da Igreja de São Francisco do Porto

A igreja da Conceição é apenas um corpo rectangular, e a única zona em que o espaço é dividido é na passagem para a capela-mor, com o piso mais elevado, acedendo-se por degraus. Sabemos que o expoente máximo deste entendimento do espaço é conseguido nas *hallenkirschen*, ou igrejas salão, onde as áreas não apresentam divisões e a observação é desobstruída e contínua. Ainda assim, muitas igrejas que não são salão podem ser inseridas nesta tipologia do espaço unificado. Cria-se uma nova família de edifícios de nave única em diversos pontos do país, sendo esta uma característica que parece tornar-se cada vez mais frequente daqui em diante. É o caso da igreja dos Lóios de Évora (embora tenha ainda cabeceira poligonal), estando já fora da esfera dos duques de Beja (fig. 161); a igreja do Pópulo das Caldas da Rainha (fig. 162), de fundação da rainha D. Leonor; a igreja de S. Francisco de Évora (fig. 163), Santa Cruz de Coimbra (fig. 164), S. Francisco de Arraiolos (fig. 165) e a igreja do convento das Chagas de Vila Viçosa (fig. 166). No caso dos Jerónimos, esta unidade espacial é também visível (fig. 167), embora a igreja se divida em três naves, com um abobadamento unificado e colunas elegantes o suficiente para que não se perca esta noção de espaço uno. Embora se tratem de espaços unificados, os exemplos dados pertencem a diferentes tipologias da arquitectura religiosa, o que significa que a questão da unificação espacial ainda não é uma fórmula consagrada, embora esteja em expansão.

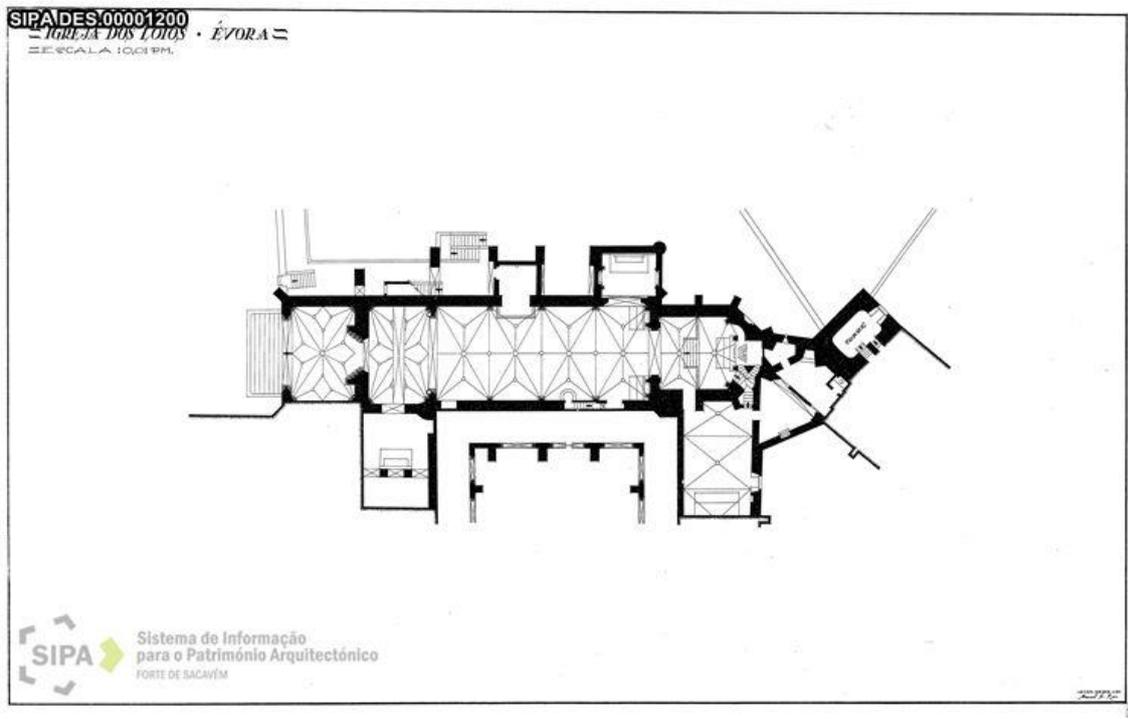


Figura 161. Planta da Igreja do Convento dos Lóios de Évora

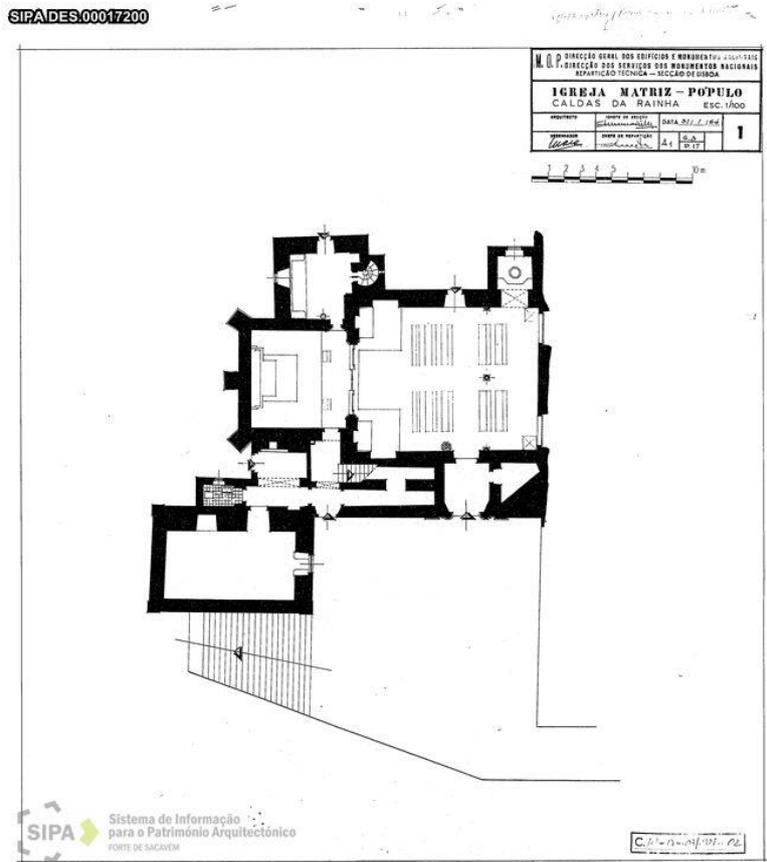


Figura 162. Planta da Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha

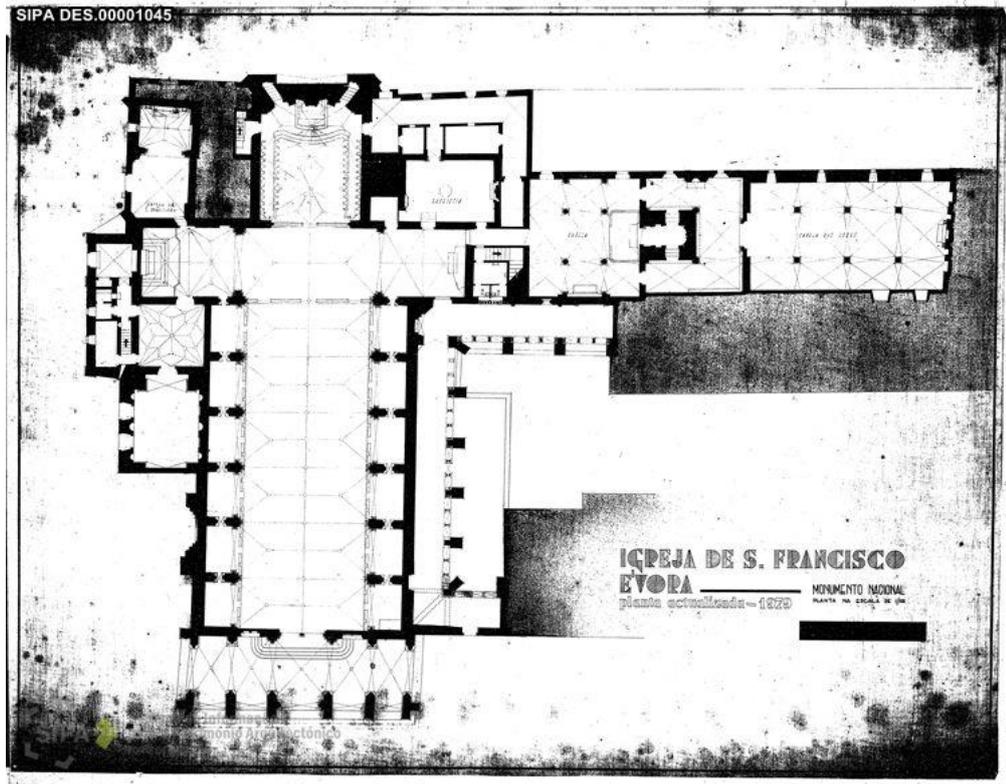


Figura 163. Planta da Igreja de São Francisco de Évora

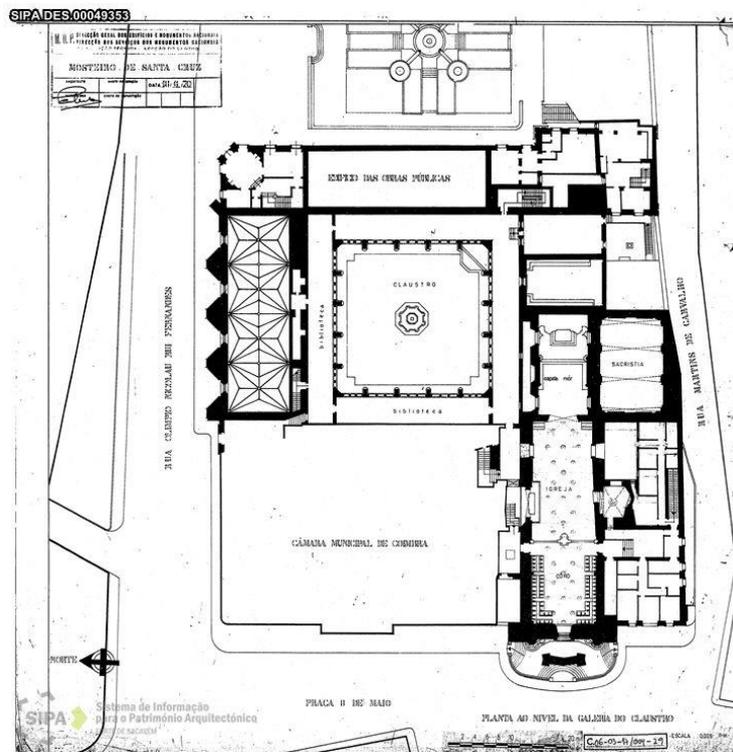


Figura 164. Planta do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

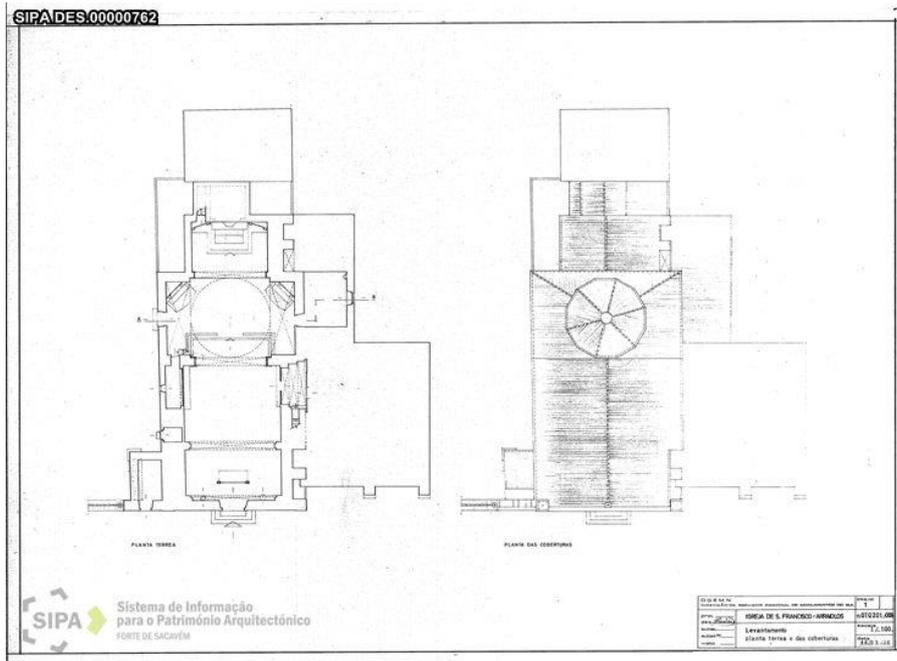


Figura 165. Planta da Igreja de São Francisco de Arraiolos

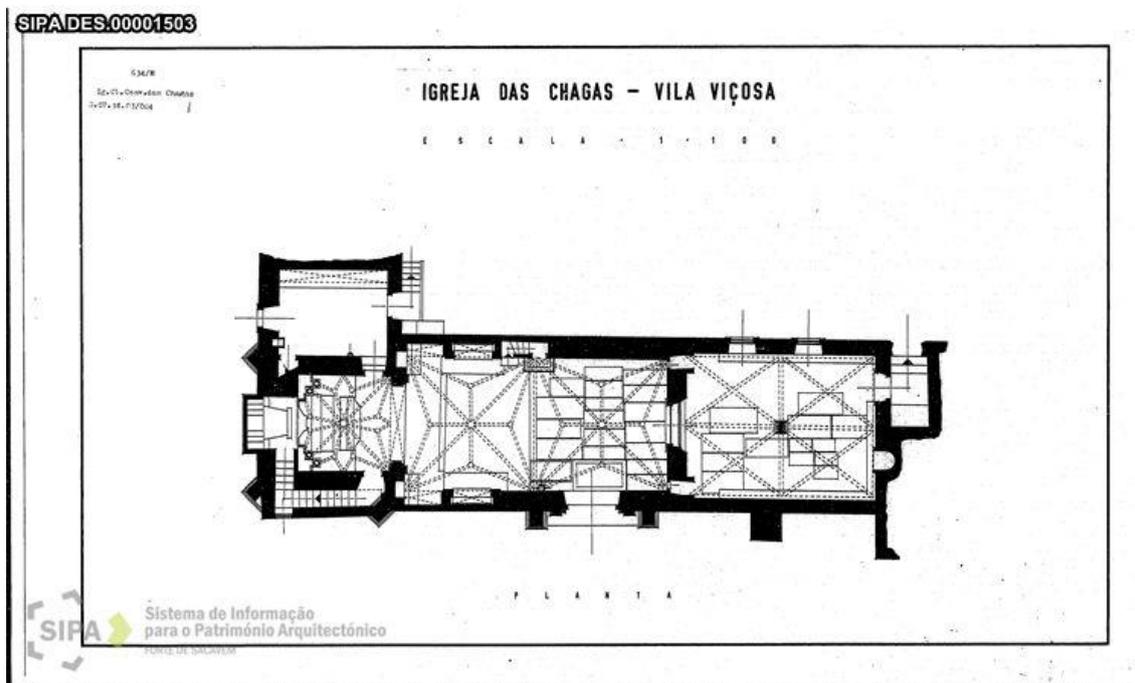


Figura 166. Planta da Igreja do Convento das Chagas de Vila Viçosa

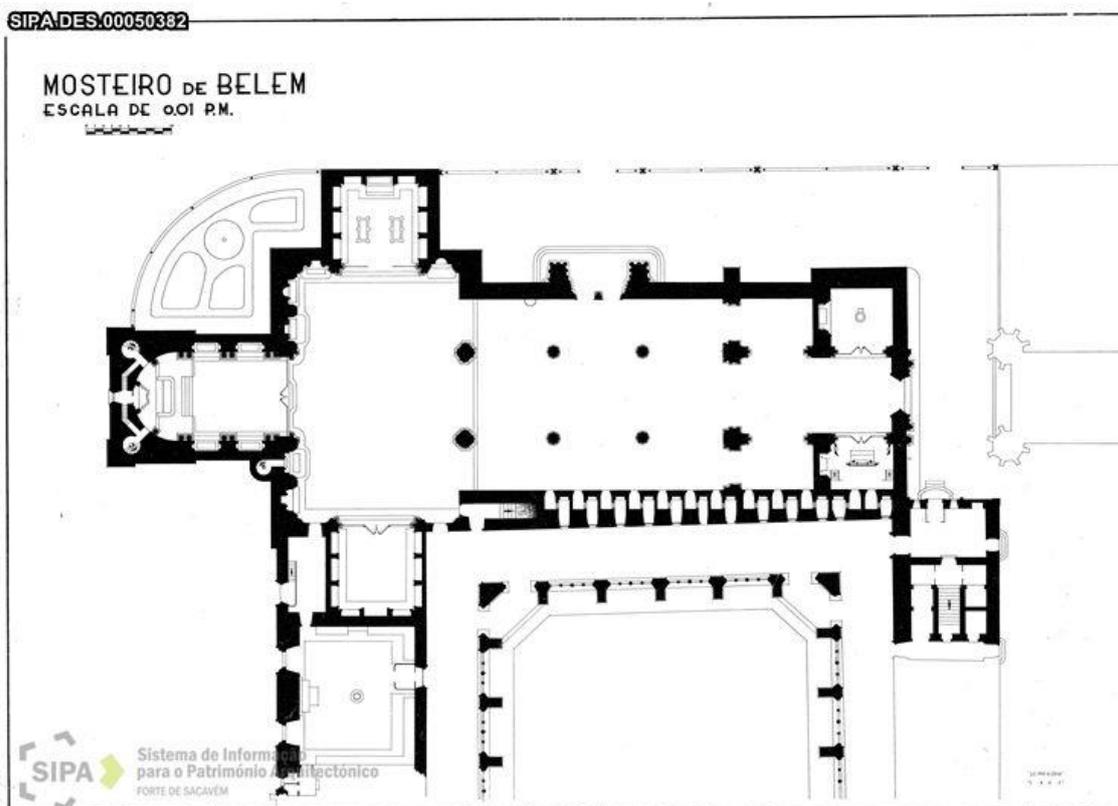


Figura 167. Planta da Igreja do Mosteiro dos Jerónimos

O desenvolvimento das coberturas contribui também para esta nova tipologia espacial, como já explorado por Mendes Atanásio. De facto, as coberturas deixam de descarregar em pilastras, optando-se pelas mísulas que não interrompem os panos de parede lisos ou os revestimentos azulejares, como se verifica nas abóbadas do claustro da Conceição (figs. 60, 62, 98 e 119). Esta forma de cobertura contribuiu para a unidade espacial³¹⁷, permitindo a existência de um elemento de decoração “para desfazer a impressão e peso bruto, e, por outro lado, produz um ritmo linear bem unificador”³¹⁸.

As coberturas usadas na Conceição devem também ser vistas do ponto de vista da originalidade estrutural, como vimos no caso da abóbada da Sala do Capítulo. A cobertura da capela-mor não nos permite retirar considerações especialmente conclusivas, uma vez

³¹⁷ “O que constitui, porém, uma das principais características dos sistemas de cobertura dos monumentos manuelinos – mais do que a disposição das nervuras – é a tendência para o emprego generalizado de abóbadas achatadas e assentes em arcos segmentares que repousam em mísulas e que quase sempre não dependem da composição dos alçados”. Chicó, 1948, p.246

³¹⁸ Atanásio, 1969, p.13

que a documentação fotográfica que dispomos não nos permite ver a totalidade da abóbada nem uma série de detalhes que seriam de grande relevância (fig.54 e 55). Com a observação da reconstituição de Leonel Borrela (fig.168), esta abóbada parece estabelecer alguns pontos de contacto com a cobertura da igreja de Palmela (figs. 169 e 170). Ambas as abóbadas se desenvolvem a partir de uma cadeia central, embora a abóbada da Conceição aparente ser mais complexa, com maior quantidade de nervuras, acrescentando ainda os diferentes tipos de perfis já referidos.

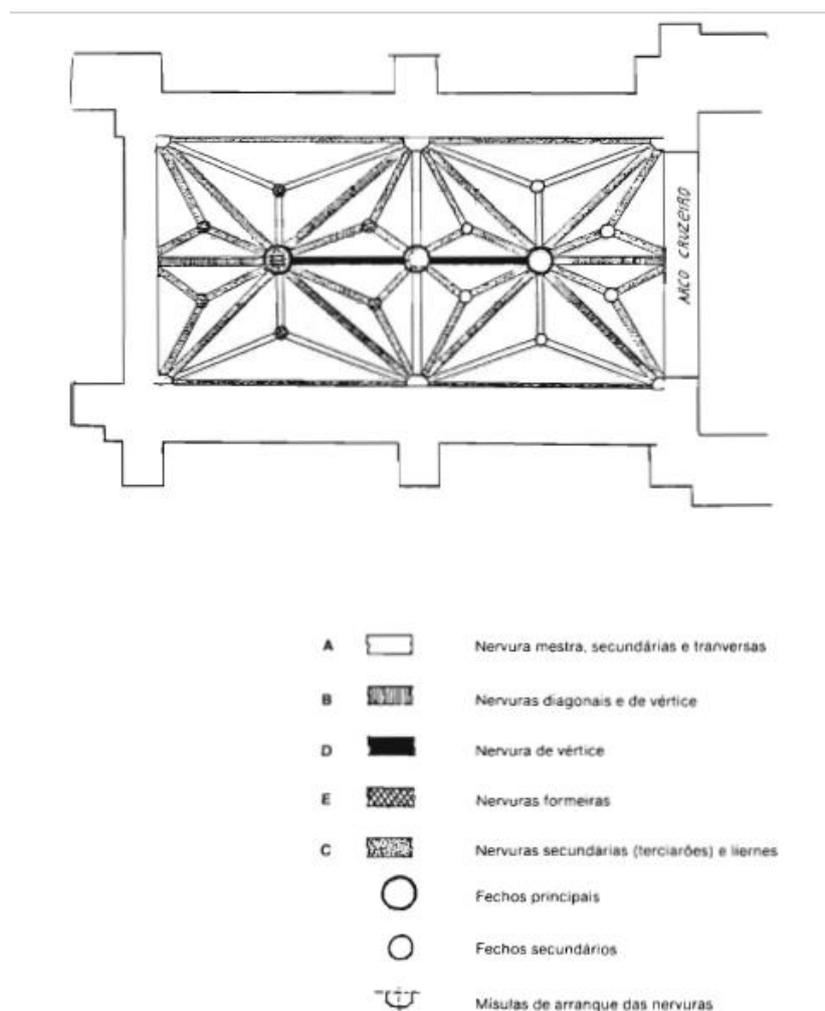


Figura 168. Tentativa de reconstituição da abóbada nervurada da capela-mor da Igreja da Conceição, por Leonel Borrela.

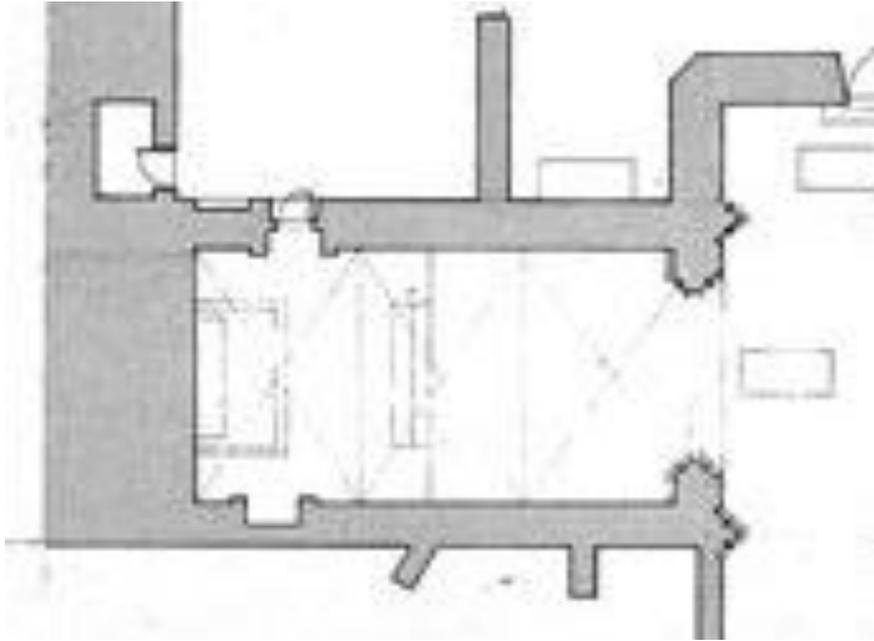


Figura 169. Planta da Igreja de Santiago de Palmela. Pormenor da localização da capela-mor e respectiva cobertura.



Figura 170. Igreja de Santiago de Palmela. Cobertura da capela-mor.

Este interesse pela complexificação irá verificar-se pouco depois na abóbada da capela-mor da igreja dos Lóios (fig. 171), na do mosteiro de Jesus de Setúbal (fig. 172) ou da igreja do Pópulo nas Caldas da Rainha (fig. 173). Já no reinado de D. Manuel I, podemos nomear exemplos como a abóbada da capela-mor de Santa Cruz de Coimbra (fig. 174) e a da igreja de São Francisco de Évora (fig. 175). Esta cobertura mostra ainda o papel pioneiro da igreja da Conceição no quadro do tardo-gótico alentejano, como Vieira da Silva concluiu, sendo este o primeiro local na região onde se constrói uma abóbada estrelada³¹⁹. Ainda assim, estas considerações só podem ser comprovadas com uma observação mais atenta da abóbada e um estudo mais aprofundado sobre a mesma, processos estes que só serão possíveis com o descobrir completo da abóbada, sem a estrutura de talha dourada que a esconde há séculos.



Figura 171. Igreja do Convento dos Lóios de Évora, cobertura da capela-mor.

³¹⁹ Silva, 1989, pp.56-57



Figura 172. Igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal, cobertura da capela-mor.

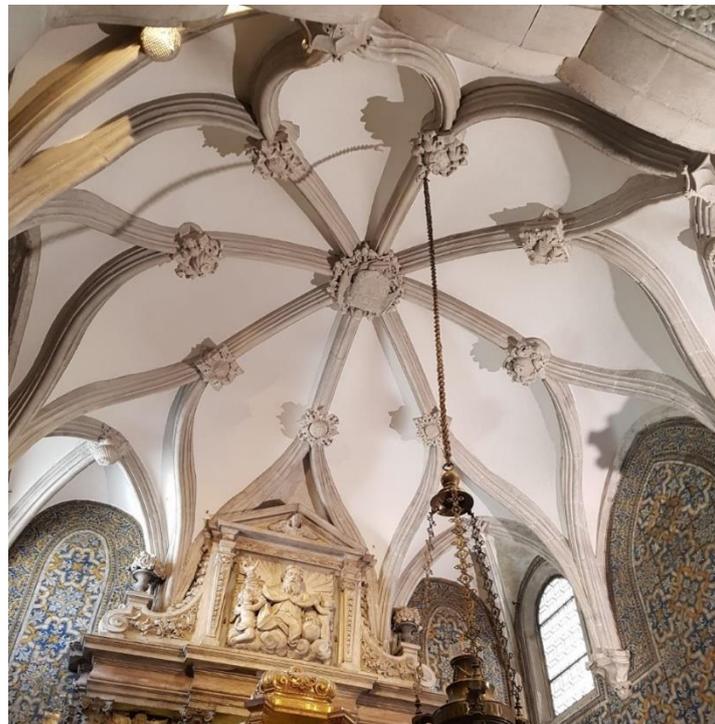


Figura 173. Igreja do Póculo das Caldas da Rainha, cobertura da capela-mor.



Figura 174. Igreja de Santa Cruz de Coimbra, capela-mor.



Figura 175. Igreja de S. Francisco de Évora, capela-mor.

Uma inovação estrutural como esta vem romper com a ideia de que o manuelino é um estilo meramente decorativo, como vimos alguns autores defenderem. O espaço unificado é uma característica estrutural e não decorativa, pelo que não podemos afirmar que o manuelino mantenha a estrutura gótica e se destaque pela originalidade da decoração. Estamos perante inovações ao nível do próprio esqueleto do edifício, com um novo entendimento do espaço.

Um dos problemas apontados à arquitectura manuelina, justificando a desvalorização da mesma, foi a falta de harmonia e a incoerência na escolha de soluções diversas. Vários autores justificam assim a falta de originalidade e estatuto de “estilo”, enquanto outros vêem esta diversidade como característica do manuelino, sendo a partir daqui que se verifica a originalidade do estilo. Atentos a esta problemática, procurámos observar os vários edifícios fundados pelos duques de Beja dentro da cronologia do convento da Conceição. Desta forma, pretendemos perceber quais as soluções preferidas pelos infantes, nos vários locais que fundaram.

Foram José Custódio Vieira da Silva, Rafael Moreira e Paulo Pereira quem referiu a existência de uma “arquitetura dos Duques de Beja”, durante a segunda metade do século XV, com os contributos dos infantes D. Fernando e D. Beatriz. Pereira considera que os duques patrocinaram obras que, no fundo, não mostram uma unicidade de gosto, reportando-se antes a um carácter de inovação e originalidade. Parece-nos pertinente observar outros edifícios fundados pelos duques, de forma a perceber a relação entre eles e de que forma contribuem para a criação de uma linguagem arquitectónica característica destas figuras.

D. Fernando torna-se duque de Beja no ano de 1453, estando já concluindo o paço dos infantes (fig.4). É esta construção que serve como ponto de partida para a compreensão da arquitectura patrocinada pelos duques de Beja, por ter sido construído logo após o casamento dos mesmos. Apesar de ter sido demolido em 1895, restam-nos ainda registos fotográficos do palácio, que ficou conhecido pela sua arquitectura de traça do final do gótico, e sobretudo pelo gosto mudéjar que ainda podemos verificar no passadiço de acesso ao convento e em algumas janelas. Infelizmente, não dispomos de material suficiente para aprofundar aqui a história do edifício, mas cremos que tivesse pontos de contacto com o Paço de Água de Peixes (fig. 176 e 177). O Paço dos Infantes torna-se uma excepção dentro deste grupo de edifícios, uma vez que se trata de uma

construção civil e não religiosa, pelo que os termos de comparação não podem ser os mesmos. Ainda assim, podemos ver que foi aqui que os duques inseriram o gosto pelo mudejarismo, visível nas janelas geminadas já referidas (fig.178), que expandiram depois para outras das suas construções.



Figura 176. Paço de Água de Peixes, Alvito.



Figura 177. Paço de Água de Peixes, Alvito. Janelas geminadas.

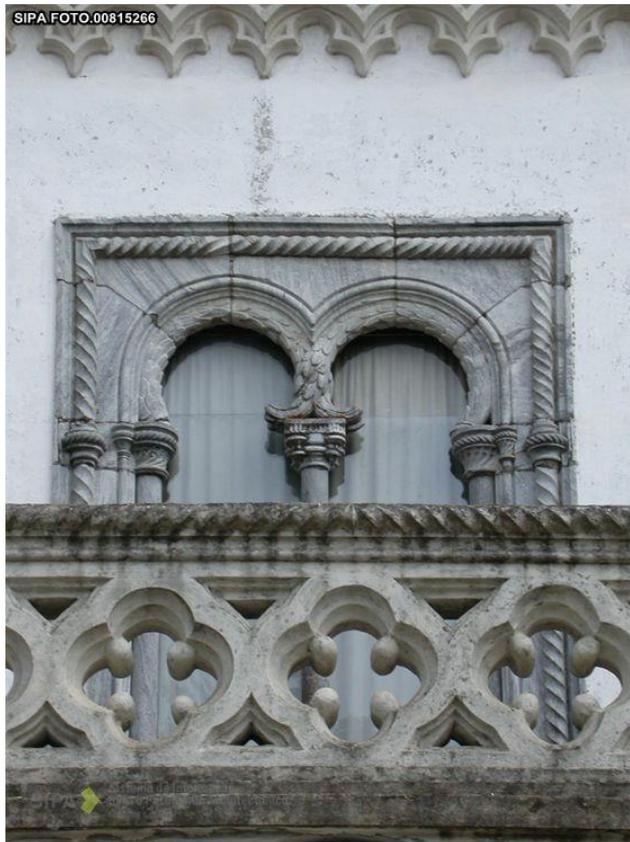


Figura 178. Museu Regional de Beja, janelas geminadas, retiradas do Paço dos Infantes.

Após a construção do palácio dos infantes, destaca-se a intervenção de D. Fernando na igreja de Santiago de Palmela (fig. 176), construída aquando da transferência da Ordem de Santiago de Alcácer do Sal para Palmela. O processo de fundação e construção da igreja de Palmela é iniciada em 1445, com o infante D. João³²⁰. O mestrado da ordem de Santiago pertenceu a D. Fernando entre 1460 e 1470, época de maior desenvolvimento arquitectónico deste espaço³²¹, cuja importância reside sobretudo no carácter despojado da construção, inserida no quadro do gótico final.

Em Palmela, as semelhanças com a igreja da Conceição encontram-se, primeiramente, no portal com alfiz (fig.179), embora a decoração seja muito mais simplificada, sem qualquer profusão de elementos vegetalistas ou pináculos, como vemos na Conceição. No interior, é de notar o desenvolvimento em três naves (fig. 180), ao contrário da igreja da Conceição, com nave única, embora a restante organização espacial seja semelhante, nomeadamente a separação entre a nave e a capela-mor, feita através de degraus, e a parede testeira recta, vista aqui pela primeira vez. No caso da cobertura, a igreja de Palmela apresenta abóbada de berço quebrado, acentuada pelo arco apontado que dá acesso à capela-mor (fig. 180). No caso da Conceição, a capela-mor é precedida por um arco de volta perfeita, embora não possamos confirmar que sempre tenha sido assim (fig.48). O estabelecimento de uma comparação com a abóbada da capela-mor da Conceição é de grande dificuldade pois não nos é possível observar esta última, dada a cobertura de que foi alvo, como já expusemos.



Figura 179. Igreja de Santiago de Palmela, fachada principal.

³²⁰ Silva, 1989, p.45

³²¹ Silva, 1989, p.46

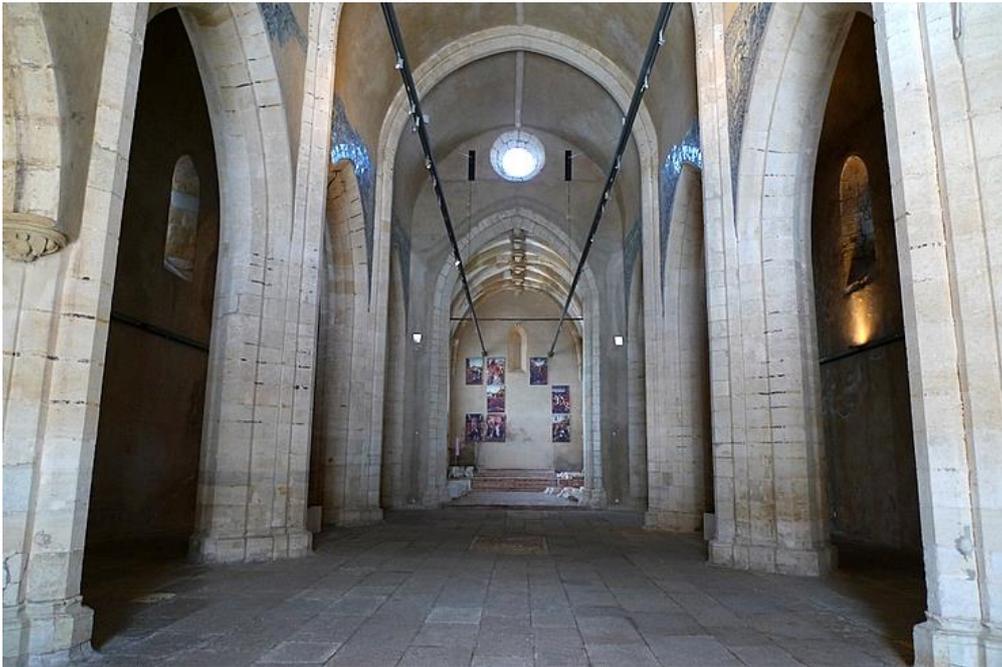


Figura 180. Igreja de Santiago de Palmela, interior com capela-mor ao fundo.

Segue-se, como sabemos, a fundação e construção do convento da Conceição de Beja, cujo merecimento arquitectónico estamos aqui a explorar. Simultaneamente, D. Fernando terá fundado o convento de Santo António/ S. Francisco de Serpa (fig. 181), embora o edifício primitivo tenha sido alvo de reconstrução por parte de D. Manuel, já no seu reinado, a partir de 1502. A construção deste convento, a partir de 1463, conta já com elementos da intervenção de D. Manuel I, mas continua a ser um importante ponto de comparação com o convento da Conceição. No exterior, é de destacar o portal inserido em alfiz, encimado pela emblemática manuelina (fig. 149). No interior (hoje totalmente alterado), voltamos a encontrar a nave única utilizada em Beja (fig. 182), bem como a presença do coro alto, mas ao invés da testeira recta, temos uma parede facetada, de acordo com a tradição do gótico (fig. 182).



Figura 181. Convento de Santo António/ S. Francisco de Serpa.



Figura 182. Convento de Santo António de Serpa, capela-mor.



Figura 183. Convento de Santo António de Serpa, capela-mor.

Tanto quanto sabemos, o Hospital de Nossa Senhora da Piedade de Beja (fig. 184) foi o último edifício de fundação dos infantes D. Fernando e D. Beatriz, no ano de 1469, funcionando como casa de recolhimento de doentes e peregrinos. Com a morte do infante, a construção só foi retomada em 1490, com intervenção de D. Manuel, campanha da qual restam alguns elementos característicos da arquitectura e decoração manuelina. Por fim, no Hospital da Piedade é importante salientar a nave única da igreja, bem como a parede testeira recta (fig. 185). No claustro, a relação com a Conceição prende-se com a irregularidade das coberturas utilizadas (fig. 186), diferentes em cada uma das quadras, embora esta seja uma característica comum em edifícios que passam por diversas campanhas de obras, sob diferentes patrocínios.



Figura 184. Hospital de Nossa Senhora da Piedade, Beja



Figura 185. Hospital de Nossa Senhora da Piedade, Beja. Igreja.

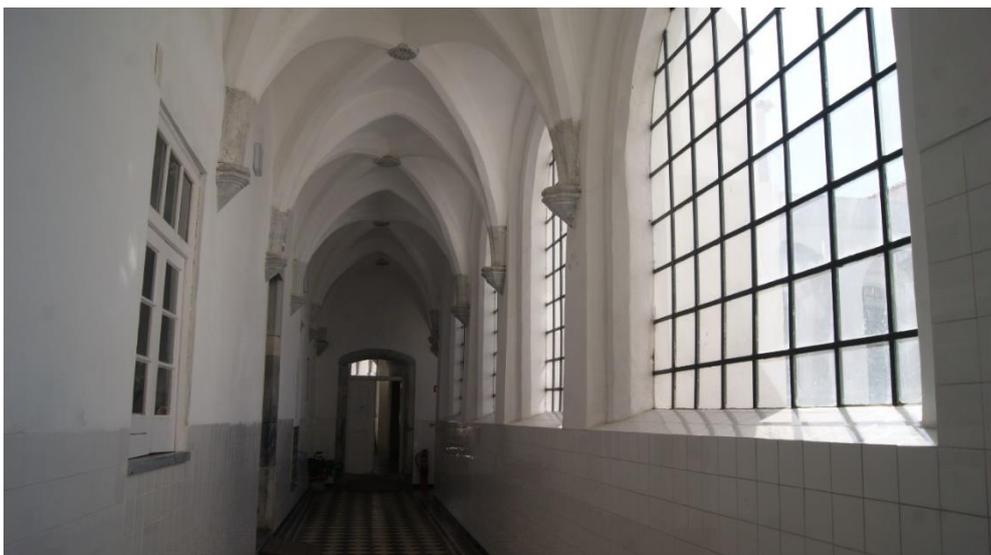


Figura 186. Hospital de Nossa Senhora da Piedade, Beja. Claustro.

Estas comparações permitiram-nos perceber que a Conceição se insere num conjunto de construções patrocinadas pelos infantes D. Fernando e D. Beatriz, que apresentam um carácter experimental, muito embora haja elementos que predominam na maioria dos exemplos. O que podemos daqui depreender é a forma como os duques patrocinaram estes edifícios, utilizando soluções construtivas variadas, abrindo caminho para a arquitectura que o seu filho, D. Manuel, viria a desenvolver, também ela bastante experimental e inventiva, mas não totalmente desligada das linguagens arquitectónicas anteriores.

O Convento da Conceição permite-nos, efectivamente, responder a várias questões levantadas pela historiografia do manuelino, discussão esta onde a construção deste edifício se enquadra claramente. O facto de este edifício ser anterior ao reinado de D. Manuel e fundado pelos seus pais, mostra-nos que estes seus antecessores terão dado vários contributos para a formação de uma linguagem arquitectónica designada manuelina. Com a análise desenvolvida até aqui, parece-nos seguro afirmar que os duques de Beja estiveram inevitavelmente envolvidos no processo de formação do manuelino. A construção do convento é também importante porque se desenvolveu num período de transição, englobando três campanhas de obras distintas, mas consecutivas: este é um edifício fundado no reinado de D. Afonso V, cuja construção é continuada por D. João II e terminada por D. Manuel I. Isto significa que nos é possível observar a sucessão de soluções preferidas em cada uma das campanhas de obras, no pequeno núcleo primitivo que chegou aos dias de hoje.

b) Os primeiros momentos do manuelino

O convento da Conceição foi, como vimos, maioritariamente categorizado como edifício do gótico final. Admitiu-se a existência de elementos inovadores na construção, os quais foram pouco estudados a fundo, embora referidos diversas vezes.

Procurámos mostrar que a Conceição é um edifício que nos permite solucionar vários problemas na compreensão do estilo manuelino. Através da análise desenvolvida, foi possível perceber, em primeiro lugar, que a ligação do manuelino à arquitectura gótica não é uma característica limitativa, nem é sinónima de uma falta de originalidade. Tratando-se de uma época de transição, apropriam-se alguns modelos da linguagem anteriormente favorita, e trabalham-se elementos experimentais, inovadores, alguns raramente repetidos, mas outros que passam a ser usados com frequência, tornando-se definidores do novo estilo que se começa a instaurar. O maior exemplo deste caso na Conceição será o uso dos elementos de torsão, aqui em locais pontuais, nem sempre com grande expressão, mas causando um impacto nas construções posteriores, tornando-se uma das características mais relevantes na arquitectura manuelina.

Em segundo lugar relembramos a discussão em torno da falta de inovação estrutural no manuelino. Vemos nascer na Conceição uma nova tipologia espacial, a do espaço unificado, sobretudo através da concepção espacial da igreja e da Sala do Capítulo. Também esta característica tem repercussões em construções posteriores, constituindo uma das ambições do manuelino. Assim, podemos afirmar que existe uma nova concepção espacial, que traz originalidade estrutural ao manuelino, que já não usa o desenvolvimento espacial típico do gótico.

Conscientes da importância dada à representação heráldica por parte de D. Manuel, tivemos oportunidade de comprovar que os seus pais terão sido pioneiros neste tipo de acção. É claro que os fundadores dos edifícios pretendem cada vez mais fazer-se representar e expressar assim o seu poder. Também o rei D. João II e a rainha D. Leonor levaram a cabo esta dinâmica representacional, não só aqui na Conceição, no caso do rei, como também na igreja do Pópulo das Caldas, em simultâneo.

A novidade do uso da heráldica com D. Manuel tem a ver com a forma como esta é levada ao extremo. Para D. Manuel, esta é a forma de desenvolver uma política de auto-representação que contribui para a centralização do poder régio.

Por fim, para colmatar a questão da falta de harmonia e coerência do manuelino, estudámos a relação entre os vários edifícios de fundação dos infantes D. Fernando e D. Beatriz. Concluímos que os primeiros momentos do manuelino são de experimentação e exploração de soluções diversas. Esta variedade tornou-se, ela própria, uma característica do manuelino, verificando-se soluções originais que não são reproduzidas uma segunda vez, como é o caso da charola de Tomar, e outras que têm um carácter único, mas não deixam de ser repetidas, como esta concepção espacial inovadora da sala do Capítulo da Conceição.

Assim, apesar de grande parte do convento da Conceição ter sido demolido, o núcleo primitivo que hoje subsiste é suficiente para nos esclarecer quanto a vários problemas e questões levantadas pela historiografia do manuelino. A Conceição é, no fundo, o berço do manuelino, comportando as características fundadoras e definidoras do mesmo, sendo desenvolvidas a partir daqui, em tantas outras construções.

Fontes e Bibliografia

a) Fontes manuscritas

ANTT, OFM, Província dos Algarves, Província. Livro 22. “Memorial da Santa Província dos Algarves da Ordem Serafica. Tomo 1º. Memorial Primeiro. Por Fr. Rodrigo de São Thiago. No anno de 1615 e de 1616”, fl. 246

Carta da infanta D. Brites significando ao rei D. Manuel I o seu sentimento pela perda da Nau Anunciada, e agradecendo-lhe a lembrança que o dito senhor teve em mandar continuar a obra do Mosteiro das Freiras de Beja, ANTT, Corpo Cronológico, II/55/161. Disponível em Arquivo Nacional Torre do Tombo, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3793955>.

Freire, Vasco, *Liuro das antiguidades da cidade de Beja e de outras particulares depende[n]tes dellas*, 1612-1621

Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, Mss, ANTT, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, E/002/00009. Disponível em Arquivo Nacional Torre do Tombo, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224354>

Petição das religiosas do Convento da Nossa Senhora da Conceição de Beja, que devido à falta de Condições e Pobreza das suas instalações, solicitam a sua Majestade que obrigue António de Oliveira a vender umas casas junto ao mosteiro, 4 de (?) de 1628, mss. Arquivo Distrital de Beja, Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, 003/0017/00028

Disponível em <http://adbj.dglab.gov.pt/peticao-das-religiosas-do-convento-da-conceicao-de-beja-que-devido-a-falta-de-condicoes-e-pobreza-das-suas-instalacoes-solicitam-a-sua-majestade-que-obrigue-antonio-de-oliveira-a-vender-umas-casas-j/>

Sem Título, ANTT, OFM, Província dos Algarves, Convento de Santa Clara de Beja, mç. 2.

b) Fontes impressas

Freire, Anselmo Braancamp, Inventário da infanta D. Beatriz, 1507, in *Arquivo Histórico Portuguez*, vol. 9, Lisboa, 1914

Fr. Fernando da Soledade, *História Seráfica Cronológica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na província de Portugal*, Lisboa: Officina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra, 1705, Tomo III, pp.156-169

Fr. Jerónimo de Belém, *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, Lisboa, Officina de Inácio Rodrigues, 1753

Góis, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra: Imp. da Universidade, 1926

“O Convento da Conceição”, Palma, José Umbelino (dir.) *O Bejense*, Beja, nº1627, 12 março de 1892, p.1

Palma, José Umbelino (dir.), *O Bejense*, Beja, nº1669, 31 de dezembro de 1892

Palma, José Umbelino (dir.), *O Bejense*, Beja, nº1772, 22 de dezembro de 1894

Pina, Rui de, *Chrónica de El-Rey D. Affonso V*, Lisboa: Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1901-1902 (vol I, II, III)

Pina, Rui de, *Crónicas*, Porto: Lello & Irmãos Editores, 1977

Resende, Garcia de, *Chronica dos Valerosos e insignes feytos del rey Dom Ioam II de gloriosa memoria*, Lisboa: Officina de Manoel da Sylva, 1752

Salgado, Anastácia, Salgado, Abílio, *O testamento da Infanta D. Beatriz (duquesa de Beja)*, Beja: Oficinas Gráficas da Associação de Municípios do Distrito de Beja, 1988

Sousa, António Caetano de, *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736

Testamento del Rey D. Manoel de 1517, in António Caetano de Sousa, *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 1947, tomo II, parte 1

c) Bibliografia

Alves, Ana Maria, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985

Assunção, Tomás Lino da, *Frades e freiras, chroniquetas monásticas*, Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893, pp.21-90

Atanásio, M. Cardoso Mendes, *A arte do manuelino: mecenas, influências, espaço*, Lisboa: Presença, 1984

Atanásio, M. Cardoso Mendes, *Arquitectura do Manuelino – Novos problemas de espaço e técnica*, Moçâmedes, 1969

Averini, Riccardo, Sul Manuelino, in França, José-Augusto (dir.) *Colóquio Artes, Revista trimestral de artes visuais, musica e bailado*, 2ª série, 25º ano, Março, 1983, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Barreira, Catarina Fernandes, *Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português. Séculos XIII a XVI*, Tese de Doutoramento em Ciências da Arte, Lisboa: Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, 2011, p.214-226

Borrela, Leonel, A abóbada nervurada da capela-mor da Igreja Conventual da Conceição – I, in Pacheco, Francisco do Ó (dir.), *Diário do Alentejo*, II série, nº1341, 4 de Janeiro de 2008

Borrela, Leonel, As portas de Mértola e o Convento da Conceição, in Pacheco, Francisco do Ó (dir.), *Diário do Alentejo*, II série, nº1278, 20 de Outubro 2006

Borrela, Leonel, Beja – Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, in Marques, José Manuel da Costa Carreira (dir.), *Arquivo de Beja*, volume 2, II série, 1988

Borrela, Leonel, O Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição (1), in Velez, João Paulo (dir.), *Diário do Alentejo*, II série, nº204, 21 a 26 de Março de 1986

Borrela, Leonel, O Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição e “os túmulos”, do infante D. Fernando, in Raposo, António Alexandre (dir.), *Diário do Alentejo*, II série, nº720, 9 a 5 de Fevereiro de 1996

Borrela, Leonel, Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição - III, in Raposo, António Alexandre (dir.), *Diário do Alentejo*, II série, nº785, 9 a 15 de Maio de 1997

Borrela, Leonel, Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição - V, in Raposo, António Alexandre (dir.), *Diário do Alentejo*, II série, nº788, 30 de Maio a 5 de Junho de 1997

Borrela, Leonel, Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, in Raposo, António Alexandre (dir.), *Diário do Alentejo*, II série, nº789, 6 a 12 de Junho de 1997

Borrela, Leonel, Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição - VII, in Raposo, António Alexandre (dir.), *Diário do Alentejo*, II série, nº791, 20 a 26 de Junho de 1997

Caeiro, Maria Margarida Castro Neves Mascarenhas, *Clarissas em Portugal. A Província dos Algarves. Da Fundação à Extinção – Em busca de um Paradigma religioso feminino*, Dissertação de Doutoramento em História e Teoria das Ideias, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006

Canelas, Carlos Augusto Ponces, História dos Conventos de Beja, in Andrade, Joaquim Freire de, *Arquivo de Beja*, vol. XXII, Beja: Minerva Comercial, 1965, pp.233-247

Cordeiro, Luciano, *Soror Mariana, a freira portuguesa*, Lisboa: Livraria Ferin & C^a, 2^a edição, 1891

Correia, Vergílio, A Arte: ciclo manuelino, Arquitectura, escultura, pintura, ourivesaria, serralharia e cerâmica, in Peres, Damião (dir.), *História de Portugal*, Barcelos: Portucalense Editora, 1932, pp.433 – 463

Correia, Vergílio, A Arte: o século XV, A arquitectura, a escultura, a pintura, as artes decorativas nos ciclos da “íclita geração”, afonsino e joanino, in Peres, Damião (dir.), *História de Portugal*, Barcelos: Portucalense Editora, 1932, pp.364 – 432

Chicó, Mário Tavares, A arquitectura em Portugal na época de D. Manuel e nos princípios do reinado de D. João III. O gótico final português, o estilo manuelino e a introdução da arte do renascimento, in Lacerda, Aarão (Ed. Lit.), *História da Arte em Portugal*, volume II, Porto: Portucalense Editora, 1948, pp.225-324

Chicó, Mário Tavares, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1968

Dávila, Maria Barreto, *Governar o Atlântico: A Infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)*, Tese de Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2016

Dias, Pedro, A arquitectura do gótico final e a decoração manuelina, in *História da Arte em Portugal, O Manuelino*, Volume 5, Publicações Alfa, Lisboa, 1986

Dias, Pedro, *A arquitectura manuelina*, Porto: Livraria Civilização Editora, 1988

D’Ors, Eugenio, *Lo Barroco*, Madrid: Aguilar, 1964

Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal-Distrito de Beja*, Lisboa, 1993

Fernandes, Paulo Almeida, O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura 'cheia de imperfeições?', in Gomes, Paulo Varela (ed.), *Murphy, revista de história e teoria da arquitectura e do urbanismo*, nº1, março, 2006, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Goes, Manuel Casteleiro de, *Beja – XX Séculos de História de uma Cidade*, Beja: Câmara Municipal de Beja, 1988

Gomes, Saul António, A Literra Pythagorae e a sua simbologia cristológica na Idade Média Portuguesa, in *Humanitas 60*, volume LX, 2008, pp.177-203

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa: Editorial Enciclopédia, pp.449-454, 195-, v. 4

Grodecki, Louis, *Gothic Architecture (History of world architecture)*, Londres: Faber and Faber Limited, 1978

Haupt, Albrecht, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1986

Leal, Pinho Augusto Soares, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, v. 1

Madahil, António Gomes da Rocha (ed. lit.), *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana, filha del Rei Dom Afonso V*, Aveiro: Francisco Ferreira Neves, 1939

Mestre, Joaquim Figueira, *Beja, Olhares sobre a Cidade*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1991, pp.63-72

Montez, Ursula de Leiro, Berço de uma Rainha, in Silva, Leonel Pedro Banha da (dir.), *Arquivo de Beja*, vol. I, fascículo II, abril/junho, 1944, Minerva Comercial

Moreira, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: A encomenda régia entre o moderno e o romano*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991

Moreira, Rafael, O Novo Horizonte Visual, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, 1998

Pereira, Gabriel, Estudos Diversos, Arqueologia, História, Arte, Etnografia. Colectânea, Coimbra: Imprensa da Universidad, 1934

Pereira, Paulo, Do «Modo» Gótico ao Manuelino (Séculos XV-XVI), in Pereira, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa, Do «Modo» Gótico ao Maneirismo*, Círculo de Leitores, 1995, pp.11-69

Proença, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, volume II, Estremadura, Alentejo e Algarve, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924-1944, pp.149-152

Ribeiro, *Beja no anno de 1845 ou os primeiros traços estatísticos daquela cidade*, ed. fac-similada, Beja: Câmara Municipal de Beja, 1986

Rosa, Maria de Lurdes, A fundação do Mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa Dona Beatriz, in *O tempo de Vasco de Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Difel, 1998

Santos, Reinaldo dos, O estilo manuelino, in *Boletim da Academia Nacional de Belas – Artes*, nº XVI, Lisboa, 1947, pp.33 – 53

Santos, Reinaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa: história e espírito*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1970

Saramago, Alfredo, *Convento de Soror Mariana Alcoforado, Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*, Sintra: Colares Editora, 1994

Saramago, Alfredo, *Fé e grandeza e boa vida de uma casa monástica: para uma história do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja: Ensaio Histórico*, Lisboa: Assírio e Alvim, 2005

Seixas, Miguel Metelo de, “As armas e a empresa do rei D. João II. Subsídios para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas”, in Mendonça, Isabel (coord.), *As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa. Imaginário e Viagem*, Lisboa: FRESS/ESAD, CCCM, 2010, p. 46-82, 2010

Silva, Félix Caetano da, História das Antiguidades de Beja (publicada e anotada por Abel Viana), in Fonseca, António Belard da (dir.), *Arquivo de Beja*, vol. V, fascs. I e II, Janeiro a Junho, 1948, Beja, Minerva Comercial

Silva, José Custódio Vieira da, *A Igreja de Jesus de Setúbal*, SALPA – Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal, Setúbal: 1987

Silva, José Custódio Vieira da, *A Igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha: 1985

Silva, José Custódio Vieira da, *O Tardo-Gótico em Portugal, A Arquitectura no Alentejo*, Livros Horizonte, 1989

Silva, José Custódio Vieira da, *O fascínio do fim: viagens pelo final da Idade Média*, Lisboa: Livros Horizonte, 1997

Sousa Viterbo, Francisco, *Diccionario histórico e documental dos architectos, Engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1899

Teixeira, Francisco, Arquitectura monástica e conventual, in Franco, José Eduardo (Dir.), *O esplendor da austeridade. Mil anos de empreendedorismo das ordens e congregações em Portugal: Arte, Cultura e Solidariedade*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011

Urbano, Luís, *A Arquitectura dos Conventos Femininos: correntes de investigação*, in Gomes, Paulo Varela (ed.), *Murphy*, nº1, Imprensa da Universidade Coimbra, Março 2006

Urbano, Luís, *A propósito de Évora. Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos*, in Alçada, Margarida (dir.), *Monumentos*, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, n. 26, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2007, pp.38 – 45

Varnhagen, Francisco Adolfo de, *Notícia histórica e descritiva do Mosteiro de Belém*, Lisboa: Typ. Da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis, 1842

Vasconcelos, Joaquim de, *Da Architectura Manuelina, Conferência Realizada na Exposição Districtal de Coimbra*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1885

Viana, Abel, *Guia Turística de Beja*, Beja: Câmara Municipal de Beja, 1950

Viana, Abel, *Origem e Evolução Histórica de Beja*, Beja, Minerva Comercial, 1944

Viana, Abel, *Mosteiro da Conceição e Palácio dos infantes*, in Silva, Banha da (dir.) *Arquivo de Beja*, vol. I, fasc. I, Janeiro-Março, Beja, Minerva Comercial, 1944

Viana, Abel, *Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes*, in Fonseca, António Belarda (dir.), *Arquivo de Beja*, vol. II, fascículo I e II, Janeiro a Junho, Beja: Minerva Comercial, 1945

Viana, Abel, *Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes*, in Fonseca, António Belarda (dir.), *Arquivo de Beja*, vol. II, fasc. III e IV, Julho a Dezembro, Beja: Minerva Comercial, 1945

Viana, Abel, *Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes*, in Fonseca, António Belarda (dir.), *Arquivo de Beja*, vol. III, fasc. I e II, Janeiro a Junho, Beja: Minerva Comercial, 1946

Viana, Abel, Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes, in Fonseca, António Belarda (dir.), *Arquivo de Beja*, vol. III, fasc. III e IV, Julho a Dezembro, Beja: Minerva Comercial, 1946

Watson, Walter Crum, *Portuguese Architecture*, London: Archibald Constable and Company, 1908

Lista de Figuras

1. Convento da Conceição de Beja, fachada lateral, de acesso ao Museu Regional de Beja, fotografia da autora, Janeiro de 2019
2. Infante D. Fernando, óleo sobre tela, 1678, Museu Regional de Beja. Disponível em http://www.museuregionaldebeja.pt/?t2t_gallery=infante-d-fernando, consultado a 2 de Novembro de 2019
3. Infanta D. Beatriz, óleo sobre tela, 1678, Museu Regional de Beja. Disponível em http://www.museuregionaldebeja.pt/?t2t_gallery=infanta-d-beatriz, consultado a 2 de Novembro de 2019
4. Convento da Conceição e Paço dos Infantes (demolido), anterior a 1895. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
5. Convento da Conceição e Paço dos Infantes (demolido), anterior a 1895. Vista da ligação entre o convento e o paço, através do passadiço. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
6. Actual túmulo do Infante D. Fernando, fotografia da autora, Janeiro de 2019
7. Actual túmulo da Infanta D. Beatriz, fotografia da autora, Janeiro de 2019
8. Extrato de uma planta da cidade de Beja no século XIX, com localização do Convento (A), oratório de Santo António (B) e Paço dos Infantes (C), Disponível em Viana, 1945, i e ii, p.190
9. Igreja do Convento da Conceição de Beja (após demolição e reestruturação do espaço) Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
10. Escadaria de acesso ao adro da igreja, viana, 1945, i e ii, p.178
11. Fachada principal com o portal de acesso à igreja, fotografia da autora, Janeiro de 2019
12. Vista lateral do convento. Zona da cabeceira da igreja (após demolições e reestruturação), Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019

13. Fresta original em arco de volta perfeita, fotografia da autora, Janeiro de 2019
14. Tentativa de reestruturação do aspecto exterior da igreja, segundo Leonel Borrela, Disponível em Borrela, 1988, p.197
15. Portal principal da igreja do Convento da Conceição, fotografia da autora, Janeiro de 2019.
16. Portal principal da igreja do Mosteiro da Batalha, Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4061, consultado a 2 de Novembro de 2019
17. Portal principal da igreja da Graça de Santarém. Fotografia da autora, Novembro de 2018
18. Portal principal da igreja de Santiago de Palmela, Disponível http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2157, consultado a 2 de Novembro de 2019
19. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor das colunas, fotografia da autora, Janeiro de 2019.
20. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor da base das colunas, fotografia da autora, Janeiro de 2019
21. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor dos capiteis, fotografia da autora, Janeiro de 2019
22. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor dos capiteis, fotografia da autora, Janeiro de 2019
23. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor dos capiteis, fotografia da autora, Janeiro de 2019
24. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor do registo superior, fotografia da autora, Janeiro de 2019
25. Portal principal da igreja do Convento da Conceição. Pormenor do registo intermédio, fotografia da autora, Janeiro de 2019
26. Platibanda rodeando a igreja do Convento da Conceição, fotografia da autora, Janeiro de 2019
27. Platibanda do Mosteiro da Batalha, Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4061, consultado a 2 de Novembro de 2019
28. Platibanda rodeando a igreja do Convento da Conceição, com ornato torso, fotografia da autora, Janeiro de 2019

29. Platibanda rodeando a igreja do Convento da Conceição. Pormenor da zona que encima o portal principal, com os escudos dos infantes, cordão e pináculos torsos, fotografia da autora, Janeiro de 2019
30. Platibanda rodeando a Igreja do Convento da Conceição, pormenor com pináculo torso, fotografia da autora, Setembro de 2019
31. Igreja do Pópulo, Caldas da Rainha. Pormenor com pináculo torso. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1764, consultado a 2 de Novembro de 2019
32. Igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal. Colunas torsas. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3439, consultado a 2 de Novembro de 2019
33. Igreja da Conceição. Contrafortes na zona da cabeceira, fotografia da autora, Setembro de 2019
34. Igreja da Conceição. Gárgulas zoomórficas, fotografia da autora, Setembro de 2019
35. Gárgulas zoomórficas do Mosteiro da Batalha, Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4061, consultado a 2 de Novembro de 2019
36. Igreja do Pópulo, Caldas da Rainha. Contrafortes com gárgulas zoomórficas. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1764, consultado a 2 de Novembro de 2019
37. Igreja da Conceição de Beja. Pináculo. fotografia da autora, Setembro de 2019
38. Passadiço entre a Igreja do Convento da Conceição e o Palácio dos Infantes, Museu Regional de Beja. fotografia da autora, janeiro de 2019
39. Desenho de Rosa Mendes Júnior representando o passadiço entre o convento e o paço, criando um túnel designado Rua dos Infantes, 1894. Reprodução do Museu Regional de Beja.
40. Desenho de Francisco da Paula Graça representando a fachada principal da igreja da Conceição, com o Paço dos Infantes, à direita, e as dependências correspondentes à sacristia, à esquerda, 1850. Reprodução do Museu Regional de Beja.
41. Pormenor do campanário, do Desenho de Francisco da Paula Graça representando a fachada principal da igreja da Conceição, 1850 (fig.43)

42. Pormenor do campanário, Convento da Conceição e Paço dos Infantes (demolido), anterior a 1895 (fig.4)
43. Campanário actual. Fotografia da autora, janeiro de 2019
44. Pormenor da planta igreja. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
45. Interior a igreja da Conceição, nave e capela-mor ao fundo. Fotografia da autora, janeiro de 2019
46. Interior da Igreja da Conceição, antigos coros ao fundo. Fotografia da autora, janeiro de 2019
47. Coro de cima da Igreja do Convento da Conceição, antes da reestruturação do espaço. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
48. Capela-mor da Igreja da Conceição. Fotografia da autora, janeiro de 2019
49. Fragmento do túmulo primitivo do infante D. Fernando, Museu Regional de Beja, fotografia da autora, janeiro de 2019
50. Fragmentos do túmulo primitivo do infante D. Fernando, Museu Regional de Beja, fotografia da autora, janeiro de 2019
51. Reconstituição do túmulo primitivo do infante D. Fernando, por Leonel Borrela. Borrela, 1988, p. 203
52. Túmulo de Soror Ousanda, primeira abadessa do Convento da Conceição, fotografia da autora, janeiro de 2019
53. Cobertura da capela-mor com tecto de madeira e talha dourada. Fotografia da autora, janeiro de 2019
54. Cobertura da capela-mor com abóbada nervurada. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
55. Cobertura da capela-mor com abóbada nervurada. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
56. Planta do Museu Regional de Beja, 1937. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019

57. Planta da Sé de Lisboa, Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2196, consultado a 2 de Novembro de 2019
58. Planta da Sé Velha de Coimbra, Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2673, consultado 2 de Novembro de 2019
59. Planta do claustro do Convento da Conceição, com organização cronológica da construção. 1 – Quadra de Nossa Senhora do Rosário, 2 – Quadra de S. João Evangelista, 3 – Quadra da Portaria, 4 – Quadra de S. João Baptista. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
60. Quadra de Nossa Senhora do Rosário, fotografia da autora, Janeiro de 2019
61. Portal de acesso ao claustro, fotografia da autora, Janeiro de 2019
62. Quadra de S. João Evangelista, fotografia da autora, Janeiro de 2019
63. Fecho da abóbada com brasão régio de D. João II, deslocado da sua localização original (1º tramo) fotografia da autora, Agosto de 2019
64. Fecho da abóbada com brasão régio de D. João II (3º tramo), fotografia da autora, Agosto de 2019
65. Fecho da abóbada com pelicano, insígnia de D. João II (2º tramo), Agosto de 2019
66. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (5º tramo), Agosto de 2019
67. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (6º tramo), Agosto de 2019
68. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (7º tramo), Agosto de 2019
69. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (4º tramo), Agosto de 2019
70. As quatro últimas freiras do Convento e serviçais, em frente à quadra do Evangelista. Última década do séc. XIX. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/08/29/culturaipsilon/noticia/neste-conventomuseu-viveram-dois-gangues-de-freiras-e-uma-mulher-apaixonada-1842293>, consultado a 2 de Novembro de 2019
71. Janelas da Quadra de S. João Evangelista, vista do exterior do claustro. fotografia da autora, Janeiro de 2019
72. Capela de S. João Evangelista, fotografia da autora, Janeiro de 2019
73. Brasão régio encimando o portal da Sala do Capítulo, na Quadra de S. João Evangelista, fotografia da autora, Janeiro de 2019

74. Portal de acesso à Sala do Capítulo, na quadra de S. João Evangelista, Disponível em http://. www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
75. Portal da Sala do Capítulo, pormenor, fotografia da autora, Janeiro de 2019
76. Portal da Sala do Capítulo, pormenor, fotografia da autora, Janeiro de 2019
77. Portal da Sala do Capítulo, pormenor, fotografia da autora, Janeiro de 2019
78. Portal da Sala do Capítulo, pormenor, fotografia da autora, Janeiro de 2019
79. Portal da Sala do Capítulo, pormenor, fotografia da autora, Janeiro de 2019
80. Portal da Sala do Capítulo, pormenor, fotografia da autora, Janeiro de 2019
81. Portal da Sala do Capítulo, pormenor, fotografia da autora, Janeiro de 2019
82. Portal da Sala do Capítulo, pormenor, fotografia da autora, Janeiro de 2019
83. Sala do Capítulo, interior, fotografia da autora, Janeiro de 2019
84. Sala do Capítulo, interior, Disponível em http://. www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
85. Sala do Capítulo, interior, fotografia da autora, Janeiro de 2019
86. Sala do Capítulo, interior, Disponível em http://. www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513, consultado a 2 de Novembro de 2019
87. Portal de acesso ao terreiro do Dormitório Novo, fotografia da autora, Setembro de 2019
88. Lápide inscrita, relativa à construção do refeitório: *Era 1506 se fez esta / casa de refeitoyro, e dormi / torio p mândado del rei dom / manuel nosso snôr.E teve ca /rego de veador della ruy piz es / cudeiro de sua casa. E pede por am/ or de de(u)s as muy devotas abad / esas e madres della que roguem a / de(u)s por sua alma.* fotografia da autora, Janeiro de 2019
89. Perspectiva da Cidade de Beja dedicada aos ilustres habitantes da mesma. Gravura de 1850. Fonseca, 1966, p.2
90. Perspectiva da Cidade de Beja dedicada aos ilustres habitantes da mesma. Gravura de 1850. Pormenor da localização do Convento da Conceição
91. Vista da cidade de Beja, fotografia da segunda metade do século XIX.
92. Vista da cidade de Beja, fotografia da segunda metade do século XIX. Pormenor da localização do convento da Conceição de Beja.

93. Desenho de Francisco da Paula Graça representando a fachada principal da igreja da Conceição, 1850. Pormenor da localização da sacristia. Reprodução do Museu Regional de Beja.
94. Desenho de Rosa Júnior, representando algumas zonas demolidas do convento., Reprodução do Museu Regional de Beja
95. Planta esquemática, geral, do convento. Reconstituição de Abel Viana. Viana, 1945, i e ii, p.411
96. Reconstituição da planta do convento, com marcação das áreas demolidas (a branco), por Abel Viana. Piso térreo. Reprodução do Museu Regional de Beja
97. Reconstituição da planta do convento, com marcação das áreas demolidas (a branco), por Abel Viana. Piso de cima. Reprodução do Museu Regional de Beja
98. Quadra da Portaria, fotografia da autora, Janeiro de 2019
99. Janelas da Quadra da Portaria, Vista do exterior do claustro, fotografia da autora, Janeiro de 2019
100. Fecho da abóbada com o IHS (2º tramo). Fotografia da autora, Setembro de 2019
101. Fecho da abóbada com as serras de D. Brites (3º tramo). Fotografia da autora, Setembro de 2019
102. Fecho da abóbada com vaso de açucenas (4º tramo). Fotografia da autora, Setembro de 2019
103. Fecho da abóbada com a cruz da Ordem de Malta (5º tramo). Fotografia da autora, Setembro de 2019
104. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (6º tramo). Fotografia da autora, Setembro de 2019
105. Fecho da abóbada com a esfera armilar (7º tramo). Fotografia da autora, Setembro de 2019
106. Fecho da abóbada com o motivo vegetalista (8º tramo). Fotografia da autora, Setembro de 2019
107. Fecho da abóbada com motivo vegetalista (9º tramo). Fotografia da autora, Setembro de 2019
108. Lápide inscrita. Este refeitório se fez abóbada na era de 1629, sendo abadessa a madre dona Mariana Henriques. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
109. Portal do refeitório. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
110. Portal do Refeitório, pormenor da base das colunas, Fotografia da autora, Janeiro de 2019

111. Portal do Refeitório, pormenor da decoração das colunas, Fotografia da autora, Janeiro de 2019
112. Portal do Refeitório, pormenor da esfera armilar escavada. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
113. Portal do Refeitório, pormenor do brasão régio de D. Manuel I. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
114. Portal da Portaria na sua localização original. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513. Consultado a 2 de Novembro de 2019
115. Portal da Portaria na sua localização actual. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
116. Portal da Portaria, Pormenor da base dos colunelos. Fotografia da autora, Agosto de 2019
117. Portal da portaria, pormenor com decoração torsa. Fotografia da autora, Agosto de 2019
118. Portal da portaria, pormenor do registo superior. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
119. Quadra de S. João Baptista, Fotografia da autora, Janeiro de 2019
120. Janelas da Quadra de S. João Baptista, Fotografia da autora, Janeiro de 2019
121. Capela de S. João Baptista, Fotografia da autora, Janeiro de 2019
122. “A Virgem, o Menino e S. João Baptista”, medalhão da oficina Della Robbia, Museu Nacional de Arte Antiga. Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=248774&EntSep=3#gotoPosition>, consultado a 2 de Novembro de 2019
123. Capela de S. João Baptista, pormenor com pedra mais antiga. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
124. Largo da Conceição, 1962, Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513. Consultado a 2 de Novembro de 2019
125. Cópia d’uma parte do convento da Conceição de Beja, ampliada da carta topographica da mesma cidade, para a escala 1:200, Beja, 8 de Maio de 1888, Eduardo da Silva Valente. Disponível em Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4224354>. Consultado a 10 de Outubro de 2019

126. Cópia d'uma parte do convento da Conceição de Beja, ampliada da carta topographica da mesma cidade, para a escala 1:200, Beja, 8 de Maio de 1888, Eduardo da Silva Valente. Pormenor. Disponível em Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4224354>. Consultado a 10 de Outubro de 2019
127. Quadra de S. João Baptista. Local onde a planta conventual designa a entrada da portaria. Fotografia retirada da plataforma <https://www.beja360.pt/> a 13 de Setembro de 2019
128. “Ministra” ou “passa-pratos”, que fazia a ligação entre a Cozinha e o Refeitório
129. Passa-pratos do Mosteiro da Batalha. Fotografia do professor Nuno Senos.
130. Passa-pratos do Convento de Cristo de Tomar. Fotografia do professor Nuno Senos.
131. Vista do interior do claustro antes das demolições do século. XIX, Camacho, s.d., Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513., consultado a 2 de Novembro de 2019
132. Planta do Mosteiro da Batalha, com marcação da localização das lavandas. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4061, consultado a 2 de Novembro de 2019
133. Planta do Mosteiro de Alcobaça, com marcação da localização das lavandas. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4719, consultado a 2 de Novembro de 2019
134. Cópia d'uma parte do convento da Conceição de Beja, ampliada da carta topographica da mesma cidade, para a escala 1:200, Beja, 8 de Maio de 1888, Eduardo da Silva Valente. Pormenor. Disponível em Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4224354>. Consultado a 10 de Outubro de 2019
135. Abóbada da quadra de Nossa Senhora do Rosário, fotografia da autora, Janeiro de 2019
136. Portal de acesso ao claustro, fotografia da autora, Janeiro de 2019

137. Portal de acesso ao actual terraço, fotografia da autora, Setembro de 2019
138. Platibanda do Convento da Conceição, na zona da cabeceira. Fotografia da autora, Setembro de 2019
139. Platibanda do Mosteiro de Jesus de Setúbal, Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3439, consultado a 2 de Novembro de 2019
140. Platibanda na Igreja de São João Baptista, Tomar. Fotografia da autora, Novembro de 2017
141. Abóbada da Igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3439, consultado a 2 de Novembro de 2019
142. Alcachofra no portal da Sala do Capítulo do Convento da Conceição. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
143. Alcachofra no portal da Portaria do Convento da Conceição. Fotografia da autora, Janeiro de 2019
144. Alcachofra na capela-mor da Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha. Pormenor de fotografia do professor Nuno Senos.
145. Fragmento da pedra fundacional do Mosteiro de Jesus de Setúbal, com o “y”. Gomes, 2008, p.194
146. Fragmento de pedra do Convento da Conceição, com representação dos flutuadores de cortiça de D. Fernando e as serras com o “y” de D. Beatriz. Fotografia da autora, Agosto de 2019
147. Representação heráldica com o camaroeiro de D. Leonor e o pelicano de D. João II, na capela-mor da Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha. Fotografia do professor Nuno Senos
148. Portal principal do Convento de Santo António de Serpa. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=549. Consultado a 2 de Novembro de 2019
149. Portal principal do Convento de Santo António de Serpa. Pormenor. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=549, consultado a 2 de Novembro de 2019
150. Portal principal da Igreja de São João Baptista de Moura. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=318, consultado a 2 de Novembro de 2019

151. Portal principal da Igreja de São João Baptista de Moura. Pormenor.
Disponível em
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=318,
consultado a 2 de Novembro de 2019
152. Igreja de Santiago de Palmela, contrafortes da fachada lateral. Disponível em
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2157,
consultado a 2 de Novembro de 2019
153. Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha, contrafortes. Disponível em
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1764,
consultado a 2 de Novembro de 2019
154. Planta da igreja de Santiago de Palmela. Disponível em
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2157,
consultado a 2 de Novembro de 2019
155. Planta do Convento da Conceição, pormenor da localização da Sala do
Capítulo. Disponível em
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513,
consultado a 2 de Novembro de 2019
156. Mosteiro da Batalha, Sala do Capítulo. Disponível em
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4061,
consultado a 2 de Novembro de 2019
157. Mosteiro dos Jerónimos, Sala do Capítulo. Disponível em
[http://www.mosteirojeronimos.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=214&identifi
cador=](http://www.mosteirojeronimos.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=214&identificador=), consultado a 2 de Novembro de 2019
158. Planta da Igreja do Convento de Santa Clara-A-Velha de Coimbra, disponível
em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2807,
consultado a 2 de Novembro de 2019
159. Planta da Igreja do Convento de Santa Clara de Santarém. Disponível em
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3392,
consultado a 2 de Novembro de 2019
160. Planta da Igreja de São Francisco do Porto. Disponível em
http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=3944,
consultado a 2 de Novembro de 2019

161. Planta da Igreja do Convento dos Lóios de Évora. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2868, consultado a 2 de Novembro de 2019
162. Planta da Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1764, consultado a 2 de Novembro de 2019
163. Planta da Igreja de São Francisco de Évora. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2724, consultado a 2 de Novembro de 2019
164. Planta do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4234, consultado a 2 de Novembro de 2019
165. Planta da Igreja de São Francisco de Arraiolos. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1238, consultado a 2 de Novembro de 2019
166. Planta da Igreja do Convento das Chagas de Vila Viçosa. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3950, consultado a 2 de Novembro de 2019
167. Planta da Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=6543, consultado a 2 de Novembro de 2019
168. Tentativa de reconstituição da abóbada nervurada da capela-mor da Igreja da Conceição, por Leonel Borrela. Borrela, 1988, p.207
169. Planta da Igreja de Santiago de Palmela. Pormenor da localização da capela-mor e respectiva cobertura. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2157, consultado a 2 de Novembro de 2019
170. Igreja de Santiago de Palmela. Cobertura da capela-mor. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2157, consultado a 2 de Novembro de 2019
171. Igreja do Convento dos Lóios de Évora, cobertura da capela-mor. Fotografia da autora, Dezembro de 2017

172. Igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal, cobertura da capela-mor. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3439, consultado a 2 de Novembro de 2019
173. Igreja do Pópulo das Caldas da Rainha, cobertura da capela-mor. Fotografia do professor Nuno Senos.
174. Igreja de Santa Cruz de Coimbra, capela-mor. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4234, consultado a 2 de Novembro de 2019
175. Igreja de S. Francisco de Évora, capela-mor. Fotografia da autora, Maio de 2018
176. Paço de Água de Peixes, Alvito. Fotografia da autora, Maio de 2017
177. Paço de Água de Peixes, Alvito. Janelas geminadas. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4335, consultado a 2 de Novembro de 2019
178. Museu Regional de Beja, janelas geminadas, retiradas do Paço dos Infantes. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6513., consultado a 2 de Novembro de 2019
179. Igreja de Santiago de Palmela, fachada principal. Fotografia do professor Nuno Senos.
180. Igreja de Santiago de Palmela, interior com capela-mor ao fundo. Fotografia do professor Nuno Senos.
181. Convento de Santo António/S. Francisco de Serpa. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=549, consultado a 2 de Novembro de 2019
182. Convento de Santo António de Serpa, capela-mor. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=549, consultado a 2 de Novembro de 2019
183. Convento de Santo António de Serpa, capela-mor. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=549, consultado a 2 de Novembro de 2019
184. Hospital de Nossa Senhora da Piedade, Beja. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=750, consultado a 2 de Novembro de 2019

185. Hospital de Nossa Senhora da Piedade, Beja, igreja. Fotografia da autora,
Agosto de 2019
186. Hospital de Nossa Senhora da Piedade, Beja, claustro. Fotografia da autora,
Agosto de 2019.

Apêndice A

Transcrição da Carta da Infanta D. Beatriz a D. Manuel I

Carta da infanta D. Brites significando ao rei D. Manuel I o seu sentimento pela perda da Nau Anunciada, e agradecendo-lhe a lembrança que o dito senhor teve em mandar continuar a obra do Mosteiro das Freiras de Beja, ANTT, Corpo Cronológico, II/55/161, inédito. Cf. ap. doc. 161

Sennhor

por hũa nau que agora della veio ssoube como ardera ha Nunçiada/ o que semty majors pollo desmatamento(?) que polla perda que sey a Vosa alteza nom/ lembrara peço lhe que asy o faça e o Reçeba da mão de nosso Senhor/ porque agora espero que Vo(?) lla(?) quebrem todallos pernosticos(?) que/ se diziam e que a frota que mandar vaa e venha a saluamento e tanto/ a vomtade de vosa Senhoria como deseja e eu queria & aSimm(?) tinha/ esprito a yoão(?) da fomseca que de minha parte desese a Vosa alteza que lhe/ beijaria as mãos per sse lembrar de mamdar que nos desse av[i]amento(?)/ a esta obra pera que alem da nneseqidade(?) que estas freiras della tem ey por/ perda o tempo e os taaos(?) dias como pera ella fazem e agora o faço/ per mym e vos peço Sennhor que o queiraes mandar e asy querer que/ saiba como lhe vaae(?) o que a deus ficou pedindo o que seja tam bem e/ com tanto descanso de seu rreal estado como em minhas orações/ lhe cada dia peço de beja a xbj de março de 1504

beyyo as mãos a vosa alteza por me perdoar de nom/ fazer esta de mynha mão porque ando tam fora ca/ de payxam(?) que nhenhũa cousa poso fazer

as mãos de vosa alteza beyyo Ayadees(?)/ a be[n]sam de deus e a mynha

IFante dona beatriz

A carta está mal datada pela Torre do Tombo, já que a infanta morreu em 1506 e os paleógrafos dataram a carta de 1515.

Transcrição por Fábio Duarte e Ricardo Grelha (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

Apêndice B

Cronologia da construção do Convento da Conceição

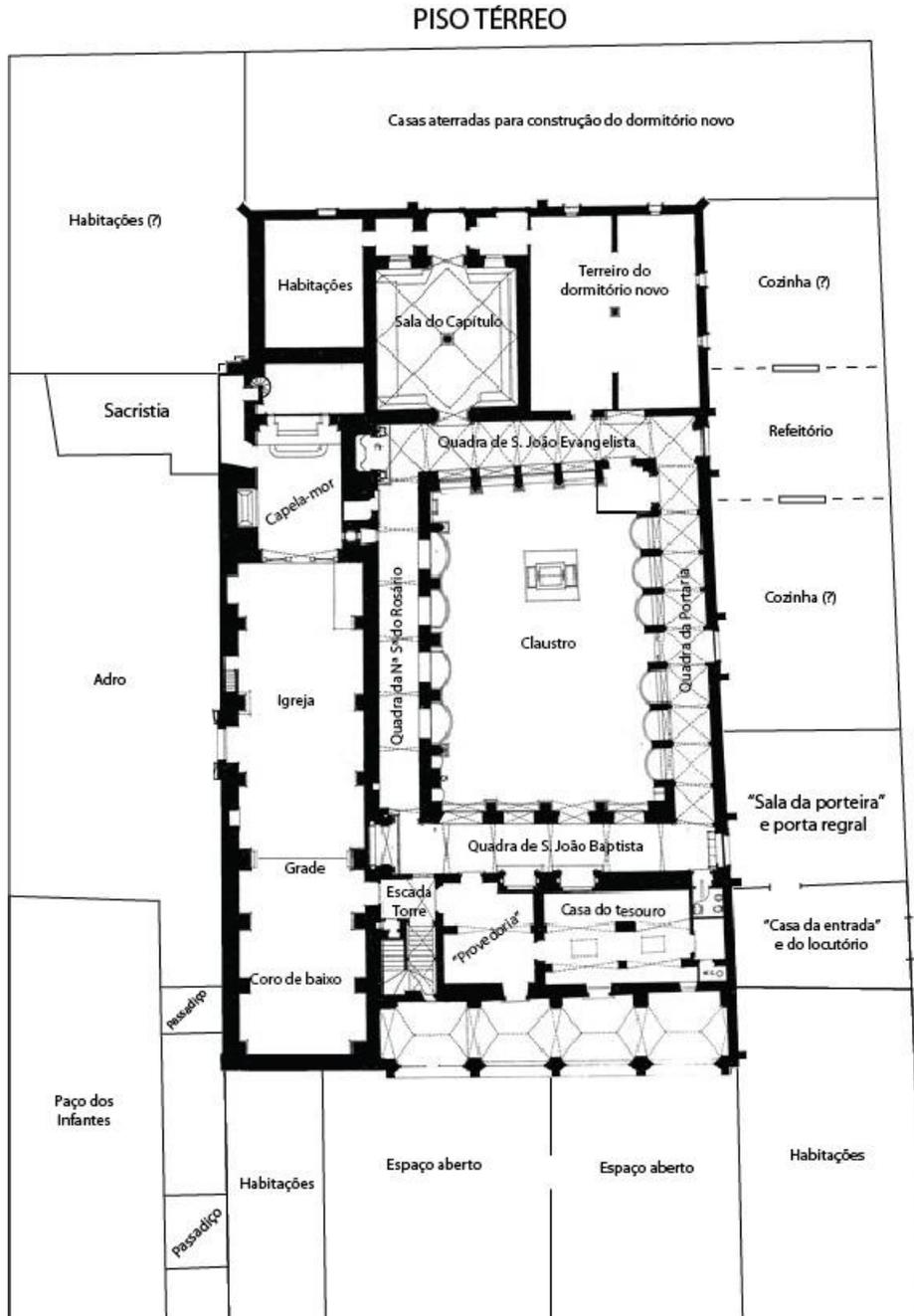
Reinado de D. Afonso V (1438 – 1481)	1447	Casamento de D. Fernando e D. Beatriz
	1453	D. Fernando torna-se duque de Beja
	1459	Breve do Papa Pio II, concedendo licença para edificação do mosteiro
	c.1459	Início da construção do mosteiro
	1461	Doação de Leonor Afonso de Serpa “ao Mosteiro que ora manda fazer em Beja o infante D. Fernando”
	1463	As freiras já teriam feito profissão na Ordem de Santa Clara
	1469	Breve do Papa Paulo II, autorizando a passagem das freiras a Clarissas Urbanas, dependentes dos frades franciscanos
	1470	Morte do infante D. Fernando
	1473	D. Garcia de Menezes, Bispo de Évora, incumba o padre Fr. António de Elvas, Vigário Provincial, da direcção espiritual do convento
		As freiras dão entrada na clausura
	Trasladação do corpo de D. Fernando, que estava sepultado em Setúbal, para a igreja da Conceição	
Reinado de D. João II (1481 – 1495)		D. João II manda construir a quadra de S. João Evangelista e a capela de S. João Evangelista
		Construção da abóbada da quadra de S. João Evangelista
	1482	Fr. Mendo de Oliveira, o Vigário Provincial, sugere a construção do oratório de Santo António, como condição para a direcção espiritual do convento
		Breve do Papa Sixto IV para fundação do oratório de Santo António
	1485	Reforma do escudo real
		Presença de João de Arruda em Beja, a fim de avaliar o preço de umas casas de Pedro Godins, cavaleiro da casa real, que a infanta D. Beatriz pretendia comprar para aumentar o Paço dos Infantes
		Construção do portal da Sala do Capítulo
	1489	Conclusão da construção do oratório de Santo António. Os religiosos começam a habitar o espaço.
1491	D. Manuel torna-se herdeiro ao trono de Portugal	
1495	Morte de D. João II	

Reinado de D. Manuel I (1495 – 1521)	1507	D. Manuel compra umas casas para oferecer ao mosteiro
	1504	Carta da infanta D. Brites significando ao rei D. Manuel I o seu sentimento pela perda da Nau Anunciada, e agradecendo-lhe a lembrança que o dito senhor teve em mandar continuar a obra do Mosteiro das Freiras de Beja
	1506	Construção do Dormitório da Regra
		Morte da infanta D. Beatriz
	1507	Testamento e inventário da infanta D. Beatriz
	1567	Madre Maria Mendonça manda construir a Capela de S. Francisco de Assis, na quadra de S. João Baptista
		Pintura do retábulo da capela-mor, por Cristovam de Moraes, a mando da madre D. Maria de Mendonça.
	1584	Edificação da Capela de Nossa Senhora do Rosário, na Quadra de Nossa Senhora do Rosário
	1601	Alteração da Capela de S. João Evangelista
		Alteração da Capela de S. João Baptista
	1614	Trasladação do túmulo de Soror Ousanda, do claustro para o coro de baixo, a mando da madre D. Luísa de Almada
	1628	Petição das religiosas do Convento da Nossa Senhora da Conceição de Beja, que devido à falta de Condições e Pobreza das suas instalações, solicitam a sua Majestade que obrigue António de Oliveira a vender umas casas junto ao mosteiro
	1629	Abadessa D. Mariana Henriques manda a restaurar o Dormitório da Regra e adaptar a sala do Refeitório
	1632	Modificação do ante-côro
	1657	Melhoramento da Capela de S. João Baptista, no claustro, pela madre D. Sebastiana Cabral
		Modificações na Sala do Capítulo, por iniciativa da abadessa Bernardina Lobo do Tornéu
	1658	Reparação do altar da capela de S. João Evangelista
		Abadessa D. Luísa de Melo e D. Margarida da Silveira mandam reconstruir o altar-mor, fechando-o com um arco frontal e no sobrepondo um escudo com a sua heráldica.
	1668	Pintura dos retratos dos fundadores, pela madre Margarida Evangelista
		Construção da Sala da Escuta
	1677	Madre Filipa de S. João manda colocar um rodapé de azulejos no Refeitório
	1696	Colocação da cobertura em madeira na capela-mor
	1703	Compra do Paço dos Infantes a António Leitão Atouguia, integrando-o no edifício do convento
	1705	Obras no Paço dos Infantes
	1719	Destruição da torre sineira e construção de uma segunda torre
	1727	Fecho da janela da Sala do Capítulo e construção da capela a Cristo Crucificado

1740	Modificações no altar-mor por parte da abadessa D. Brites Baptista
1741	Azulejos atribuídos a Policarpo de Oliveira Bernardes
	Abadessa D. Brites Baptista manda construir a Capela de S. Cristóvão e a Capela de S. Bento, na igreja
	Madre Brites Baptista manda revestir a talha dourada a parede da nave, do lado do Evangelho
1753	Construção de um telhado de uma só água, com torre sineira
	O Oratório de Santo António já é apenas um hospício
1891	O coro-alto teria, nesta altura, oito capelas
	Morte da última abadessa, D. Maria Felizarda Mendes Góis
1892	Estão em ruína os dormitórios, celas separadas ou conjuntos de celas, onde viviam as mulheres recolhidas no convento
	A Igreja da Conceição destina-se a albergar a Sé Catedral de Beja, segundo o decreto de 21 de Abril desse ano.
	Passagem dos objectos de valor do convento para o Museu Nacional de Belas Artes
	Demolições para o alargamento das ruas do Conde da Boavista e Rua da Fábrica, e formação do Largo de Morais Sarmiento.
1893	A abóbada da capela-mor continua coberta por um tecto de madeira
	Morte de D. Maria José Albertina Palma, que permaneceu no convento depois da morte da última freira.
1894	Decreto que entrega o convento à Câmara, para urbanização do local
	Construção da torre actual
1895	Demolição do Paço dos Infantes e parte do convento
	Reconstrução do actual edifício
	Demolição do dormitório da regra
1895	Demolição da sacristia
1922	O convento recebe a categoria de Monumento Nacional, segundo o Decreto nº8217, DG, 1ª série, nº130, 29 de junho de 1922
1923	Instalação da Biblioteca Municipal
1927	Instalação no convento do Museu Regional de Beja
1958	Intervenção da DGEMN
1999	Fim da intervenção da DGEMN

Apêndice C

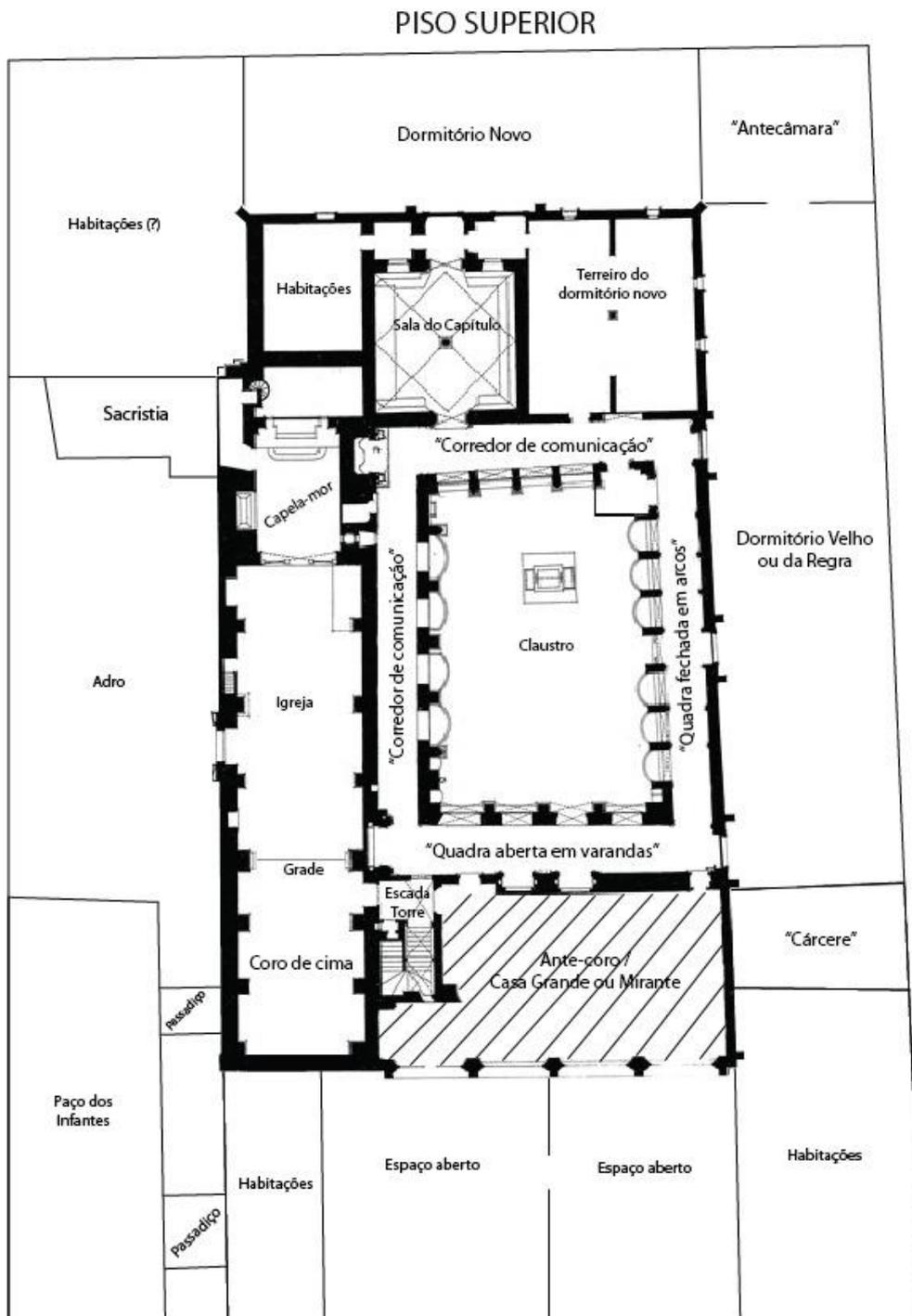
Reconstituição da planta do piso térreo³²²



³²² Marcou-se, num tom mais carregado, o perímetro actual do Museu Regional de Beja, como base para o estabelecimento da localização dos restantes espaços. Agradeço ao Bruno Antão pelo apoio na realização desta tentativa de reconstituição da planta do convento.

Apêndice D

Reconstituição da planta do piso superior³²³



³²³ Marcou-se, num tom mais carregado, o perímetro actual do Museu Regional de Beja, como base para o estabelecimento da localização dos restantes espaços. Agradeço ao Bruno Antão pelo apoio na realização desta tentativa de reconstituição da planta do convento.

